

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
Faculdade de Letras  
Departamento de História

*Cooperativas Agrícolas em Moçambique, no pós-Independência:  
O Caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane.*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos  
para a obtenção do grau de Licenciatura da Universidade Eduardo  
Mondlane.

AUTOR:

*Mateus José Muthemba*

SUPERVISOR:

*Prof. Doutor Yussuf Arlam*

Maputo, Fevereiro de 1998

338.43.01 (679)  
M992 c  
04

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 26401
DATA 23/ Setembro/ 1998
AQUISIÇÃO refer to
COTA HT-61



### *Dedicatória*

*Dedico esta dissertação à minha família: pais, irmãos, tios e aos demais. Dedico-a também, à memória de todos os meus parentes falecidos em particular à do meu avô, Mateus Sansão Muthemba.*

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau. Constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que usei.

338.43.01(679)  
M992c

## RESUMO

Esta dissertação analisa a cooperativização agrícola em Moçambique no período posterior à independência. A análise é feita através de um estudo de caso que serve de janela à cooperativização agrícola em Moçambique. Trata-se do caso da Cooperativa 25 de Setembro de Boane, na província de Maputo. O foco do estudo incide sobre dois dos actores envolvidos na cooperativização, nomeadamente: o Estado e os cooperativistas, eles próprios. Versa fundamentalmente sobre o impacto das políticas do primeiro actor sobre este último.

No *Capítulo 1* apresento a dissertação, e as técnicas de pesquisa usadas no processo de investigação que conduziu à elaboração da mesma. A historiografia do cooperativismo e das cooperativas em Moçambique, apresenta um largo espectro de áreas e formas de abordagem que são agrupadas neste capítulo. A dissertação procura discutir a sustentabilidade da cooperativa estudada à luz das mudanças políticas, económicas e sociais que se têm verificado nos 22 anos passados desde a Independência Nacional. Procura também apresentar a cooperativa agrícola como uma instituição viável, desde que a sua concepção reflecta o querer dos camponeses beneficiários - chave para um desenvolvimento auto-sustentado.

No *Capítulo 2* debruço-me sobre as cooperativas em Moçambique, particularmente sobre os conceitos, teorias e evolução. Apresento a cooperativa como uma instituição que não se cinge apenas a países socialistas ou em desenvolvimento e que é recomendada por diversas instituições supranacionais. Discuto o conceito de cooperativa que Makoto Sato propõe para Moçambique, no período posterior à independência, Cooperativa como "organização de pessoas economicamente dependentes" - uma definição ideologizada de Cooperativa.

O *Capítulo 3* versa a cooperativização agrícola em Moçambique no pós-independência, com referências à cooperativização no período colonial. debruça-se ainda sobre a continuidade e a descontinuidade das políticas e estratégias de cooperativização em Moçambique.

O *Capítulo 4* é reservado ao estudo de caso. Apresento as diferentes experiências do movimento cooperativo no pós-independência, vistas através da Cooperativa 25 de Setembro: seu funcionamento, a história dos seus membros, a composição social dos mesmos, sua organização interna, conflitos e as razões que estão por de trás da sobrevivência e do actual funcionamento da cooperativa.

Por fim, no *Capítulo 5* apresento a cooperativa estudada como um espelho no qual se reflecte toda a cooperativização agrícola em Moçambique no período em estudo. As fases da cooperativização e das formas de produção em moldes colectivos em Moçambique são as mesmas da Cooperativa 25 de Setembro. Os problemas são os mesmos. A Cooperativa 25 de Setembro é a Cooperativa real de Moçambique no pós-independência.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação resulta de um trabalho de pesquisa em arquivos, bibliotecas e centros de documentação de diversas instituições e também de um exaustivo trabalho de campo. Graças ao inestimável apoio de várias pessoas e instituições, foi possível superar todas as limitações que um trabalho desta natureza impõe. É a essas pessoas e instituições que quero manifestar a minha mais sincera e profunda gratidão.

Ainda que correndo o risco de omissão, involuntária, de alguns nomes passarei mencionar os seguintes:

Minha família.

Membros da Cooperativa Agrícola 25 de Setembro de Boane.

HELVETAS (Boane) em particular ao seu coordenador, o Sr. Luís Dinís.

Direcção distrital de Agricultura e Pescas de Boane.

Direcção provincial de Agricultura e Pescas de Maputo.

Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras da UEM, pelo importante suporte material prestado. A todos os membros: funcionários, docentes-investigadores, em especial à dr<sup>a</sup>. Maria José Arthur, que muito me incentivou.

Meu supervisor, o Prof. Doutor Yussuf Adam pela amizade, paciência, encorajamento que me deu e pelo que esta experiência me permitiu aprender.

Sheila Anlawe e família, por todo o apoio que me concederam nas diversas etapas da preparação desta dissertação.

Meus professores e colegas do 5º ano, pelo encorajamento, críticas e contribuições prestadas para o enriquecimento desta dissertação. Estou particularmente agradecido ao Prof. Doutor Arlindo Chilundo, pela orientação, conselhos e estímulo prestados.

Direcção Nacional de Extensão Rural do MAP que me facilitou o acesso à sua documentação.

UNAC - União Nacional de Camponeses que prontamente colocou à minha disposição a sua documentação e pelas entrevistas concedidas.

Senhora Wenke Adam pela revisão e arrumação da primeira versão da dissertação.

dr<sup>a</sup>. Amélia Souto (Centro de Estudos Africanos), pela revisão da última versão desta dissertação.

Prof. Doutor David Hedges, meu professor e oponente a quem devo o estímulo e as valiosas contribuições prestadas quer ao longo da elaboração da dissertação, quer aquando da preparação da última versão.

Dr. Soares (PNUD - Maputo) pela amabilidade que teve de colocar ao meu dispor a sua colecção bibliográfica sobre metodologias de investigação.

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACI** - Aliança Cooperativa internacional

**BPD** - Banco Popular de Desenvolvimento

**CNAC** - Comissão Nacional das Aldeias Comunais

**DDR** - Direcção de Desenvolvimento Rural

**DINOPROC** - Direcção Nacional de Produção Colectiva

**DNER** - Direcção Nacional de Extensão Rural

**EUA** - Estados Unidos da América

**FPLM** - Forças Populares de Libertação de Moçambique

**FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique

**GODCA** - Gabinete de Organização e Direcção das Cooperativas Agrícolas

**HELVETAS** - Associação Suíça para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional

**ITK** - Conhecimentos Tecnológicos Indígenas (tradução de Indigenous Technological Knowledges)

**MAP** - Ministério da Agricultura e Pescas

**OMM** - Organização da Mulher Moçambicana

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**RENAMO** - Resistência Nacional de Moçambique

**RPM** - República Popular de Moçambique

**SOC** - Sector de Organizações Colectivas (DNER)

**UGACCAB** - União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Boane

**UGC** - União Geral das Cooperativas

**UNAC** - União Nacional de camponeses

**UNESCO** - Organização da Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

**YBIB** - Yussuf Adam's Bibliography (coleção pessoal de documentos do Dr. Yussuf adam)

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO, TÉCNICAS DE PESQUISA.....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução.....	1
1.2. Objecto da dissertação.....	2
1.3. Justificação da dissertação.. ..	3
1.4. Técnicas de Pesquisa.....	4
Documentos Escritos.....	5
Documentação escrita sobre a Cooperativa 25 de Setembro.....	6
Fontes orais.....	8
<i>a) Informantes Chave.....</i>	<i>9</i>
<i>b) Histórias de Vida .....</i>	<i>10</i>
<i>c) Entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas.....</i>	<i>11</i>
Observação e trabalho de campo.....	11
1.5. Crítica das fontes.....	12
1.6. A Historiografia do Cooperativismo e Cooperativas em Moçambique.....	13
<i>Fontes Orais.....</i>	<i>16</i>
 <b>CAPITULO 2: COOPERATIVAS EM MOÇAMBIQUE: CONCEITOS, TEORIAS, EVOLUÇÃO.....</b>	 <b>18</b>
2.1. Introdução.....	18
2.2. Conceitos.....	20
2.3. Movimento cooperativo em Moçambique.....	21
2.4. Cooperação antagónica.....	23



<b>CAPÍTULO 3: A COOPERATIVIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE, NO PERÍODO POSTERIOR À INDEPENDÊNCIA.....</b>	<b>24</b>
3.1. Introdução.....	24
3.2. Continuidade e descontinuidade nas Políticas e Estratégias de Cooperativização em Moçambique.....	24
Período Colonial.....	24
Período Pós-Colonial.....	26
Tipo de Unidades existentes.....	30
Tipo de Organizações.....	32
Cooperativas de Serviços.....	33
3.3. Cooperativas para ajudar-se a si próprio ou para receber ajudas?.....	40
<b>CAPÍTULO 4: O CASO DA COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO EM BOANE.....</b>	<b>40</b>
4.1. Introdução.....	40
4.2. O Distrito de Boane.....	40
4.3. De Vongwine a 25 de Setembro: a ocupação da terra no local da cooperativa.....	42
As Primeiras concessões .....	43
A Era Benini.....	46
A Nacionalização.....	47
Machamba do Povo 25 de Setembro.....	49
4.4. A Cooperativa: processo de criação da Cooperativa.....	52
4.5. Sobre a União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Boane.....	57
Beneficiários: Evolução.....	59
4.6. A Nova Cooperativa.....	59
Os Membros: .....	63
a) Dinâmica.....	63
b) Composição Social.....	65

c) Escolaridade.....	69
d) Alguns elementos sobre aspectos de género.....	71
4.7..Calendário agrícola e pressão sazonal: distribuição do trabalho.....	74
4.8. Mecanismos de controle social.....	75
4.9. Os Equipamentos: manutenção e conservação.....	77
<b>CAPITULO 5: COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO: UMA COOPERATIVA EM REACTIVAÇÃO PERMANENTE.....</b>	<b>79</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>92</b>

## CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO, TÉCNICAS DE PESQUISA

### 1.1. Introdução

O objecto desta dissertação é o estudo do movimento cooperativo no pós-Independência em Moçambique visto através da janela da *Cooperativa Agrícola 25 de Setembro* localizada no distrito de Boane, província de Maputo.

As apresentações públicas das políticas de desenvolvimento adoptadas imediatamente após a Independência de Moçambique privilegiavam a cooperativização como um instrumento para o desenvolvimento. Uma das argumentações apresentadas pela FRELIMO para a defesa das suas políticas de cooperativização era de que se tratava da extensão para um novo contexto da filosofia que caracterizou a vida nas *Zonas Libertadas*, durante a Luta Armada de Libertação Nacional. Existe uma falta de correspondência entre o discurso e avaliação da FRELIMO sobre a cooperativização nas zonas libertadas e a realidade histórica. As cooperativas nunca chegaram a ser a forma dominante de produção e a designação cooperativa era aplicada a qualquer grupo de pessoas independente da sua organização interna.<sup>1</sup>

A cooperativização agrícola e a formação das aldeias comunais eram consideradas a "espinha dorsal da socialização do campo", instrumentos fundamentais para a materialização da política socialista do governo da República Popular de

---

<sup>1</sup>. Ver Casal, Adolfo Y. 1992. "Discurso socialista e camponeses africanos: Legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984)". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14/15 (1991), pp. 35-76.

Moçambique. O movimento cooperativo introduzido pelas políticas estatais tem sido apontado como um dos factores que esteve na origem da "crise estrutural revolucionária"<sup>2</sup> que ocorreu nas zonas rurais de Moçambique na década de 80.

## 1.2. Objecto da Dissertação

A Cooperativa Agrícola 25 de Setembro<sup>3</sup>, uma das "sobreviventes" do amplo movimento cooperativo posterior à independência de Moçambique, constitui o *estudo de caso* a partir do qual pretendo apresentar as experiências do movimento cooperativo no pós independência.<sup>4</sup>

Pretendo também discutir através deste estudo de caso, a sustentabilidade<sup>5</sup> da cooperativa 25 de Setembro, à luz das mudanças políticas, económicas e sociais que se verificaram ao longo dos 22 anos já decorridos da adopção de formas de produção colectiva no Moçambique independente.

O meu estudo não se circunscreveu à Cooperativa 25 de Setembro desde o seu surgimento em 1981 até ao presente. Para compreender o seu desenvolvimento foi necessário estudar a história da região, o Vale do Umbelúzi, e a história da propriedade

---

<sup>2</sup> De acordo com o Casal, A.Y. 1988. "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunitárias."

<sup>3</sup> Sobre as diversas etapas do movimento cooperativo. Foi também palco, da implementação das formas de produção colectiva posteriores à independência nacional, nomeadamente: "Machamba do Povo" e "Machamba Estatal".

<sup>4</sup> Adopto a definição de Lakatos, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. 1995. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo. Atlas. p. 106. Para as autoras, "O estudo de caso como método de procedimento em ciências sociais, "constitui uma etapa mais concreta da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenómenos menos abstractos."

<sup>5</sup> Os conceitos *sustentabilidade/sustentável* estão em voga e significam diferentes coisas para diferentes pessoas. Neste caso sustentabilidade significa a capacidade que a cooperativa 25 de Setembro tem ou teria para funcionar como unidade produtiva rentável e independente dos donativos do Estado ou de outras instituições.

agrícola onde está situada.

Para compreender o funcionamento da Cooperativa 25 de Setembro estudei a história dos indivíduos que são membros da cooperativa, a composição social dos mesmos, a organização interna da cooperativa, as relações entre os membros da cooperativa e os benefícios obtidos por cada "grupo" de membros.

### 1.3. Justificação da dissertação

Esta dissertação é mais uma contribuição para a elaboração da história do movimento cooperativo no período pós-independência, com o estudo de uma *cooperativa-piloto* cujo percurso cobre todas as etapas da produção colectiva no período em estudo. Este estudo foi realizado entre 1996 e 1997, altura em que se reformulam os modelos de cooperativização na agricultura em que o modelo de cooperativa defendida pelo Estado, pelos doadores, por ONG's e pelos próprios camponeses é a *cooperativa de prestação de serviços* que é fundamentalmente uma cooperativa de produtores de pequena escala.

Duas concepções fundamentais caracterizam, em 1997, o discurso dos próprios camponeses, de analistas e de políticos sobre o que é a cooperativa:

a) Cooperativa é "considerada coisa do outro tempo do socialismo", "algo que falhou e não serve", "coisas do regime anterior que criaram muitos problemas", "os camponeses preferem Associações<sup>6</sup> a Cooperativas". A cooperativa é considerada um

---

<sup>6</sup>. Na prática, de acordo com Renaldo Chingore (vice-presidente da UNAC - União Nacional de Camponeses), não existe diferença entre associação de camponeses e cooperativa agrícola em Moçambique. Os mecanismos de funcionamento são os mesmos. A diferença situa-se ao nível formal (do conceito) e também ideológico. Para Ferrinho, (1997) :03, "do ponto de vista sociológico, Associações e Cooperativas são grupos de seres humanos que se organizam a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativos ou não) participando de uma forma organizada, numa ou noutra função social (...). A diferença entre aqueles dois conceitos, situa-se ao nível jurídico..."

conceito político e ideológico, "coisas do socialismo".

b) A Cooperativa é uma instituição viável em Moçambique sobretudo para as populações rurais que devido às dificuldades enfrentadas pelo sector público, constituiriam o instrumento da realização de um desenvolvimento auto-sustentado que reflecta o querer das populações e que satisfaça as suas necessidades. A adesão à *nova cooperativa* aparece como parte das estratégias de sobrevivência dos grupos que a ela aderem para assegurarem uma parcela de terra com título num contexto em que os pequenos camponeses isolados estão cada vez mais ameaçados de perder as suas terras na disputa com os produtores do sector privado.

A escolha da cooperativa 25 de Setembro ficou a dever-se ao facto de ela se enquadrar nas características acima mencionadas em termos de faseamento do movimento cooperativo em Moçambique, ao facto de ter membros com uma composição social bastante heterogénea. Aspectos práticos como a distância da cidade de Maputo e daí uma maior facilidade de deslocação e custos reduzidos, também influenciaram na escolha da cooperativa 25 de Setembro para caso a estudar.

#### 1.4. Técnicas de Pesquisa<sup>7</sup>

Ao longo do processo de investigação de que resulta a presente dissertação complementei as metodologias da História - utilização de documentação escrita, e de fontes orais - com técnicas de pesquisa desenvolvidas por outras tradições de investigação. Técnicas de investigação incluídas nas abordagens denominadas LRP

---

<sup>7</sup> Por técnicas de pesquisa, entende-se: "conjunto de instrumentos de colecta, tabulação, análise e interpretação de dados, como questionário, entrevista, formulário, história de vida, técnicas estatísticas, etc." Técnica de Pesquisa é a etapa prática ou operacional da metodologia. A outra etapa (teórica e abstracta) é o Método. Megale (1989) :67

(Levantamento Rural Participativo) constituíram ferramentas úteis<sup>8</sup> no processo de investigação que permitiram aprofundar as entrevistas semi-estruturadas e explorar ainda mais os conhecimentos e informações mantidas pelos membros da cooperativa.

A pesquisa consistiu no seguinte: consulta de materiais escritos, publicados e não-publicados; entrevistas individuais, semi-estruturadas ou não; utilização de ferramentas do LRP ("time-lines"<sup>9</sup>, ordenações, e mapeamento participativo. A observação sistemática foi também uma técnica utilizada durante o trabalho de campo.

#### Documentos escritos

Consultei relatórios produzidos por várias instituições, HELVETAS (Associação Suíça para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional), Ministério de Agricultura e Pescas, Cooperativa 25 de Setembro, como parte da sua actividade quotidiana. Utilizei também projectos e planos; correspondência diversa; processos de atribuição de terras; e, legislação diversa, referente às cooperativas no período posterior à Independência Nacional.

Para além do Arquivo Histórico de Moçambique trabalhei no Arquivo do Departamento de Desenvolvimento Rural do MAP (Ministério da Agricultura e Pescas), na Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA) onde tentei localizar o processo da propriedade agrícola onde está situada a Cooperativa 25 de Setembro e no arquivo da delegação da HELVETAS em Boane. As bibliotecas e

---

<sup>8</sup>. Sobretudo os exercícios visuais realizados permitiram uma maior interacção com os entrevistados e uma maior capacidade de expressão das suas ideias.

<sup>9</sup>. Veja na secção de anexos desta dissertação, a cronologia contendo os principais acontecimentos da vida da Cooperativa e também informação sobre a terra onde esta está implantada.

centros de documentação nomeadamente do Centro de Estudos Africanos (CEA), do CDA (Centro de Documentação Agrária), Biblioteca da Faculdade de Agronomia, foram também consultadas. A colecção pessoal do Dr. Yussuf Adam forneceu também algum do material utilizado.

Trabalhos científicos (teses de licenciatura e de doutoramento relevantes para a compreensão do movimento cooperativo em Moçambique); monografias e artigos foram também consultados.

#### **Documentação escrita sobre a Cooperativa 25 de Setembro**

A Cooperativa 25 de Setembro não tem um arquivo organizado. Consegui encontrar listas de membros, preços praticados e documentos de contabilidade. Não existem actas de reuniões realizadas.

O tipo de documentação encontrada só por si constitui evidência importante sobre a cooperativa: revela os problemas existentes no seu funcionamento - falta de transparência na gestão da cooperativa e pouca importância da Assembleia Geral. A Comissão de Gestão não faz prestação de contas aos há pelo menos duas campanhas - 1995-1996, 1996-1997. A falta de um arquivo "completo" da cooperativa revela fraquezas na sua gestão: inexistência de um registo e sistematização da informação sobre as suas actividades. A cheia provocada pela depressão tropical *Domoína*, em 1984, destruiu parte dos registos que haviam sobre as reuniões e visitas à Machamba do Povo 25 de Setembro.

A delegação da HELVETAS em Boane, possui um arquivo com documentação



sobre a cooperativa 25 de Setembro. Trata-se de documentos que cobrem o período que vai de 1988 a 1994/5. Houve neste período, a preocupação de sistematizar a informação sobre as actividades da HELVETAS na cooperativa e monitorar o funcionamento da cooperativa.

Os documentos encontrados na sede da HELVETAS são do seguinte tipo: correspondência relativa ao processo de legalização da ocupação da terra pela cooperativa, planos e projectos realizados pela HELVETAS na cooperativa, estatutos da cooperativa 25 de Setembro, listas nominais dos membros e candidatos a membros da cooperativa, acordos entre a HELVETAS e a cooperativa, actas e relatórios das reuniões realizadas entre 1991 e 1992, com discussão sobre a manutenção ou não do estatuto de cooperativa ou a sua transformação numa associação. A documentação do arquivo da HELVETAS documenta apenas uma parte da história da cooperativa: 1989 a 1994, o período em que a HELVETAS prestou assistência na revitalização da mesma.

Documentos sobre a cooperativa 25 de Setembro também foram encontrados no arquivo do GODCA (Gabinete de Organização e Direcção das Cooperativas Agrícolas) no MAP. Trata-se de relatórios das brigadas de selecção de cooperativas-piloto. Os relatórios do GODCA foram produzidos num contexto e com objectivos específicos: informar a direcção do Ministério da Agricultura sobre a situação da "Machamba do Povo" e depois sobre a cooperativa. São relatórios referentes às campanhas de 1977/8 e 1982/3.

### *Fontes orais*

As fontes orais<sup>10</sup> foram bastante importantes particularmente para o capítulo quatro da dissertação (o estudo de caso). As entrevistas serviram para completar a informação recente sobre a cooperativa como também para completar a informação oferecida pela documentação escrita existente. Serviram também para a reconstrução da parte não registada da história da cooperativa e da ocupação e propriedade da terra onde esta está implantada.

As dezasseis entrevistas realizadas foram de diferentes tipos quer quanto ao número de entrevistados (individuais ou colectivas) quer quanto ao encadeamento de perguntas (semi-estruturadas e não estruturadas). A selecção dos informantes foi feita de forma a englobar os diferentes tipos de membros (novos, antigos, chefes, membros-simples), diferentes origens regionais e étnicas (Rongas, Changanes, Matsuas, Chuabos), Género (Homens, Mulheres) e diferentes posições de poder e de saber.

As perguntas colocadas a cada informante não se circunscreveram a temas ligados à história da cooperativa e da cooperativização. Dados pessoais - local de nascimento, idade, língua que fala, etc - foram também recolhidos para permitir ligar as opiniões ao indivíduo.

---

<sup>10</sup>. As fontes orais de acordo com Vansina, Jan. 1985. *Oral tradition as History*. Nairobi. Heinemann. p.12, são para os historiadores um importante instrumento de investigação. Elas consistem em reminiscências, aquilo que se ouviu dizer "hearsay", ou em relatos de testemunhas oculares sobre eventos e situações que lhes são contemporâneos, aquilo que ocorreu durante o tempo de vida do informante. As mesmas fontes também nos forneceram informações sobre aquilo que o autor em referência (pp.173 -185) considera *tradição oral*, informações que passaram de boca em boca, por um período além do tempo de vida dos informantes.

### a) Informantes Chave

Os informantes<sup>11</sup> chave forneceram informações para a elaboração de uma história da zona desde o século XIX. Localizei-os entre os membros da cooperativa. O primeiro chegou à zona em 1952 e dedica-se ao trabalho agrícola desde a altura. O segundo informante regressou definitivamente à zona da cooperativa em 1973/4 ido das minas na África do Sul e já tinha residência em Boane desde princípios da década de 50.

Os dados sobre a história da propriedade e uso da terra onde está implantada a cooperativa foram obtidos das entrevistas orais que depois foram confrontadas com os poucos materiais escritos existentes (documentos de cadastro sobre a concessão de terras, artigo da revista Tempo, a obra de Eduardo Saldanha e mapas).

As entrevistas determinam três fases da história da Cooperativa e da terra onde esta está situada com balizas muito gerais baseadas na evolução da propriedade do solo: era do Saldanha / tempo dos Benini / independência: machamba do povo e cooperativa. A periodização feita pelas fontes trouxe limitações diversas ao processo de investigação, que foram sendo resolvidas no decurso da própria investigação.<sup>12</sup>

Para a fase mais recente da vida da cooperativa - era da *nova cooperativa* tive

<sup>11</sup>. Utilizo a designação *informante* e não a de *informador* devido às conotações negativas deste último termo popularizado como designação para colaborador da polícia, traidor, etc...

<sup>12</sup>. Baseada em calendários de eventos como "fuga de Benini", "chegada da FRELIMO", "subida das águas do rio", "fome resultante de grande seca", etc, que foram tomados como referência para estabelecer o período ou data em que ocorreu um acontecimento determinado. Para Vansina (1985) :175, "*antes e depois* são as duas direcções cardinais do tempo em qualquer lugar. O tempo é determinado pela ocorrência de fenómenos naturais, de eventos extraordinários, (...) ou pela referência ao regresso de eventos sociais recorrentes".

Fiz também, uma tentativa de entrevista escrita (via-fax), com a família Benini ou seu advogado na Itália, cujo testemunho julgava importante para a reconstrução da parte da história da terra da cooperativa com eles relacionada. Era meu objectivo, confrontar as informações orais fornecidas pelos cooperativistas, dada a grande dificuldade que tive de encontrar documentos dos serviços de geografia e cadastro, referentes ao período em que aquela família explorou a terra. Não consegui localizar no Boletim Oficial nem nas Sinopses dos Boletins Oficiais no Arquivo Histórico de Moçambique a portaria de concessão da terra a Benini.

como informantes chave o extensionista rural que vive e trabalha na cooperativa e também o representante da HELVETAS em Boane que me permitiu o acesso aos materiais escritos sobre a cooperativa e me forneceu as primeiras informações gerais sobre a cooperativa e o tipo de relação existente entre a sua organização e a *cooperativa* 25 de Setembro.

### *b) Histórias de Vida*

As histórias de vida reflectem a evolução da vida de um indivíduo desde o seu nascimento até à data da entrevista. As histórias de vida como técnica de pesquisa, permitiram-me obter informações sobre a história da educação, formação, emprego e desenvolvimento económico dos meus entrevistados. Recolhi ao todo, oito histórias de vida. Através das histórias de vida de cooperativistas foi possível captar com detalhe aspectos relacionadas com a sua integração na cooperativa.

Algumas das histórias de vida recolhidas além de reflectirem o percurso de vida individual de cada um dos entrevistados, apresentam aspectos da economia política do distrito de Boane: o trabalho migratório, as grandes plantações colonas, as empresas estatais, as estratégias e políticas de desenvolvimento do período pós-colonial (Operação Produção e aldeias comunais), a guerra recente (desmobilizados e deslocados de guerra), etc. As histórias de vida revelam as razões da heterogeneidade étnica da população de Boane e da cooperativa. As histórias de vida reflectem também o impacto de fenómenos naturais de grande envergadura como foi a depressão tropical *Domoína* em 1984 na produção agrícola no distrito de Boane e na cooperativa.

### *c) Entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas*

As entrevistas realizadas na cooperativa conduzidas para a recolha de histórias de vida ou de outros assuntos não seguiram um questionário muito rígido. Utilizei um guião de entrevista com os principais tópicos sobre os quais queria recolher informação. No geral, os tópicos abordados foram: nome, idade (ou data de nascimento), origem (lugar e filiação), educação, história de emprego, casamento, filhos, propriedade, integração na cooperativa (tamanho da machamba, meios com que trabalha, principais problemas e dificuldades, perspectivas). As entrevistas foram registadas sistematicamente utilizando dois métodos: a gravação em fita magnética e a tomada de notas em cadernos de campo.

### **Observação e trabalho de campo**

A observação no local da cooperativa, o trabalho de campo, a visita à casa dos cooperativistas, onde realizei a maior parte das entrevistas, permitiu-me "medir a temperatura" da cooperativa (verificar se o discurso e os dados fornecidos pelas fontes correspondiam ao que se tinha verificado), estabelecer uma relação de confiança com os membros e ser aceite por eles como investigador independente e não como membro do governo ou de qualquer outra instituição.

A observação foi feita com base num guião estabelecido após as primeiras visitas exploratórias ao local. O guião incluiu tópicos como: espaço residencial ocupado; posses (aspectos visíveis: móveis, louças, animais, redes de pesca, carroça, colmeia, etc); Terreno que explora (dimensões, localização no mapa de ocupação da terra, se explora toda a área ou não, terra no espaço reservado à agricultura de sequeiro,

tipo de culturas que produz, tipo de instrumentos com que realiza a actividade agrícola, etc); mecanismos de funcionamento da cooperativa como rede social (papel de cada um).

### 1.5. Crítica das fontes

Ao longo da pesquisa, consultei vários tipos de documentos. Cada um dos documentos consultados foi produzido num contexto social, político e económico determinado. A crítica das fontes tinha por objectivo separar as opiniões e interpretações dos que produziram esses documentos do desenvolvimento real verificado no terreno.

As análises sobre o movimento cooperativo em Moçambique pós-25 de Junho de 1975, apresentam uma dicotomia entre o presente e o passado, distinguindo dois períodos: o período da República Popular de Moçambique ou do socialismo (1975/90) e o período actual. A cooperativa e o movimento cooperativo surgido imediatamente no pós-Independência e durante a vigência da República Popular de Moçambique são considerados retrospectivamente, em 1997, falsos e forçados quer por cooperativistas quer por funcionários de ONG's e do governo: "ele foi um fracasso e concorreu para a crise económica e social pela qual Moçambique passa"; "muitos aderiram à Cooperativa porque o partido a fundou", etc.<sup>13</sup> As cooperativas actuais são voluntárias. São o reflexo da vontade dos associados. São "a Cooperativa verdadeira".

A adesão dos camponeses às cooperativas, no primeiro período, é apresentada

---

<sup>13</sup>. Quando faziam estas afirmações os informantes pediam "off the record". Não queriam ser citados.

como um acto para o qual as pessoas foram coagidas. Mesmo aquelas pessoas que estiveram à frente da mobilização e direcção do movimento, aos mais diversos níveis não se juntaram ao movimento, segundo esta explicação, de livre vontade, foram obrigadas.

Há por outro lado, ao nível da documentação do partido e do governo, uma tendência notória para apresentar a cooperativa como o espelho do novo modelo de sociedade, livre da exploração do homem pelo homem e como a base em que assentou a vida nas zonas libertadas durante os dez anos de luta armada. A literatura sobre aquela etapa do movimento cooperativo reproduz as fontes existentes. Tende a apresentar a cooperativa da mesma maneira.

#### **1.6. A Historiografia do Cooperativismo e Cooperativas em Moçambique**

Várias obras têm sido produzidas sobre o movimento cooperativo no período pós-colonial e colonial em Moçambique. Obra de pessoas consideradas historiadores ou que se consideram a si próprios historiadores mas também de economistas, de agrónomos, antropólogos, geógrafos e profissionais de várias áreas. A diversidade de profissões e disciplinas envolvidas a estudar o movimento cooperativo tem contribuído para a compreensão das suas diferentes características e particularidades.

A importância do tema em Moçambique e a sua complexidade determinam que ele deve ser abordado em várias perspectivas pois, trata-se de um problema multifacetado - que tem a ver com a agricultura, terras, com aspectos de carácter social, etc.

Os estudos existentes podem ser agrupados em três grandes períodos considerando a situação sócio-político e económica: período colonial, pós-colonial / socialismo - desenvolvimento paticipativo.

As análises produzidas podem ser distinguidas tomando em consideração o valor e juízos de valor, as teorias defendidas ou aceites, a evidência ou dados empíricos utilizados e os objectivos dos estudos.

Os objectivos da maior parte dos autores variavam e podem ser inscritos num largo espectro: Numa ponta os que queriam consolidar o movimento cooperativo, levando a que o estado adoptasse políticas que tomassem em conta a realidade objectiva do campesinato e no outro extremo os que consideravam que o movimento cooperativo não era alternativa para a produção familiar.

Os valores e juízos de valor também podem ser incluídos num espectro em que numa ponta temos os que achavam que o desenvolvimento ideal era o socialismo e outros que achavam que não era.

A teoria da maior parte dos analistas era a aceitação da transição para o socialismo, o marxismo como teoria explicativa de mudanças da sociedade. O objectivo era melhorar o processo de cooperativização, limar as arestas e detectar as contradições das políticas do estado.

A evidência e os dados empíricos variavam imenso. Há um grande número de casos de cooperativas estudadas - estudos de terreno, baseados em entrevistas. Os diferentes estudos sobre o movimento cooperativo em Moçambique podem ser agrupados da seguinte forma:



- Estudos comparativos regionais: Sato<sup>14</sup>, analisou o movimento cooperativo em vários países da África Austral comparando a experiência do Zimbabwe, com as de Moçambique e da Swazilândia.

- Estudos da Cooperativização em Moçambique no período colonial.<sup>15</sup> Dois grandes grupos de trabalhos podem ser distinguidos: os elaborados por autores da época como Ferrinho e outros e os elaborados por autores do pós-Independência. Cooperativas que surgiram no período colonial e que têm algum tipo de ligação com o movimento nacionalista foram também estudadas. Estudos sobre cooperativas durante a Luta Armada: Vários estudos têm se debruçado sobre a cooperativização nas zonas libertadas tentando confrontar a realidade no terreno com os discursos e interpretações políticas.<sup>16</sup>

-Estudos sobre Cooperativas e Cooperativização no pós-Independência. Alguns dos estudos referem-se a cooperativas singulares. Trata-se de estudos de caso de algumas organizações espalhadas um pouco por todo o país. As análises de estratégias e políticas de desenvolvimento no período pós-colonial incluem quase sempre uma análise das políticas e estratégias de cooperativização e contêm estudos de caso.<sup>17</sup> A

---

<sup>14</sup> Sato, Makoto. 1987. *The Development of Cooperatives in Post-independence Zimbabwe: With additional reference to the experiences in Swaziland and Mozambique*. pp.304. Tese, Ph.D, The University of Leeds, Department of politics.

<sup>15</sup> (Adam, Yussuf. 1983/4, 1986, 1991...).

<sup>16</sup> Adam, Y. 1979. *As cooperativas durante a luta armada*. Maputo/Isaacman, Allen. 1962. *The Mozambican cotton cooperative: the creation of a grassroots alternative to forced commodity production*. Harare. University of Zimbabwe./Bragança, Aquino de. 1984. *Projecto de pesquisa: das zonas libertadas (Cabo Delgado, Niassa, Tete) às Zonas Verdes de Maputo: o desenvolvimento das cooperativas na luta pela transformação das relações de produção*. Maputo. Centro de Estudos Africanos.

<sup>17</sup> O'Laughlin, Bridget. 1981. *A Questão agrária em Moçambique*; Adam etc... Casal, Adolfo Y., (1988), "A crise da Produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique"; Casal, A. 1991. "Discurso Socialista e Camponeses africanos: legitimação política-ideológica da Socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984)"; Harris, Laurence (1980) - *Agricultural Cooperatives and development policy*

evolução da legislação e das políticas e estratégias de desenvolvimento rural incluindo as cooperativas está também documentada e analisada.<sup>18</sup>

A análise da maior parte destes trabalhos está ainda por fazer.<sup>19</sup> Constituem um repositório fundamental de informação para a análise do movimento cooperativo em Moçambique.

### *Fontes Orais*

Foram minhas fontes orais, os cooperativistas, técnicos de extensão rural no distrito, membros da UGACCAB<sup>20</sup>, funcionários do Ministério da agricultura e pescas, o coordenador em Boane da organização suíça, *HELVETAS* e o vice-presidente da UNAC<sup>21</sup>. Portanto, protagonistas deste movimento.

A recolha da informação sobretudo oral teve algumas limitantes como:

i) funcionários de instituições ligadas à cooperativização sempre "muito ocupados" (no dia e à hora marcada não estavam ou se estavam tinham outras tarefas importantes); funcionários que diziam que o Estado está a desenvolver reflexões visando revitalizar a cooperativização mas que não conhecem detalhes...e por isso não

---

in Mozambique; Serra, Almeida. 1991. Política agrária e desenvolvimento económico e social na República Popular de Moçambique; Roesch, Otto. 1984. "Peasants and rural development in Mozambique"; Marshall, Judith and Roesch, Otto, (1993).

<sup>18</sup>. Negrão, José G. 1981. *A Questão agrária em Moçambique: 1962-1981*/ Bowen, Merle. 1986. *Let's Build agricultural cooperatives: socialist agricultural development strategy in Mozambique, 1975-1983*. Tese, Ph.D. Toronto. University of Toronto.

<sup>19</sup>. O aproveitamento integral das informações disponíveis não poderia ser feito no âmbito limitado de uma dissertação de licenciatura.

<sup>20</sup>. União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Boane.

<sup>21</sup>. UNAC - União Nacional dos Camponeses. Congrega as cooperativas agrícolas e associações de camponeses de todo o país. Tem sede em Maputo e foi fundada em Abril de 1993. Ela presta apoio nas áreas de gestão, fornecimento de insumos diversos, formação, legalização de terras e de organizações camponesas, entre outras. O aparecimento desta união, representa uma nova etapa na história do movimento cooperativo em Moçambique. Uma etapa iniciada em 1987 e ainda em curso. Uma das características desta etapa é o facto de à luz das mudanças políticas verificadas no país, nomeadamente a introdução do multipartidarismo e da liberdade de associação, os líderes da união aparecerem publicamente a pronunciar-se como "independentes" dos ditames do governo e de outras instituições externas ao movimento cooperativo e a criticar a forma como o governo conduziu a questão da cooperativização nos primeiros anos após a independência de Moçambique.

podiam adiantar opiniões, etc....

ii) Os cooperativistas tinham dificuldade em fornecer datas precisas;

iii) A existência de dois tipos de discurso: o público e o privado. Em público os testemunhos eram: a cooperativa está bem, as coisas correm bem apesar das dificuldades. Em privado os testemunhos apresentavam as contradições: estamos insatisfeitos, as coisas não andam bem, etc.

A utilização de uma estratégia de investigação baseada na utilização múltipla de vários métodos das ciências sociais permitiu a crítica das fontes. A utilização de fontes diversas (documentação escrita, entrevistas e as minhas próprias observações) para obter informação sobre o mesmo assunto e a triangulação (obtenção de informação sobre o mesmo assunto utilizando a mesma técnica por exemplo a entrevista de três informantes diferentes) permitiram fazer uma crítica da informação recolhida.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup>. Ver Yin, Robert K. 1993. *Applications of case study research*. Califórnia. SAGE publications. p.69.

## CAPITULO 2: COOPERATIVAS EM MOÇAMBIQUE: CONCEITOS, TEORIAS, EVOLUÇÃO

### 2.1. Introdução

A concepção comum ou vulgar de cooperativa indica, em geral, qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Todavia não existe um conceito universal de cooperativa nem entre membros do movimento nem entre analistas.

A cooperativização está na ordem do dia e assume nos diversos países e continentes, as mais variadas formas. Este movimento não se circunscreve aos países subdesenvolvidos ou aos de orientação socialista e não aparece como um movimento anacrónico. Das várias formas de organização voluntária possíveis, a experiência de diversos países tem demonstrado ser a cooperativa aquela que melhor corresponde às exigências que o desenvolvimento faz, não só às pessoas como à sociedade e ao ambiente. Deste modo, a cooperativização é recomendada tanto por organizações supra nacionais, caso da Organização das Nações Unidas, ONU<sup>23</sup>, bem como pelos chefes de estado e de governo de todo o mundo, reunidos na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social<sup>24</sup>. As cooperativas agrícolas são recomendadas como um meio de realização de programas de desenvolvimento auto sustentável, sobretudo em países subdesenvolvidos como o nosso, onde devido a factores diversos a população rural está

<sup>23</sup>. A Resolução Nº 49/155 da Assembleia Geral, reconhece que "as cooperativas, nas suas mais variadas formas, estão a tornar-se um factor indispensável ao desenvolvimento social e económico de todos os países, promovendo a participação mais completa possível de todos os grupos da população..." Ferrinho (1997) :20

<sup>24</sup>. Veja Declaração de Copenhaga, na qual aqueles assumiram o compromisso de "utilizar e desenvolver plenamente o potencial e contribuição das Cooperativas para a obtenção dos fins do Desenvolvimento Social.

económicamente debilitada<sup>25</sup>.

A antiguidade do movimento cooperativo mundial é comprovada pela existência de um órgão internacional fundado há 102 anos atrás e que regulamenta as actividades das cooperativas. Os princípios da Sociedade Pioneira de Rochdale fundada em 1844 na Inglaterra estão sendo adaptados ao momento actual de cada país e continente. O movimento cooperativo internacional tem na ACI, Aliança Cooperativa Internacional um organismo regulador internacional. A ACI foi fundada em 1895 e em 1995, em Manchester, actualizou a redacção dos "Princípios Cooperativos"<sup>26</sup>. Na União Europeia, existe a Sociedade Cooperativa Europeia.

Em muitos países em desenvolvimento, o nosso incluído, as dificuldades enfrentadas pelo sector público nos últimos anos, abriram oportunidades ao sector cooperativo. Estas oportunidades, não têm sido aproveitadas como seria desejável devido ao grau de descrédito sofrido pelas organizações cooperativas que integravam os movimentos cooperativos, que os estados de muitos daqueles países ligaram fortemente às instituições públicas<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup>. Ferrinho (op.cit.) :17. Para este autor "a ideia de cooperativa deve ser misturada com as tradições de ajuda mútua e a capacidade de trabalhar em conjunto que podem possuir os habitantes de um dado país, para que estes a considerem como uma instituição local e não um produto importado. É sobre este tipo de cooperação que nos países em desenvolvimento tem de se conceber e realizar qualquer estratégia de desenvolvimento comunitário".

<sup>26</sup>. A Solidariedade humana; o respeito do ser humano pelo ser humano; a equidade; e participação activa contínua. A ACI está de novo a procurar definir os princípios do cooperativismo para publicá-los na "carta de cooperação" no ano 2000, de acordo com Ferrinho (1997) :05.

<sup>27</sup>. "Como 'poderes de facto', as cooperativas contribuem para que o poder se estabeleça e permaneça também no povo. Daqui os governos terem dado muitas vezes a designação de Cooperativas a organizações criadas para disciplinar a participação económica da população mas manter integralmente o poder no partido político no poder. Estas 'Cooperativas de partido' nunca desabrocharam em forças do desenvolvimento pois nunca foram capazes de mobilizar a participação activa da população para a resolução e a gestão dos seus problemas". Ferrinho (1997) :12

## 2.2. Conceitos

Makoto Sato<sup>28</sup>propõe uma definição de *Cooperativa como* uma organização económica formada por:

- “a) trabalhadores que não detêm meios de produção ou
- b) produtores de pequena escala que os detêm, mas constantemente confrontados com a ameaça de os perder;
- c) detentores de meios de produção inadequados que tentam superar a sua inferioridade económica, agindo colectivamente”.

Sato considera que sendo a cooperativa, "uma organização de pessoas economicamente dependentes, ela não é necessariamente organizada por essas mesmas pessoas mas sim por aqueles que são economicamente mais fortes, com o propósito de moderar as contradições sociais". Sato distingue entre os formadores das cooperativas e os membros integrantes. Os formadores são os ricos e os membros os pobres. Todavia há cooperativas em que há membros ricos e pobres na mesma organização. Há também cooperativas formadas só por ricos. As cooperativas criadas em Moçambique depois da independência, segundo Sato, destinavam-se a resolver as contradições e desequilíbrios criados pelo colonialismo. Resultando daí, que o discurso do partido e do governo colocasse a tónica na necessidade do desaparecimento da formação social capitalista, caracterizada pelo confronto entre duas classes distintas: capitalistas e trabalhadores. Sato ideologiza a sua definição transformando a cooperativa numa organização da classe operária, dos camponeses pobres ou de qualquer grupo não privilegiado ou dependente.

---

<sup>28</sup>: Sato. (1987) :267.

### 2.3. Movimento Cooperativo em Moçambique

A história do movimento cooperativo em Moçambique está ligada à da sua antiga potência colonial (organizações que existiram, legislação comum num momento determinado. p.e. o código comercial).

A cooperativa não é uma organização específica de uma classe. A história do movimento cooperativo no período colonial em Moçambique mostra que as cooperativas colonas eram grémios de produtores que tinham por objectivo lutar pelo reforço das suas posições no mercado e para se oporem a outros interesses colonos (industriais, comerciais e mesmo do Estado).<sup>29</sup>

Depois da Independência, qualquer que fosse o discurso do Estado e do Partido e as suas intenções socialistas os associados das cooperativas tinham os seus próprios objectivos e muitas vezes opostos ao do próprio governo. Diferentes razões levaram diferentes grupos de indivíduos a aderirem ao movimento cooperativo:

- Não serem considerados desempregados e assim evitarem a sua captura e transporte para o Niassa durante a "Operação Produção" nos anos 80.<sup>30</sup>

- Poderem ter fácil acesso à terra e garantirem o usufruto da mesma com a segurança que o título de uso e aproveitamento confere.

- Reduzirem os custos da actividade agrícola.

- Obterem apoio do Estado e de ONG's em bens de consumo e utensílios agrícolas, entre outras facilidades.

<sup>29</sup>. Ver Adam (1986) :55-58.

<sup>30</sup>. Para uma descrição mais abrangente dos motivos pelos quais diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos em diferentes momentos se juntaram às cooperativas em Moçambique, veja: Marshall, Judith and Roesch, Otto. 1993. "The 'Green Zones' agricultural co-operatives of Nampula city: a new phase in the Mozambican cooperative movement?". *Journal of Southern African Studies*, vol.7, nº2. p. 240 e segts.

O conceito de cooperativa tem vindo a mudar em Moçambique no período depois da Independência e tem significados diferentes para diferentes indivíduos e grupos de indivíduos. No período da República Popular de Moçambique (1975-1990) a cooperativa era considerada uma instituição caracterizada pela socialização da produção, dos meios de produção e da força de trabalho. O modelo apresentado para estas instituições eram as cooperativas que se desenvolveram nas Zonas Libertadas pela FRELIMO durante a Luta Armada de Libertação Nacional.

Numa fase posterior, nos finais dos anos 80, a cooperativa passou a ser definida como unidade de produção, de adesão voluntária, onde não existe nem socialização dos meios de produção nem da produção. A produção é individual. Pode existir a socialização de um aspecto da produção ou de um serviço: comercialização, rega, título, aluguer de maquinaria, etc....

Esta nova concepção de cooperativa é defendida por ONG's estrangeiras, sobretudo de países ocidentais, dispostas a ajudar na revitalização do movimento cooperativo e por activistas nacionais do cooperativismo agrupados em torno da UNAC. O modelo de cooperativa que defendem é a *Cooperativa de prestação serviços*.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup>. As Cooperativas de prestação de serviços, de acordo com Adam (op.cit) :18, "fornecem serviços específicos aos seus associados mas elas próprias não são unidades de produção no sentido clássico do termo, isto é, não transformam matéria prima ou produzem matéria-prima. Estas cooperativas ainda podem ser subdivididas pelo tipo de serviço que fornecem aos seus associados: Crédito, comercialização, consumo, apoio técnico, aluguer de maquinaria".

O conceito de Cooperativa de Serviços, de acordo com a tipologia apresentada anteriormente tem em conta uma das actividades de cooperação desenvolvidas mas não traduz a diversidade de áreas em que se processa essa mesma cooperação. Pelo que devemos entender esta nova forma de cooperativa como uma instituição multisectorial.

Também designada a era do parcelamento, no sentido em que a terra da Cooperativa é parcelada e a cada membro cabe explorar uma área, muitas vezes determinada pela sua capacidade para o fazer. Existe um património que é propriedade da Cooperativa, e o compromisso do pagamento de taxas de amortização



#### 2.4. Cooperação antagónica

A heterogeneidade na composição socio-económica dos membros das cooperativas não impede a cooperação entre eles. Verifica-se o que Sumner chamou de "cooperação antagónica" (...) "um grande esforço racional no sentido de superar antagonismos menores, a fim de trabalhar em conjunto por interesses maiores".<sup>32</sup>

A cooperativa é um conceito que apresenta endogeneidade e heterogeneidade de valores: o que é uma cooperativa varia de indivíduo para indivíduo e varia no mesmo indivíduo ao longo do tempo. Não há um conceito universal de cooperativa. Cada cooperativa deve ser analisada em si: qual o contexto em que surge? Qual a sua composição social (quem, porquê e como entra para a cooperativa)?

Nesta dissertação entende-se por cooperativa uma organização voluntária, que agrega um grupo de pessoas que querem desenvolver actividades com base na cooperação entre si, normando-se por uma regulamentação de seu inteiro acordo e que não viole a legislação nacional e internacional e em que o poder decisório máximo está numa assembleia geral que congrega todos os associados.

---

dos meios e serviços prestados, etc. Renaldo Chingore, vice-presidente da UNAC. Entrevista, Maputo, 04.10.97.

<sup>32</sup>. O conceito, foi introduzido por W. G. Sumner, no seu livro *Folkways* (Boston, Ginn, 1906), citado pelo Dicionário de Ciências Sociais do Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986, p. 272.

## CAPÍTULO 3: A COOPERATIVIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE, NO PERÍODO POSTERIOR À INDEPENDÊNCIA

### 3.1. Introdução

Moçambique tem 36 milhões de hectares de terras aráveis, dos quais perto de 5 milhões são actualmente cultivados. 2,5 milhões de famílias exploram cerca de 90% daquelas terras. Essas famílias, apesar de uma pequena percentagem estar inserida no movimento cooperativo, são apresentadas como constituindo a base social das Cooperativas e das Associações de camponeses.<sup>33</sup>

### 3.2. Continuidade e descontinuidade nas Políticas e Estratégias de Cooperativização em Moçambique

A primeira cooperativa de que há notícia em Moçambique foi formada em 1911. A história do movimento cooperativo em Moçambique permite-nos traçar as grandes linhas da sua evolução. Dois grandes períodos são normalmente distinguidos: o período colonial e o período pós-colonial.

#### Período Colonial

O período colonial em termos do movimento cooperativo não foi homogéneo. É possível distinguir duas fases. Nessas fases, a cooperativização e as políticas do Estado colonial que a sustentavam exprimem a estratégia do Estado colonial visando a sua manutenção e os conflitos entre diversos grupos de interesse que se manifestavam em Moçambique.

---

Conselho de Ministros. 1996. Política Agrária e Estratégia de Implementação. p.04 e segts.

**Iª Fase: de 1911 a 1945**

Fase caracterizada pelo predomínio de organizações de brancos. Organizações de classe formadas para conseguirem o apoio do Estado e certas isenções de impostos. A partir de 1929 com a promulgação do diploma legislativo nº132 o Estado português assumiu um papel activo na defesa daquelas associações ao definir como tarefa do Estado o apoio à agricultura colona concedendo créditos, várias protecções fiscais e garantias quanto ao recrutamento de mão-de-obra, fazendo a integração das organizações de agricultores no figurino corporativista. Ainda nesta fase, a aprovação do *estatuto do agricultor indígena* em 1944 representou a expressão da necessidade do Estado colonial de criar uma elite de pequenos proprietários negros rurais que pudessem servir de defesa ao regime.

**IIª Fase: 1945 a 1960**

A principal característica desta fase foi o desenvolvimento de organizações cooperativas de negros. A criação da primeira cooperativa indígena em Moçambique (a do Chibuto) envolvendo régulos e camponeses ricos, consubstanciava as pretensões do Estado colonial em relação a esta classe.<sup>34</sup>

A publicação em 1960 do estatuto das obras de cooperação social veio reflectir o receio de alguns sectores do Estado colonial. A conversão das cooperativas em obras de cooperação social reflectiu também as divergências existentes ao nível desse mesmo Estado. Para o sector mais conservador do Estado colonial o objectivo económico não

---

<sup>34</sup> Marracuene, Manhiça, Inhamissa, Zavala, Mueda e Ecolé algumas das cooperativas referidas por Adam (1986) :60. Sobre os objectivos do Estado colonial ao criar este tipo de organizações, ver também Negrão, José G. (1981) :53.

devia ser o principal.<sup>35</sup> A abolição formal do estatuto do indigenato em 1961, veio acabar com as cooperativas adaptadas ao grau civilizacional dos negros.<sup>36</sup>

Nota-se nas políticas e estratégias do estado colonial um esforço para evitar que as cooperativas sejam unidades económicas considerando as formas rudimentares de cooperativização devido ao atraso cultural do africano. Trata-se na realidade de políticas coloniais para evitar o desenvolvimento de uma elite africana rica e defender os produtores e comerciantes colonos.

### **Periodo Pós-Colonial**

Entre 1975 e 1997 as políticas e estratégias de cooperativização do estado em Moçambique mudaram ao longo do tempo. Podemos distinguir algumas fases<sup>37</sup> que são consistentes quanto a políticas e estratégias de cooperativização e ao tipo de unidades ou organizações existentes. Fases em que a cooperativa 25 de Setembro se enquadra.

A estratégia fundamental do governo da República Popular de Moçambique, no período posterior à independência foi a introdução de um novo modelo de vida, socializada e com dois eixos fundamentais: a aldeia comunal e a cooperativa.

#### **1ª Fase: de 1975 a 1977**

Como limites para esta fase, o 1º Seminário Nacional de Agricultura (Marrupa)

---

<sup>35</sup> Adam (op.cit.) :61-63 refere-se ao conflito entre o governo geral e os funcionários do estado colonial que iniciavam a organização das cooperativas e ao facto de os estatutos das cooperativas indígenas nunca terem sido publicados no boletim oficial do governo geral. A incapacidade de o africano compreender problemas legais complexos foi um dos argumentos utilizados para a transformação das cooperativas indígenas em obras de cooperação social.

<sup>36</sup> Dando início a uma nova fase: a das cooperativas mistas. Para uma periodização mais lata da cooperativização em Moçambique antes de 1975, ver também Adam (1986) :capítulo III

<sup>37</sup> Esta distinção é feita pelo autor com base na sua análise pessoal das estratégias, políticas e efeitos dessas mesmas estratégias sobre a cooperativização agrícola em Moçambique. Para uma melhor compreensão das características de cada fase, veja também Marshall & Roesch (1993).

e o IIIº Congresso da Frelimo. Esta fase é caracterizada pela existência de duas formas de produção colectiva: a cooperativa e a machamba estatal. Existe também uma forma de produção colectiva intermédia: a pré-cooperativa agrícola constituída por "pessoas que decidiam trabalhar juntas pelo menos dois dias por semana e produzindo mais juntas do que sós", de acordo com Dolny<sup>38</sup>.

Os donos de extensas propriedades agrícolas colonas tinham-nas abandonado.<sup>39</sup> O governo nacionalizou-as e transformou-as em machambas estatais e passou a utilizá-las como parte da sua estratégia de por um lado recuperar a produção e por outro, transformar as machambas estatais em base da socialização da agricultura. Junto às machambas estatais, funcionavam machambas do povo nas quais a produção era comum e era feita em terra também comum.

"... Estrutura organizativa onde existem elementos responsáveis e o trabalho é organizado em brigadas, por seu turno divididas em equipas, nós descrevemos essas organizações como cooperativas". Esta definição de cooperativa apresentada por Dolny<sup>40</sup> reflecte a inconsistência na distinção entre cooperativa e machamba do povo, numa situação em que o que interessava efectivamente era a implantação de moldes de produção colectiva<sup>41</sup>.

A estratégia da FRELIMO nesta fase, assume uma evolução aparentemente contraditória. A 8ª sessão do comité central da FRELIMO, realizada em Fevereiro de 1976, aprovou a *resolução das aldeias comunais* e definiu-as como a *espinha dorsal*

<sup>38</sup>. Helena Dolny (na altura responsável pelo sector cooperativo no Ministério da Agricultura) entrevistada por Almeyra, Guillermo. Cooperatives in Mozambique: An instrument for renewal. in: CERES, Setembro-Outubro, 1978, 65, 11. p.40

<sup>39</sup>. Este abandono afectou gravemente a rede comercial rural e originou a queda em 43% da produção de bens comercializáveis entre 1973 e 1975, Cf. Sato (1987) :271

<sup>40</sup>. Em Almeyra, (op.cit. ) :41

<sup>41</sup>. Veja em Sato (op.cit) :275 a descrição da mesma estrutura para machamba colectiva ou machamba do povo.

para o desenvolvimento do campo.

A cooperativa e a aldeia comunal tinham sido definidas em 1975 como os principais eixos do desenvolvimento económico e social da República Popular de Moçambique. No entanto, em 1976, a prioridade em termos de investimento do Estado continuou a ser dada à machamba estatal. Esta situação reflectia a existência de duas posições diferentes no seio do partido e do governo em relação à questão da cooperativização.<sup>42</sup>

O IIIº congresso da FRELIMO (partido) realizou-se numa altura em que a cooperativa não era efectivamente uma forma de produção dominante.<sup>43</sup> O congresso decidiu dar um apoio especial às cooperativas por forma a torná-las dominantes no campo.

## 2ª Fase: 1977 a 1982

As directivas económicas e sociais do 3º Congresso da FRELIMO, definiram a machamba estatal como uma instituição fundamental, que devia dominar e determinar o processo de desenvolvimento. Simultaneamente, era sugerido que um apoio especial deveria ser dado ao sector cooperativo e às aldeias comunais. A consubstanciar essa medida, em 1978 foi criada a CNAC<sup>44</sup>.

Nesta fase há lutas intensas dentro da FRELIMO pela cooperativização. Conflito de posições entre o secretariado para a política económica e o ministro da

<sup>42</sup>. Veja Sato (op.cit.):271. O autor refere-se também ao facto de a afectação dos técnicos na DINOPROC (Direcção Nacional de Produção Colectiva) privilegiar o sector das machambas estatais que tinha 14 especialistas contra 3 para a área das cooperativas.

<sup>43</sup>. Almeyra (1978):41 refere-se à existência "*três anos depois da independência de 134 cooperativas agrícolas com cerca de 15 mil membros espalhados por 7 províncias*". Dados oficiais, referem-se à existência entre os anos de 1977 e 1978, de 180 cooperativas. Ministério da Agricultura, 1982: Contribuição para o programa da cooperativização do campo. p.04.

<sup>44</sup>. Comissão Nacional para as Aldeias Comunais, criada pelo decreto presidencial nº1/78, de 2 de Março. Artº1.

agricultura. O último defendia uma transição gradual para a produção socialista nas aldeias comunais através do agrupamento dos campos familiares e a substituição progressiva dos campos familiares pelos campos em blocos. Tratava-se de uma medida que garantiria o aumento da produtividade e a auto-suficiência das famílias que uma vez livres, passariam a integrar a força de trabalho necessária para o desenvolvimento da produção socialista. O ministro achava que era um maneira de utilizar recursos e bens existentes enquanto o partido o acusava de não considerar que os camponeses africanos poderiam socializar-se.<sup>45</sup>

Esta fase é também marcada pela criação em Fevereiro de 1979 do GODCA no Ministério da Agricultura, um órgão de apoio e coordenação das cooperativas agrárias e pela aprovação e publicação da lei 9/79 em Julho do mesmo ano, a lei das Cooperativas. A lei das cooperativas apresentava uma concepção de cooperativa como uma unidade de produção socialista, com meios de produção colectivos e lucros equitativamente divididos. Na prática, a realidade sempre foi ao contrário da concepção do Estado, que em 1980 no segundo conselho consultivo alargado do GODCA, reconhecia que:

*" (...) muitas aldeias comunais permanecem numa fase apenas embrionária, essencialmente porque a sua base económica permanece individual. As cooperativas de produção agrária são ainda, na maior parte dos casos, pré-cooperativas que não constituem a principal actividade dos seus membros"*<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Sobre o afastamento do ministro do seu cargo, veja: Casal (1992) :64 e Roesch, Otto. (1984)

<sup>46</sup> Casal (op.cit) :70

### Tipo de Unidades existentes

*Machamba colectiva*, da responsabilidade das estruturas políticas locais (aldeia/circulo). Teóricamente, a participação das populações era voluntária e a produção acumulada para ser consumida ou investida colectivamente.

•*Pré-cooperativa*, "exploração da terra por um grupo determinado de camponeses que produzem para distribuir a produção entre si. Não existe um grau de organização suficiente"<sup>47</sup>.

•*Cooperativa*, "exploração por um grupo de camponeses que produzem para distribuir os resultados entre si e possuem um grau de organização que permite planificar, gerir e ter estruturas organizativas permanentes".

O perfil das formas de produção colectiva esboçado pelo *GODCA* (meios de produção colectivos: terra, alfaias e outros e produção repartida pelo colectivo) nem sempre esteve de acordo com a aplicação real. Por exemplo, nas machambas colectivas e nas cooperativas a produção era teóricamente para ser distribuída entre os membros. A produção acabou por ficar entre "algumas estruturas".<sup>48</sup>

O número de membros nas cooperativas estava completamente desproporcionado com a área da cooperativa: trabalhavam grupos de 200 ou 300 pessoas em 5 ou 10 hectares. Comparado com a produção individual, cada pessoa na machamba individual trabalhava 1 ou 1.5 hectare e na cooperativa 0.005. Santos (1984) refere que em 1980/1 a relação a nível nacional era de 2.63 sócios por hectare, como

<sup>47</sup>. Casal (1992) :65. Ainda de acordo com o mesmo autor, a maior parte do movimento cooperativo associado às aldeias comunais, situava-se ao nível da pré-cooperativa.

<sup>48</sup>. Para além dos roubos de bens e dinheiro por parte de algumas estruturas, as ordens contraditórias recebidas das mais diversas autoridades, as falsas promessas (tractores, motobombas e outras máquinas - as mais frequentes), são apresentados como alguns dos factores que levaram à desmotivação da maioria dos camponeses e ao caos daí resultante. Fonte: Santos (1984) :13. Veja também Ministério da Agricultura, 1982: Contribuição para o programa da cooperativização do campo. p.13



resultado "de uma adesão correntemente imposta pelas autoridades". Esta prática entrava em contradição com parte do postulado da lei 9/79 que define como princípios a aplicar em relação à cooperativa *a autonomia e a livre associação*.

Como resultado dos factores acima apontados, a FRELIMO constatou na sua conferência nacional em Março de 1982<sup>49</sup>, a existência de uma nova concepção de cooperativa. *"A cooperativa não é considerada pelos camponeses como a sua fonte principal de rendimentos. Mas muitas vezes considerada como uma machamba que se faz colectivamente e cujos resultados de produção se destinam ao apoio de serviços sociais ou de colectividades administrativas"*.<sup>50</sup>

A cooperativização agrícola estava numa grave crise. Em 1981, com a participação de países nórdicos, teve início o projecto trienal de apoio ao desenvolvimento cooperativo MONAP II.<sup>51</sup>

Para além dos problemas estruturais do movimento cooperativo este foi também atingido pela guerra. Durante a guerra, 1983 a 1992,<sup>52</sup> as organizações cooperativas eram considerados alvos militares por uma das organizações envolvidas na guerra, a RENAMO: "... houve até zonas, sobretudo em Cabo Delgado, onde as pessoas foram mortas só por serem membros da Cooperativa. A guerra diminuiu muitas Cooperativas."<sup>53</sup>

<sup>49</sup>. O 2º conselho consultivo do GODCA (Agosto de 1981) resultou na demissão do seu então director e na eliminação da ramificação do GODCA nas províncias.

<sup>50</sup>. Cf. Casal (1992) :71 Veja também Ministério da agricultura, op.cit.

<sup>51</sup>. A dívida das cooperativas ao BPD era já em 1980, de cerca de 80 milhões de Meticals. O projecto MONAP tinha três componentes: CR6- de apoio ao desenvolvimento cooperativo; TR5 - experimentação e formação camponesa (sector familiar); MI1- apoio no campo à reconstituição das estruturas de comercialização de produtos agrícolas e industriais. Fonte: Santos (1984) :03.

<sup>52</sup>. Guerra que opôs a RENAMO ao governo de Moçambique e que tem sido designada de várias formas: "guerra civil", "guerra da RENAMO", "guerra de camponeses", "guerra interna"... Veja a propósito, O'Laughlin (1992) - *"A Base Social da Guerra em Moçambique"*.p 107 e segts. crítica à obra de Geffray: (1990) *"A Causa das Armas em Moçambique"*. veja também, Adam (1986), Capítulo 5. Chingore, entrevista, 04.10.97.

### 3ª Fase: 1983 a 1987

Esta fase começa com o IVº Congresso da FRELIMO e termina com a introdução do programa de reestruturação económica, PRE. É também marcado pelo início em 1987, de reflexões ao nível da UGC, que viriam a resultar na criação da UNAC seis anos depois.

O IVº congresso realizado em Abril de 1983, resultou em mudanças significativas na política e estratégia de desenvolvimento rural: reconheceu o sector familiar como grande produtor de bens de consumo e de exportação; no concernente às cooperativas o esforço foi direccionado para a consolidação das cooperativas-piloto existentes; ao sector privado foi reconhecido o seu papel e recomendado apoio (créditos, política fiscal e de preços).

Ao sector familiar foi alargada a acção do projecto de apoio ao desenvolvimento cooperativo (CO1). Através da afectação de técnicos e de recursos financeiros. Em Maio de 1984, foi criada ao nível do Ministério da agricultura a DDR, (Direcção de desenvolvimento rural).

### Tipo de Organizações

A concepção era a da cooperativa como unidade socialista: meios de produção colectivos e lucros equitativamente divididos. A realidade era sempre ao contrário da concepção do estado. Enriquecimento dos chefes e dirigentes. As grandes cooperativas eram apresentadas nos congressos - Gaza, a de Chinhamacungo em Manica, a Cooperativa Mocambique em Mueda, entre outras.

A partir de 1986 quando já estavam em vigor novas medidas no processo de

ocupação da terra (sua passagem da comunidade para os privados) o governo iniciou uma campanha de revitalização das cooperativas e de criação de associações de camponeses. As associações são organizações de camponeses onde não há terra comum nem meios de produção comuns. As pessoas trabalham e juntas dividem os resultados da produção. Não há socialização.

#### 4ª Fase: 1987 em diante

Em 1987, poucos meses após a introdução do Programa de Reabilitação Económica no país, a União Geral das Cooperativas de Maputo iniciou um processo de reflexão sobre o enquadramento das cooperativas no novo quadro económico em vigor no país.<sup>54</sup> Essas reflexões culminaram 6 anos depois, na criação da UNAC (União Nacional de Camponeses) uma organização que à escala nacional congrega camponeses integrados em cooperativas e em associações.

Em 1989 foi publicado o estatuto-tipo das cooperativas agrárias (decreto 7/89). Uma nova política é adoptada para responder à resistência dos camponeses mas socializar meios de produção e promover a entre-ajuda. Desenvolve-se a partir de então a ideia da associação e nascem novas cooperativas - sem modelo. Desde que haja um tipo de socialização e acordo entre os membros.

#### Cooperativas de Serviços.

Desde a criação da UNAC, esta organização em parceria com outras

---

<sup>54</sup>. Ver também Marshall e Roesch, (1993) :250, que se referem ao facto de neste novo quadro político-económico o Estado ter iniciado o desmantelamento das machambas estatais, passando-as para os sectores privado e familiar.

organizações não-governamentais (sobretudo de países ocidentais) estão a disseminar a ideia da cooperativa de serviços e da associação de camponeses como as duas alternativas viáveis sobretudo para a recuperação das condições de vida dos camponeses mais pobres que perderam a maior parte dos seus haveres com a guerra terminada em 1992.

Duas razões fundamentais explicam o facto de a UNAC e as ONG's estarem na dianteira deste processo outrora conduzido pelo governo:

- i) O Estado, perdeu a sua forte capacidade de intervenção e implementação de projectos nesta área em virtude das limitações financeiras resultantes do enfraquecimento do sector público

O apoio da UNAC reveste-se de várias formas e cobre áreas bastante diversificadas.<sup>55</sup> A incidência do apoio da UNAC na revitalização do movimento cooperativo está a ser nas áreas do treinamento em gestão, comercialização e crédito com projectos em curso nas províncias de Tete, Sofala e Manica , conforme o vice-presidente da união:

*"(...) começando por pequenas coisas e com fundos angariados pela própria UNAC, junto de ONG's estrangeiras. Quando os camponeses em cooperativa ou em associação atingem capacidade para grandes realizações, então nós deixamo-los andarem por si próprios".<sup>56</sup>*

À altura da elaboração desta dissertação, estavam resenceadas pela UNAC, 361 Cooperativas, 40 Uniões zonais e distritais e 191 associações, envolvendo um total

<sup>55</sup>. 1. Elaboração de projectos e sua implementação 2. Formação 3. Legalização de terras e de organizações camponesas 4. Representação e defesa dos camponeses, em fóruns governamentais, não governamentais e internacionais 5. Apoio à formação de organizações camponesas 6. Consciencialização dos camponeses no espírito do associativismo/cooperativismo. Fonte: Renaldo Chingore, entrevista.

<sup>56</sup>. Chingore, Idem.

29.452 famílias, ocupando uma área total de 34.135,5 hectares.<sup>57</sup>

A actual situação do movimento cooperativo em Moçambique, é caracterizada pela existência de associações de camponeses e também de Cooperativas, um pouco por todo o país. As diferentes cooperativas e associações existentes têm uma estrutura interna heterogénea, dedicam-se a actividades multiformes e têm trajectórias diferentes.

O receio de muitos sectores da população em relação às iniciativas de organização cooperativa, fica a dever-se sobretudo, à experiência negativa do passado mas também, aos seguintes factores:

a) Inexistência duma legislação actual que ofereça às Cooperativas, um quadro de referência para a sua institucionalização e relacionamento com o Estado.

b) À grande dificuldade encontrada ao nível burocrático, para a legalização da ocupação das terras pelos camponeses e obtenção dos respectivos títulos,<sup>58</sup> condição *sine qua non* para o acesso a créditos de instituições financeiras, já que a maior parte dos camponeses não possui meios financeiros que lhes permitam desenvolver a actividade agrícola.

c) Pouca divulgação dos também poucos casos de Cooperativas sobreviventes e bem sucedidas e das novas fórmulas em que funcionam as Cooperativas agrícolas de hoje.

d) Deficiente coordenação entre as instituições que têm um papel fundamental a desempenhar em prol do sector cooperativo, nomeadamente, a UNAC e o Ministério da Agricultura e Pescas (em particular o SOC, o Sector de Organizações Camponesas da

---

<sup>57</sup>. Cf. Quadro Nº 01 em anexo, contendo dados estatísticos do movimento cooperativo do país. 1996. Este sector apresenta um ligeiro crescimento desde o fim da guerra civil em 1992.

<sup>58</sup>. Cerca de 10 anos depois do início do processo de legalização da ocupação do terreno da Cooperativa 25 de Setembro, (a 28.09.88), os cooperativistas não têm ainda os títulos, devido à morosidade que caracteriza este processo.

DNER).

Depois do final da guerra em 1992, verifica-se uma tendência para o crescimento do número total de associações de camponeses contra o decréscimo do número de cooperativas em algumas regiões do país.<sup>59</sup> O facto fica a dever-se a razões político-ideológicas.

Na essência, as duas coisas querem significar o mesmo. "*Muitas Cooperativas mudam de nome para Associação, mas o funcionamento é o mesmo. Quando chegamos a um determinado lugar, avaliamos o modo de vida das populações a quem vamos apoiar e pedimos que escolham, elas próprias, a designação que querem dar à sua organização*".<sup>60</sup>

Em termos de modelo de cooperativa, existe actualmente o que se chama *cooperativa de prestação de serviços*: geralmente cooperativa que envolve produtores familiares de pequena escala e que funciona num regime de exploração privada da terra parcelada, (de que a cooperativa é geralmente a *proprietária* nominal) e com serviços comuns (equipamento agrícola, apoio técnico, sistemas de regadio, criação de animais, transporte, armazenamento, crédito, entre outros). Há também, o compromisso de pagar em conjunto, as taxas de amortização de empréstimos ou serviços prestados por terceiros à cooperativa.

As cooperativas de prestação de serviços têm também um fundo social para o qual os membros têm o compromisso de contribuir. A contribuição para o fundo da

<sup>59</sup>. Veja a propósito, a secção de anexos desta dissertação. Gráficos números (01, 02, 03 e 04). Gráficos com dados numéricos sobre a evolução das cooperativas agrícolas e também das associações agrícolas (de camponeses) em Moçambique, no período 1991/1996. Há uma relação entre a distribuição de cooperativas e de associações no país, a guerra e a influência que as duas forças envolvidas exerceram sobre determinada região. A título de exemplo, a província da Zambézia, onde a RENAMO conseguiu obter vantagem nas eleições de 1994, não obstante a sua extensão e população numerosa, estavam resenceadas em 1996, apenas 9 (nove) associações, 0 (zero) cooperativas, e 935 membros trabalhando uma área de apenas 820 hectares. cf. Quadro nº01

<sup>60</sup>. Chingore, entrevista...

cooperativa é feita em dinheiro ou através da prestação de serviço, na área da Cooperativa. No caso da cooperativa 25 de Setembro o trabalho é feito na extensa área reservada às mangueiras e às bananeiras colectivas.

A médio e longo prazos, a UNAC, propõe-se desenvolver o modelo acima, pois no seu dizer, "*a estratégia do parcelamento, visa uma maior participação do indivíduo e da família, consciencializando-os de que os benefícios são para si*".

Ao nível do governo (MAP), estão em curso reflexões visando a reactivação do movimento cooperativo. Não conheço os pormenores de tais reflexões. O documento que resume a política agrária e a estratégia da sua implementação, embora tenha omitido o termo *cooperativa*, faz referência ao apoio aos camponeses do sector familiar<sup>61</sup>, e às associações de camponeses. Esse apoio, assumiria várias formas, a saber:

- a) Garantia do abastecimento em factores de produção, desenvolvimento da assistência técnica, comercialização dos excedentes;
- b) O aperfeiçoamento dos mercados e criação de subsídios (de taxas de energia, combustíveis e lubrificantes).
- c) Criação de sistemas financeiros informais, envolvendo as populações ou pessoas singulares em actividades de poupança com vista ao investimento, entre outras medidas.<sup>62</sup>

<sup>61</sup>. De acordo com o documento, "*a expressão sector familiar é abrangente e descreve uma situação heterogênea, incluindo vários sistemas de produção organizados em bases culturais diferentes, de pequena e média escala que utilizam ou não recursos familiares, mas também mão-de-obra e outros recursos adicionais para manter ou aumentar a sua produção, conforme as necessidades internas da família e as oportunidades comerciais que se apresentam*". Conselho de Ministros, 1997, p.05. Aparentemente, a omissão do termo cooperativa neste documento, foi voluntária e tem a ver com razões ideológicas, nomeadamente a conotação que o termo ainda tem em muitos sectores que o ligam ao passado das cooperativas da época anterior.

<sup>62</sup>. Conselho de Ministros, Idem. p.20

### 3.3. Cooperativas para ajudar-se a si próprio ou para receber ajudas?

Em 1997, 22 anos depois da Independência o movimento cooperativo em Moçambique está num processo de revitalização: reflexões estão a ser feitas no interior de serviços do Estado (Ministério Agricultura e Pescas), a UNAC procura reanimar o movimento apoiando as cooperativas ainda em funcionamento e estimulando a criação de outras e várias ONG's utilizam as cooperativas como instituições locais para o desenvolvimento comunitário.

Estas cooperativas actuais, de 1997, são diferentes das cooperativas anteriores. Até 1986-1987 a cooperativa era considerada uma unidade de produção onde havia socialização dos meios de produção, da terra e da produção. As novas cooperativas já não dão ênfase à propriedade colectiva dos meios de produção e da terra. Assentam na exploração da terra, por uma determinada família, que usufrui dos benefícios do seu trabalho; e na partilha de serviços (aluguer de tractores, sistemas de regadio, etc.) entre várias famílias duma mesma associação. Nos primeiros anos da Independência as cooperativas eram parte integrante da ideologia e das estratégias de desenvolvimento do Estado e depois da adopção das Políticas de Reajustamento Estrutural passaram a ser vistas como vestígios arqueológicos do passado socialista, pelo menos por aqueles que vêem na empresa privada a única forma de organizar a actividade económica.

As cooperativas de 1997 são também diferentes das cooperativas do período colonial. Os seus membros são cidadãos de pleno direito. Todavia o movimento cooperativo em 1997 enfrenta os mesmos dilemas que este teve que fazer face no período colonial: as cooperativas não são unidades de ajuda-mútua entre associados



mas formas de obter ajuda do estado ou de cooperações e de ONG's. As instituições que de facto jogam o papel das cooperativas são as estruturas da família e ou da linhagem.

## CAPÍTULO 4: O CASO DA COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO EM BOANE

### 4.1. Introdução

Neste capítulo, que é o capítulo central da dissertação, a breve história da ocupação da terra onde está implantada a Cooperativa 25 de Setembro, com um recuo no tempo até ao séc. XIX, oferece o quadro em que se processa desde então aos nossos dias, a ocupação e exploração daquelas terras. A criação da cooperativa e as dificuldades estruturais, composição social, conflitos entre indivíduos e grupos de indivíduos, as virtudes da cooperação nas diversas etapas da vida da Cooperativa 25 de Setembro e sobretudo a dinâmica que mantém os membros na cooperativa são aqui apresentados e discutidos. Este capítulo oferece também informações sobre o contexto em que se insere a Cooperativa 25 de Setembro e a sua relação com outras unidades de produtores de pequena escala do distrito de Boane, nomeadamente associações e cooperativas, no âmbito da União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Boane.

### 4.2. O Distrito de Boane<sup>63</sup>

Boane foi classificado como Posto, integrado no Concelho/Circunscricção da Matola, parte do Distrito de Lourenço Marques pelo diploma nº 537 de 7 de Julho de 1910.<sup>64</sup> Tem uma área de 820 Kms quadrados. Pela resolução nº 6/87 (do Conselho de

<sup>63</sup> "Esta designação, não tem relação com nenhuma unidade política "tradicional". Deriva do nome de M'Boana, um trabalhador da primeira farma da região, que pertenceu a Mutsonisse (designação local atribuída ao dono da farma)". Ver Adam (1996):189.

Boane dista cerca de 30 Kms a Norte da cidade de Maputo e tem como limites os distritos da Namaacha a Este e da Moamba a Norte e a Oeste.

<sup>64</sup> Fonte: Mapa das Povoações Criadas até 31 de Dezembro de 1960 e sua situação legal. Direcção dos serviços de Agrimensura. Província de Moçambique: pp.2-3.

Ministros), de 25 de Julho de 1987, passou a Distrito de 1ª Classe.<sup>65</sup>

No período colonial, alguns dos agricultores colonos eram membros da Cooperativa de Agricultores do Sul do Save que mantinha um armazém de batata no Umbelúzi<sup>66</sup> e da Cooperativa de Criadores de Gado.<sup>67</sup> Tratava-se de grémios de agricultores fortes, com um apoio firme da parte do Estado colonial e com uma lógica de utilização dos recursos, feita de forma combinada.

Em Outubro de 1997, existiam em Boane 10 cooperativas e 13 associações, envolvendo um total de 6 mil camponeses. Aquelas cooperativas e associações são fundamentalmente organizações de pequenos produtores. As associações resultaram, na sua maioria, do parcelamento das terras de algumas cooperativas então existentes aquando da introdução do PRE em 1986. A maior parte das cooperativas foi convertida: de cooperativa com socialização da produção e dos meios de trabalho incluindo a terra, para cooperativa de prestação de serviços (ver Cap.3 desta dissertação). Uma das grandes diferenças entre associação de camponeses e cooperativa está no facto de esta última ser a detentora nominal do título de uso e aproveitamento da terra explorada pelos seus membros enquanto que, na primeira, o título da parcela é do camponês que a explora individualmente. De todas as cooperativas do distrito de Boane, a cooperativa 25 de Setembro é a que possui as melhores condições naturais

<sup>65</sup>. Conforme Pililão, Fernando. 1989. Moçambique: Evolução da Toponímia e da divisão territorial "1974-1987". Maputo. Divisão Gráfica da UEM. p.69.

<sup>66</sup>. Em frente à Cooperativa 25 de Setembro. O armazém é até hoje, chamado *mazambanine*, o mesmo que o "sítio das batatas".

<sup>67</sup>. Para detalhes sobre a Cooperativa de Criadores de Gado veja Adam (1986) :57-69. Sobre a Cooperativa de Agricultores do Sul do Save veja: Idem; (loc. cit.). Ambas integram o tipo que o autor, considera cooperativas protegidas pelo Estado colonial e que tinham por finalidade, produzir localmente, produtos para o consumo da população branca.

para uma agricultura mais rentável (localizada numa das margens do rio Umbelúzi), detém também, as melhores infra-estruturas (sobretudo o sistema de regadio). Por esse facto, geralmente é a que mais se beneficia com as intervenções quer do estado quer de ONG's estrangeiras como foi o caso da HELVETAS.<sup>68</sup>

Os factores acima conferem também à cooperativa 25 de Setembro as características seguintes: cooperativa com uma composição bastante heterogénea dos seus membros, cooperativa administrada por membros mais capazes e que maior apoio material e em termos de gestão cooperativa tem recebido, resultando daí, que na década de 80 tivesse adoptado a estratégia de acumulação para investimento no lugar de pagar salários aos seus membros. O investimento feito então permitiu a aquisição dentre outros meios, do tractor que serve as actividades da cooperativa.

#### 4.3. De Vongwine a 25 de Setembro: a ocupação da terra no local da Cooperativa

*Vongwine* é o nome antigo do lugar onde se localiza a *Cooperativa 25 de Setembro*. O novo nome foi trazido pelo presidente Samora Machel. São terras que embora pertencessem a *Fiche Makowola*,<sup>69</sup> não eram povoadas<sup>70</sup> até ao início da sua exploração por estrangeiros no final do século passado.

Até à independência, o filho de *Fiche*, *Makhewula Makowola* é que dirigia esta

<sup>68</sup>. "A cooperativa 25 de Setembro tem uma trajectória particular e marcou uma fase do movimento cooperativo em Boane (...) quando a HELVETAS começou a apoiar o movimento a Cooperativa 25 de Setembro era a única que estava organizada e por lá já muita gente tinha passado (políticos, os italianos, etc)". Luís Dinís, comunicação pessoal, Maputo: 21.01.98.

<sup>69</sup>. Veja: Mapa das Infraestruturas Sociais em anexo (secção de anexos). Informação obtida também da entrevista com Alberto Fulani: Boane, 10.01.97. "*Em 1952, quando aqui cheguei vindo da minha terra, Chilembene-Gaza fui recebido pelos chefes tradicionais. Na altura, o "mwini wa tiku" era Fiche (...). (...) era, segundo se diz, uma grande selva com animais ferozes*". Alberto Chirindza, entrevista, Boane: 26.02.97

<sup>70</sup>. Não foi possível obter qualquer explicação sobre a razão do não povoamento desta zona. Não era nem um *ntimo*, zona sagrada, cemitério ou qualquer zona de culto. A qualidade da terra é boa. A minha impressão pessoal é de que a zona não era povoada porque a população da zona era diminuta. Sobre os *ntimo* veja-se Junod, Henri A. 1974. *Usos e costumes dos bantos: vida duma tribo do sul de África*; Imprensa nacional de Moçambique, Maputo. p.134.

terra. Makhewula, morreu depois da independência, provavelmente em 1977.<sup>71</sup> Entre os "Ndota wa Miganga"<sup>72</sup>, referenciados constam os nomes de Sebastião Uqueio e de João Simbine.<sup>73</sup>

Ao contrário do que acontece em várias partes do país, não existem actualmente na área da cooperativa, referências ou quaisquer sinais de existência ou regresso à forma de poder "tradicional". Os régulos, *madodas* e chefes não estão em funções. Esta situação, estaria provavelmente, relacionada com o facto de já não existirem descendentes de *Fiche*. Há também uma relação entre ausência do poder tradicional e o discurso político-ideológico da Frelimo durante a luta armada e nos primeiros anos de independência, que foi marcado por uma "*rejeição total das instituições e dos valores tradicionais, sem qualquer distinção*".<sup>74</sup>

### As Primeiras Concessões

As concessões mais antigas feitas na área do estudo, datam do século passado, 31 de Agosto de 1899, e foram feitas a favor de *Humbert Schipers* e de *Arthur Marie Pitolel*<sup>75</sup>. Estas e outras concessões datadas dos primeiros anos deste século,

<sup>71</sup>. Os entrevistados não se lembravam de datas exactas. Estabelecí datas a partir da utilização como referencial de eventos conhecidos, como foi o caso da entrega da terra aos camponeses, feita pelo presidente Samora Machel, em 25.09.1975, acto que foi testemunhado pelas minhas fontes.

<sup>72</sup>. Uma espécie de representante do régulo nos vários pontos do regulado.

<sup>73</sup>. Entrevistas com A. Fulani e F. Chirindza, acima referidas.

<sup>74</sup>. Casal, A. Y. em "Discurso Socialista e camponeses africanos: Legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984)". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nºs 14-15, 1991. p. 36.

Veja também, Geffray. 1990. "*A causa das armas em Moçambique*", *Antropologia de uma guerra civil*. Depoimento de Yamaruzu: "...os soldados da FRELIMO queimaram os tambores rituais e obrigaram os chefes a abandonar os sacrifícios aos antepassados. A FRELIMO tratou os chefes tradicionais como cães...". Todavia existe uma separação entre o discurso público de rejeição dessas instituições e a relação privada.

<sup>75</sup>. Muito embora não tivesse conseguido confirmar que tais concessões, de 100 hectares cada, abarcassem já o terreno ao qual corresponde actualmente a área da cooperativa, estas duas passaram mais tarde a pertencer à Empresa Agrícola do Umbelúzi, que durante alguns anos no período colonial, explorou uma vasta área que inclui o espaço hoje pertencente à Cooperativa 25 de Setembro. Fonte:

1903/1905/1907/1909/1913, totalizando uma área de aproximadamente 700 hectares, a partir de 6 de Julho de 1914, passaram constituir a "Quinta Maria Aurora",<sup>76</sup> situada na margem esquerda do rio Umbelúzi. A quinta Maria Aurora era propriedade da *Empresa Agrícola do Umbelúzi* de que era sócio gerente, o advogado Eduardo d'Almeida Saldanha. A quinta tinha uma produção agrícola (um excelente pomar), criava gado e nela Saldanha pretendia estabelecer uma indústria açucareira<sup>77</sup>, no âmbito de um projecto muito vasto como veremos adiante.

O Vale do Umbelúzi dadas as suas condições naturais, constituiu desde finais do século passado e sobretudo nos anos 20 deste século, objecto dos mais variados interesses. Foi considerado um possível palco para o povoamento colono, no âmbito da política dos *colonatos*,<sup>78</sup> mesmo como alternativa ao Vale do Limpopo.

O debate em torno das diferentes formas de exploração daquele vale, teve lugar ao nível da imprensa, da literatura e das instituições, tendo como principais intervenientes, por um lado o Governo português e por outro o grupo de colonos portugueses liderado por Eduardo Saldanha, um crítico do regime que se implantou em Portugal - a República e do acto eleitoral de 1919.

---

Direcção Provincial de Agricultura e Pescas de Maputo - Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro/Secção de processos antigos. Tombo Geral da Propriedade. Processo Nº 1.568. p.02. Veja cópia em anexo.

<sup>76</sup>. Maria Aurora, nome da esposa de Eduardo Saldanha, a quem este dedicou postumamente, a obra que temos estado a citar. Na página de rosto dessa obra, lê-se o seguinte: "*À memória da querida e saudosa Maria Aurora, modelo das filhas, das esposas e das mães, oferece o seu dedicado e afectuoso marido*". Sobre o processo de obtenção das terras que integraram a quinta, veja em anexo, a cópia do processo nº 1.568 passado pela Repartição Técnica de Agrimensura da colónia de Moçambique.

<sup>77</sup>. O sistema financeiro dessa indústria estaria baseado principalmente nas receitas da emigração indígena para o Transvaal. E a comissão nomeada pelo Alto Comissário Azevedo Coutinho em Julho de 1925, concluiu existirem condições para a produção anual de um mínimo de 10.000 toneladas de açúcar, segundo Saldanha (1928) :279.

<sup>78</sup>. Honwana, Raul Bernardo. 1989. *Memórias*. Rio Tinto. Edições ASA. p.64, refere-se à existência nos anos 20, de "uma espécie de colonato" em Boane. Em termos efectivos o Colonato viria a ser implementado no vale do Limpopo nos anos 50. Acredito que tenha usado o conceito por analogia. Pois, ao nível da legislação da época, não encontrei nenhuma referência ao facto.

O grupo liderado por Saldanha era bastante crítico das facilidades que o Estado colonial criou para aos interesses sul-africanos em Moçambique. Saldanha opunha-se às vantagens que os sul-africanos gozavam na importação de mão-de-obra, e na utilização dos transportes ferroviários de Lourenço Marques em detrimento dos colonos portugueses.

O esquema do Umbelúzi esboçado por E. Saldanha - uma fábrica, uma plantação de cana-de-açúcar, a promoção do povoamento colono da zona - era apontado como tendo altos objectivos: "*o da colonização nacional e da educação agrícola, que nenhuma das demais empresas açucareiras da província, se poderia propor realizar*".<sup>79</sup> O seu empreendimento ia permitir que os particulares explorassem a terra e criassem emprego para portugueses dando colocação a "*um empregado português europeu por cada cinquenta serviços indígenas*".<sup>80</sup>

A necessidade do proteccionismo do Estado para o estabelecimento de uma indústria açucareira no vale, era considerada como o preço da colonização nacional e uma forma de evitar maus dias e, mesmo, a perda daquela rica região por parte de Portugal. Eduardo Saldanha justificava as suas propostas comparando-as com as fórmulas adoptadas por países como a Alemanha, os EUA, a Inglaterra e o Brasil - onde desde 1875, o Estado começou a proteger a indústria açucareira nacional, garantindo juros ao capital empregue em fábricas centrais e proibindo a importação de açúcar estrangeiro.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> Idem :250

<sup>80</sup> Saldanha, loc.cit. A obra de Eduardo Saldanha expõe detalhadamente estas ideias.

<sup>81</sup> A Inglaterra, com o intuito de fomentar a produção da beterraba, promulgou o "*British Subsidy Act*". Lei, de 27.03.1923, que autorizou o governo a distribuir gratuitamente, importantes subsídios às empresas açucareiras e determinou que 75% do material utilizado na indústria do açúcar, fosse produzido na

A proposta de Saldanha nunca foi aprovada pelo Estado Português. O plano de Saldanha de estabelecer uma indústria açucareira no Umbelúzi nunca deixou de ser uma ideia. Razões? A conjuntura pouco favorável dos anos 28/29, marcada pela descida dos preços do açúcar no mercado mundial e a crise que se vivia em Portugal, levaram a que em 1928, fosse chamado para ministro das finanças, António de Oliveira Salazar, que apesar de nacionalista desenvolveu uma política contrária aos interesses de alguns machambeiros colonos.<sup>82</sup>

### A Era Benini

A propriedade de Eduardo Saldanha acabou por ser desmembrada e vendida: A documentação existente pouco revela.<sup>83</sup> Nos anos 1960 uma parte da antiga "Quinta Maria Aurora" passou a ser explorada por Guissepe Benini, um italiano, que fora ministro das Finanças de Mussolini.

À altura da independência, a exploração do terreno dos Benini, era feita pelo seu neto, Enrico Benini. Em princípios da década de 1970, uma parcela foi desanexada e um título de propriedade passado em favor de António Roxo Leão. No ano de 1973, mais uma parcela a número 62, foi desanexada e vendida à Indústria de Cerâmica e Betão do Ultramar (ICBUL).<sup>84</sup>

---

Inglaterra. Fonte: Saldanha (1928) :250.

<sup>82</sup> Como parte da estratégia de contenção de recursos financeiros pelo Estado colonial, Portugal decidiu "evitar grandes obras de fomento e fixação dispendiosa de colonos e aproveitar, mais e melhor, o camponês, no trabalho constante da terra". DH/UEM. 1993. [Departamento de História/Universidade Eduardo Mondlane]; *História de Moçambique Vol.3*, Maputo. p.41.

<sup>83</sup> Os processos não estão devidamente organizados nos serviços provinciais de geografia e cadastro. Muitos processos estão desaparecidos e a localização daqueles que cujas cópias apresentamos resultou duma desgastante pesquisa que durou cerca de dois meses de trabalho entre a DINAGECA e a DPAP Direcção Provincial de Agrigultura e Pescas). A documentação referente aos Benini, não foi encontrada naquelas duas instituições. Mas um funcionário aposentado da DINAGECA, revelou já alguma vez ter trabalhado com aquele processo, na década de 80.

<sup>84</sup> Veja em anexo, cópia do Processo relativo a esta concessão, com o nº 51.430, passado pela Direcção provincial dos serviços Geográficos e cadastrais. É o terreno onde está edificada a indústria de cerâmica, que dista cerca de 200 metros da cooperativa.



## A Nacionalização

Até pouco antes da independência Nacional, a terra em questão, integrava a empresa "Plantações Benini".<sup>85</sup> À semelhança de outras plantações colonas, esta foi abandonada pelo respectivo proprietário em vésperas da independência e posteriormente nacionalizada. Está em curso, junto do Estado italiano, um pedido de indemnização pelo antigo proprietário, uma situação prevista na legislação daquele país, para os casos dos nacionais que perderam bens com o processo de independências dos países africanos onde estavam estabelecidos.<sup>86</sup>

Entre as primeiras medidas políticas tomadas pelo governo da FRELIMO visando estender a todo o povo, os benefícios sociais da recém conquistada independência, estava a eliminação da propriedade privada sobre a terra, sua nacionalização e entrega ao povo.<sup>87</sup> Por ser um distrito estratégico, Boane sempre foi considerado "piloto" e por isso, escolhido para palco do acto central da entrega das terras então abandonadas pelos colonos. Foram a partir de então, estabelecidas várias aldeias comunais.<sup>88</sup>

A ideologia da FRELIMO defendia que a guerrilha estabelecera durante a guerra uma relação estreita entre a Revolução e a produção colectiva. Desse modo, o

---

<sup>85</sup>. Tempo, 24 de Outubro, 1976. Nº 316/2. p.50, Maputo. Localização: AHM, secção de Microfilmes

<sup>86</sup>. Fausta Finocchi (funcionária da embaixada da Itália em Maputo): comunicação pessoal / Abril, 1997. Tentativas para obter autorização de acesso à documentação sobre os Benini, na embaixada, não resultaram. A embaixada não autorizou o pedido, alegando respeito pela privacidade da família em causa. Abortaram também as tentativas para junto da família ou do seu advogado, na Itália, obter permissão para a consulta da documentação existente na embaixada.

<sup>87</sup>. O Decreto 16/75, preconizava essa nacionalização. Já no 1º Seminário Nacional de Agricultura, realizado em 29.05.75 em Marrupa, no Niassa, foi decidido "que as terras ocupadas mas não utilizadas sejam entregues ao povo organizado para serem exploradas em regime colectivo".

<sup>88</sup>. Veja anexo, o Mapa da Localização das Aldeias do Vale do Umbelúzi. A Aldeia Comunal constituía a "espinha dorsal" do desenvolvimento do campo, daí que todo o esforço realizado na época, fosse no sentido de quebrar todas as reminiscências do poder e instituições tradicionais e feudais, de acordo com o discurso de então.

primeiro de Setembro passado em liberdade, foi marcado por um inusitado movimento político-revolucionário. Nesse quadro, em todas as províncias do país, foram abertas ou baptizadas com o nome de "25 de Setembro", várias machambas colectivas. Na terra da cooperativa, em Boane, este acto teve a participação do presidente Samora Machel, que era acompanhado por membros superiores do seu partido e governo.<sup>89</sup> Estiveram também presentes elementos dos Grupos Dinamizadores de Boane, da Machava e Matola, das FPLM e da população. Muitos destes são hoje cooperativistas e recordam:

*"Enquanto cantávamos canções revolucionárias, o Presidente cortou um canhoeiro<sup>90</sup> e disse: - A partir de hoje, este lugar passa a chamar-se Machamba do Povo 25 de Setembro! - antes, produzíamos junto ao rio e nas terras inclinadas ou cheias de pedras em volta da vedação do colono. Nos primeiros meses depois da proclamação da independência, continuamos do lado de fora, pois diziam que aquela passara a ser terra da Frelimo. Nós ainda não sabíamos como é que a FRELIMO pensava e tínhamos medo de entrar lá."<sup>91</sup>*

O discurso do presidente da FRELIMO na ocasião, resumia a estratégia do movimento na época: a importância do trabalho colectivo para o desenvolvimento do país e para a consolidação da unidade nacional, fazendo sempre um paralelo entre a

<sup>89</sup>. Marcelino do Santos - Vice-presidente da FRELIMO e ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica; Alberto Chipande - Ministro da Defesa; Armando Guebuza - Comissário político Nacional e ministro do Interior; Jorge Rebelo - ministro da Informação e Graça Simbine - ministra da Educação. Temográfica, "Comemorações do 25 de Setembro". *Revista Tempo*, 05.10.1975, Nº261/2. Maputo. pp. 40-43.

<sup>90</sup>. No idioma local, o ronga, conhecido por *canhi* ou *canho*., o canhoeiro é uma árvore sagrada. É também designada por *Sclerocarya Birrea*. Ver Koning, J. de. 1993. *Checklist of vernacular plant names in Mozambique*. Wageningen. Agricultural University. p.246. Veja também na secção de anexos, fotografia extraída do Nº 109 da revista *AFRIQUE ASIE*, de 17/30 de Agosto de 1976. Edição especial dedicada a Moçambique que ilustra o acto do corte da árvore. Apesar de as fontes se referirem sistematicamente ao corte de um canhoeiro, a foto não é suficientemente clara para confirmar se se trata de facto de um canhoeiro. Actualmente, existem na terra da cooperativa e na mesma zona, para além de canhoeiros, algumas acáceas. Se de facto foi cortado um canhoeiro e não uma acácea, esse acto representou a quebra de uma prescrição, já que aquela é uma árvore sagrada e como tal não se deve cortar numa situação semelhante. A ter sido cortado um canhoeiro, este acto teve um alcance muito maior pois veio também simbolizar a ruptura que o governo da FRELIMO fez nos primeiros anos da Independência Nacional, com todas as instituições tradicionais, cf. nota de rodapé nº 87.

<sup>91</sup>. Alberto Chirindza, entrevistas, Boane: 20.12.1996 e 26.02.1997.



actividade de produção alimentar e a luta armada que levou à vitória sobre o colonialismo português.<sup>92</sup>

### **Machamba do Povo 25 de Setembro**

Uma das formas de produção colectiva no período imediatamente após a independência, foi a *Machamba do povo* que no caso vertente, constituiu o embrião da cooperativa agrícola 25 de Setembro. Naquela, a produção e a repartição dos benefícios eram colectivos e a terra trabalhada era como aliás, continua sendo, propriedade do Estado.

No seu 3º Congresso, realizado em 1977, a FRELIMO decidiu que as machambas estatais passavam a ser a *força determinante no campo* e deveriam funcionar como catalisadoras para um desenvolvimento ainda maior, influenciando o desenvolvimento do movimento cooperativo, através do apoio técnico e treinamento dos cooperativistas. Assim, a "Herdade 25 de Setembro", um dos oito blocos da machamba estatal "Citrinos de Maputo", beneficiou do apoio desta e do então director, Canivete, que antes da independência trabalhou como motorista dos Benini.

*"... foi com essa ajuda, que o nosso trabalho andou e as pessoas conseguiram ver que estamos a produzir e então começaram a vir pedir para serem membros".<sup>93</sup>*

O apoio a ser prestado à machamba do povo, seria a partir da solicitação da própria machamba e tinha por base, uma relação monetária - mercantil, abrangendo aspectos como os seguintes:

<sup>92</sup>. Esta foi uma etapa da luta ideológica, que teve início em 1970, sob a direcção de Samora Machel. A esta fase da luta, que definiu o trabalho e a produção como um acto político-militar, o autor Adolfo Casal denominou "Socialismo de Guerra". Fonte: Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984). Revista de Estudos Africanos, n.ºs. 14-15, 1991, 44.

<sup>93</sup>. Alberto Chirindza, entrevista, Boane: 26.02.97

- a) Prestação de serviços (tração animal; formação de quadros, maquinaria, assistência técnica);
- b) Aprovisionamento de meios e factores de produção (venda de sementes);
- c) Comercialização dos excedentes da machamba do povo.

A *machamba do povo* ou *machamba colectiva* era uma forma de produção da responsabilidade das estruturas políticas da aldeia. A participação da população era teóricamente voluntária. Nos primeiros tempos os camponeses da *machamba do povo* 25 de Setembro participaram entusiásticamente no trabalho colectivo:

*"Era bom nos princípios quando a coisa começou todos trabalhávamos, aquilo que colhíamos (batata, feijão...) era levado para ser vendido e aos poucos começamos a ver que não estávamos a beneficiar com o nosso trabalho. Depois dividíamos os rendimentos. Depois outros começaram a faltar e vinham no dia dos benefícios e levavam o mesmo que nós que tínhamos trabalhado. Os que faltavam ou eram preguiçosos ou então estavam a trabalhar mais tempo nas suas machambas e tinham vantagem com isso".<sup>94</sup>*

A desmotivação dos camponeses resultou a pouco e pouco do "parasitismo" daqueles que iam apenas no dia da distribuição dos rendimentos e também da fraca capacidade das estruturas político-administrativas de estimularem o trabalho colectivo. Não havia uma forma diferenciada de compensar aqueles que mais tinham trabalhado. A adicionar àquele problema, estava a questão da planificação do trabalho:

*"Tínhamos muitas reuniões e às vezes íamos todos para a reunião do grupo dinamizador e ninguém ficava a trabalhar (...)".<sup>95</sup>*

---

<sup>94</sup> Virgínia Machava, entrevista, Boane: 20.01.97

<sup>95</sup> Helena Mahumane, entrevista, Boane: 20.12.96

A participação e a produtividade baixaram e a *machamba do povo 25 de Setembro* tornou-se à semelhança de outras tantas no país, "num colectivo de trabalho dos fins de semana".<sup>96</sup>

O relacionamento entre a empresa estatal *Citrinos* e a *Machamba do povo 25 de Setembro* foi caracterizado pela subordinação de interesses da produção colectiva aos político-partidários, facto que não impediu que esse relacionamento tivesse um carácter paternalista. Os efeitos dessa relação paternalista reproduziram-se por entre os cooperativistas de tal forma que hodiernamente não são capazes de, com autonomia em relação a doadores e ao governo, tomar qualquer espécie de iniciativa sem recorrerem a doações.

A machamba estatal, em particular o seu director, assumiram o papel de guardiões dos interesses da machamba do povo. Por outro lado, os cooperativistas apontam o desvio da produção e de meios de trabalho como um dos motivos do desânimo. Houve importantes desvios da parte de funcionários da machamba estatal.

Ao nível da machamba do povo houve problemas vários que caracterizaram o desenvolvimento desta forma de produção colectiva. A nova sociedade que se pretendia construir uma sociedade igualitária, "sem exploração do homem pelo homem", inibiu o desenvolvimento da prática da *justiça distributiva*, princípio segundo o qual a machamba daria a todos segundo o seu empenho no trabalho, permitindo-lhes desenvolver com aquilo que cada um tem de único.<sup>97</sup> A existência de um sistema de remuneração diferenciada, baseada na qualidade do trabalho, teria servido como estímulo ao empenho no trabalho. Pelo contrário, muitos faltavam ao trabalho,

---

<sup>96</sup>. Casal (1992) :65.

<sup>97</sup>. A prática da justiça distributiva está relacionada com o conceito de Equidade Social: conceito de vida activa que implica a ideia de um esforço pessoal para se alcançar o que se deseja; a igualdade pelo contrário, é um conceito de vida passiva, pois confere direitos inatos a toda a gente. Correio da UNESCO de Março de 1972, citado por Ferrinho (1997) :23

aparecendo apenas para marcar presença e no dia da distribuição dos benefícios. Neste sentido, a machamba colectiva serviu o contrário das pretensões dos seus criadores. Foi um domínio em que o parasitismo se desenvolveu.

#### 4.4. A Cooperativa: processo de criação

Seis anos após a independência, em 1981, a machamba do povo "25 de Setembro" passa a cooperativa com o mesmo nome. A machamba do povo era, no âmbito da estratégia do partido e do governo, concebida para funcionar como uma pré-cooperativa. Apesar de a machamba do povo, como embrião da cooperativa não ter sido consolidada, verificou-se uma transição forçada para a cooperativa. A passagem à cooperativa, na altura, não resultou do querer dos próprios produtores: "*(...) vieram as estruturas do distrito e também da província e outras visitas - já que aqui desde aquele tempo sempre recebemos visitas, cada uma com a sua experiência - fazerem a mobilização de que tínhamos que passar para cooperativa*".<sup>98</sup>

O insucesso da *machamba do povo 25 de Setembro*, ficou a dever-se aos seguintes factores: descontentamento resultante do facto de a participação nesta forma de produção não se ter revelado benéfica e à dificuldade de conciliar a produção colectiva com a familiar. A machamba familiar era encarada como uma garantia para o caso do insucesso na machamba do povo.<sup>99</sup>

A cooperativa 25 de Setembro fica situada no distrito de Boane, na localidade de Gueguegue, junto à margem esquerda do rio Umbelúzi. Na outra margem, está localizada a estação de tratamento e bombagem de água para a cidade de Maputo. À

<sup>98</sup> Penina Mussane, entrevista, Boane:19.02.97.

<sup>99</sup> Sobre este assunto, veja o artigo de Dolny, Helena. 1988. "The Challenge of Agriculture".

altura da sua fundação, a cooperativa tinha um total de 54 membros.<sup>100</sup>

A cooperativa 25 de Setembro foi criada à luz da legislação então em vigor para este sector na República Popular de Moçambique, nomeadamente:

- i) A lei das Cooperativas 9/79 de 10 de Julho.
- ii) O estatuto-tipo das cooperativas agrícolas, definido pelo decreto 7/89 de Maio.

Os dois documentos acima estabeleciam o quadro legal para materialização da política de desenvolvimento preconizada pelo governo da RPM, que apontava a agricultura como "base da economia (...) e a cooperativa como o instrumento da socialização do campo".<sup>101</sup> A cooperativa era pois, um grupo de camponeses associados que partilhavam desde o direito de trabalhar a terra, propriedade do Estado, à utilização comum dos restantes meios de produção, resultando daí, de acordo com o modelo de cooperativa socialista em que se inspirou a política de cooperativização, que a comercialização e a colheita fossem feitas conjuntamente.

Desde que foi fundada, é tida como *cooperativa-piloto*<sup>102</sup>, ao nível do distrito

<sup>100</sup> De acordo com: Lista das Cooperativas de Produção Agrícola da Província de Maputo, p.02. Documento datado de 16 de Novembro de 1989. Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas, DNDR. São dados oficiais que entram em contradição com o depoimento dos cooperativistas-fundadores. Não foi possível concluir se eles teriam sido forçados para criar a ideia de que a produção em moldes colectivos tinha bastante adesão, numa altura em que este sistema já revelava toda uma série de problemas, ou se recolhidos na fase em que o número de membros já tinha aumentado. Pois, de acordo com o depoimento de Virgínia Machava (presidente em exercício na cooperativa), "(...) da machamba do povo, em 1981 tínhamos ficado apenas 15 pessoas. Muitos foram aderindo porque ouviam falar, outros ainda e a maior parte, fugiam à "Operação Produção" - mulheres sem marido e outros que não tinham ocupação - refugiaram-se na cooperativa. Chegamos a ser 45 membros nessa altura. Quando a "operação produção" abrandou, o número de membros reduziu para 40, o número que até hoje continua". Entrevista: Boane, 24.01.97. Sobre este aspecto, ver cap.03 desta dissertação. Ver também Marshall & Roesch (1993) : 247, autores que se referem à adesão às cooperativas naquela época, como parte duma estratégia interina de indivíduo e de grupo para evitar a sua deportação para a operação produção.

<sup>101</sup> Cf. Excertos da referida lei.

<sup>102</sup> "... sempre esta cooperativa foi considerado como cooperativa piloto, desde há muito. Machamba do povo-piloto (...) visitas não acabavam e cada visita que chega tem o seu ponto de vista ...". Fonte: membro-fundador Joaquim Felizardo Saué, entrevista, Boane: 20.01.97.

A 25 de Setembro, integrava o grupo de 27 unidades de produção colectiva: cooperativas e ou associações de cooperativas, consideradas prioritárias ao nível do país para a campanha 77/78. Fonte: MAP, Arquivo do GODCA: Cooperativas prioritárias das províncias. Pasta C/ 292. De acordo com o documento acima referido, a "selecção das cooperativas obedeceu ao grau de consciência política dos

de Boane, facto relacionado com razões históricas com a excelente localização, potencialidades agrícolas da terra, com as projecções feitas na época e também com as infra-estruturas existentes no local, herdadas do tempo da plantação colona: sistema de regadio, armazéns, residências, pocilgas entre outros.

Com a grande cheia provocada pela depressão tropical "Domoína" em 1984, a motobomba da cooperativa ficou destruída, os campos alagados e grande parte das infra-estruturas ficaram danificadas. Este foi um dos principais reveses com que se debateu a cooperativa 25 de Setembro:

*"(...) Aquela depressão destruiu toda a cultura. Destruiu todos os membros também. Há pessoas que foram ficar na vila, outros para "os Antigos Combatentes", outros para o "Km 16". Foi quando se abriu aquela aldeia, não sei se se chama 30 ou 31 de Janeiro..."<sup>103</sup>*

*"Nasci em Chonguene e vivo em Boane desde 1968. Nunca vi coisa igual... com as cheias de 30 de Janeiro de 1984, saímos da zona baixa onde sempre vivemos, junto ao rio. É lá onde actualmente faço a machamba. Fomos viver na "Aldeia 16 de Junho" e mais tarde em Pechene, na aldeia dos Antigos Combatentes donde saímos por causa da subida do nível das águas do rio Umbelúzi. Em 1994, viemos para o bairro da Cooperativa onde estamos até hoje"<sup>104</sup>*

A actividade da cooperativa foi retomada assim que as águas baixaram:

*"começámos tudo de novo. Começamos a gatinhar e pouco a pouco aumentando o ritmo de trabalho, e então com o apoio fomos recuperando"<sup>105</sup>*

Nesta altura, a cooperativa quase que parou. Muitos cooperativistas ficaram

seus membros, ao dinamismo da estrutura administrativa, à possibilidade de expansão e diversificação das actividades entre outras características".

Em 1982, cooperativa-piloto era definida como "aquela que através da sua organização e rendimentos obtidos, demonstre na prática, a superioridade da produção cooperativa sobre a familiar e privada". Ministério da Agricultura (1982) :51.

<sup>103</sup> Joaquim Felizardo Saué, entrevista, Idem

<sup>104</sup> Virginia Machava, entrevista, Boane: 21.02.97. Virginia Machava é membro-fundador da cooperativa e presidente da Comissão de Gestão da "25 de Setembro", desde 1995.

<sup>105</sup> Alberto Fulani. Entrevistas, Boane: 10.01.97 e 19.02.97.



desmotivados e abandonaram-na, pois a agricultura passou a partir de então, a ser de sequeiro. *"Perdemos tudo o que tínhamos e muitos, sobretudo os de idade mais avançada não regressaram."*<sup>106</sup>

A depressão tropical "*Domoína*" e a guerra, tinham contribuído para o enfraquecimento da actividade produtiva no distrito em geral. Em relação à cooperativa 25 de Setembro os efeitos da guerra fizeram-se sentir de forma indirecta.<sup>107</sup>

A partir de 1986, o Partido Frelimo e o seu Governo, iniciaram uma campanha de mobilização dos camponeses, no sentido de estes criarem as suas associações e reactiva na mesma altura, o desenvolvimento das cooperativas agrícolas. A mobilização consubstanciava o facto de a FRELIMO (partido/governo) ter já reconhecido no seu IVº congresso, em 1983, a importância do sector familiar na produção de bens de consumo e para a exportação. O sector familiar fora antes encarado como um empecilho à implantação das formas de produção colectiva. Recorde-se que uma das incumbências do GODCA criado em 1979 pelo diploma ministerial nº41/79, era a de gradualmente, absorver o sector familiar e integrá-lo em cooperativas. Foi no contexto acima traçado que em todas as aldeias comunais foram criadas organizações de camponeses e estas por sua vez, criam a União Distrital em 14 de Dezembro de 1988.<sup>108</sup>

<sup>106</sup>. Fora Mboane, entrevista, Boane: 25.02.97

<sup>107</sup>. Durante a guerra, o local onde está implantada a cooperativa não sofreu qualquer ataque devido à forte protecção militar de que beneficia (nas imediações está situada a estação de tratamento e bombagem de água para a cidade de Maputo). Os efeitos da guerra sobre a cooperativa 25 de Setembro foram mais ao nível da restrição da liberdade de movimento de pessoas e bens. Aliás, como veremos adiante, o distrito de Boane foi dos que ofereciam uma segurança relativa durante a guerra e por isso acolheu refugiados idos das várias províncias e regiões do sul do país.

<sup>108</sup>. Fonte: União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Boane: Relatório do 1º Ano - 1989.

Concluindo, o processo de criação da cooperativa, do topo para a base, não permitiu que mesmo ao nível do seu funcionamento, ela relectisse o querer dos seus principais protagonistas - os cooperativistas, de tal forma que hoje, a cooperativa do passado é vista por queles como tendo sido uma forma de o governo explorar os camponeses. O modelo de cooperativa socialista assente na socialização dos meios de trabalho e da produção não permitiu a aplicação do princípio da *equidade social*, uma forma de valorização do indivíduo e do seu trabalho.

Como não houvesse um padrão comum a todas as cooperativas, do distrito no sentido de que destino dar aos resultados da produção, cada uma praticou uma das duas modalidades que se seguem:

- i) pagamento de salários aos seus membros.
- ii) depósito para investimento.

A cooperativa *25 de Setembro* praticou a última modalidade. Esta questão gerou uma série de conflitos internos, porque os membros não viam a aplicação prática dos resultados do seu trabalho; quando pelo contrário, as cooperativas vizinhas distribuíam os rendimentos no fim de cada campanha. Apesar dos seus problemas é aqui que reside, em parte, o segredo da sobrevivência da Cooperativa *25 de Setembro* que deste modo conseguiu manter fundos mínimos para participação no empréstimo concedido pelo BPD em 1986 no valor de cinco milhões e quinhentos e trinta mil Meticais para a compra de um tractor.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup>. Entrevista com o membro-fundador, Joaquim Felizardo Saué. Ele é contabilista e responsável pelos equipamentos da cooperativa desde a sua fundação. Para detalhes sobre este assunto, veja o ponto 4.2. desta dissertação.

A Depressão tropical "Domoína", em 1984 e as cheias dela subsequentes, foram factores negativos para a cooperativa e para os seus membros, no sentido em que destruíram as suas infra-estruturas; bens e em muitos casos desmotivaram-nos.

Em finais da década de 80, os sistemas de produção colectiva, estavam já numa situação de crise, como resultado em parte, de alguns factores acima referidos, e também da inconsistência de algumas políticas do governo, em relação à produção agrícola, particularmente no respeitante ao relacionamento entre a produção colectiva e a familiar.

#### *4.5. Sobre a União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Boane*

A União surgiu numa altura em que existia outra associação, a associação das cinco aldeias, formada em 1985. A nova união foi constituída em 1988 como resultado da intervenção da HELVETAS no apoio aos camponeses. O contexto da formação desta associação, do topo para a base, gerou toda uma série de problemas que levaram à paralização da sua actividade.<sup>110</sup>

A união presta serviços a um total de 1380 famílias do distrito, organizadas quer em associações quer em cooperativas, a través das seguintes actividades:

- Aquisição de sementes e assistência técnica
- Organização das cooperativas e uniões
- Parcelamento de terras

---

<sup>110</sup>. "dinâmica democrática interna praticamente inexistente; participação dos associados nula; utilização incorrecta e pouco económica dos meios". Adam, Y. 1989. "Ajudar a quem se ajuda a si próprio": *Iniciativas locais de Desenvolvimento em Moçambique: Avaliação dos projectos financiados pela HELVETAS em Boane e Tete*. p.08.

Para mais detalhes sobre o processo de formação da união e da existência de diferentes grupos sociais na liderança da união, veja Adam (1996) :199-209.

- Resolução e denúncia de conflitos de terras

Entre 1988 e 1992, a "UGACB", potenciou a sua actuação, na legalização das terras e obtenção de títulos de uso e aproveitamento das mesmas, pelos camponeses dos sectores familiar e cooperativo. Nesta acção, a *HELVETAS* foi o seu principal parceiro, através da concessão dos meios financeiros<sup>111</sup> inerentes ao processo de legalização da ocupação das terras, nomeadamente: pagamento das despesas, contratação de advogados para a elaboração dos estatutos, realização de encontros de sensibilização dos camponeses para a necessidade de legalizar a ocupação das terras. A *HELVETAS* forneceu também equipamento de escritório, transportes, um tractor e respectivas alfaias e pagou a contratação em regime parcial, de dois técnicos da área da agricultura.

Em 1992, teve início uma nova etapa no tipo e forma de prestação de serviços aos seus associados, que consistiu essencialmente na procura, junto de *ONG's* sobretudo estrangeiras, de financiamentos para a construção de pequenos aviários; aquisição de pintos, rações e respectivos medicamentos.

A avicultura é em 1997 a actividade mais praticada pela maior parte das associações e cooperativas de Boane, pois a sua agricultura, de sequeiro, não oferece grandes rendimentos. A única cooperativa que pratica agricultura de regadio, é a *25 de Setembro* porque situa-se junto ao rio Umbelúzi tem, infra-estruturas herdadas da plantação colona que foram reabilitadas pela *HELVETAS*. A cooperativa *25 de Setembro* funcionou, durante a sua reactivação, como *cooperativa-escola* onde os

---

<sup>111</sup>. A par de outros apoios obtidos, a base de financiamento foi assegurada por esta ONG suíça, através de um donativo de 51.000 Francos suíços em 1988 e de um orçamento de 60.000 Francos suíços em 1989  
Adam (Op.cit) :10

membros de outras cooperativas do distrito sem regadio, iam aprender a trabalhar com o sistema de regadio.

### ***Beneficiários da UGACB: Evolução***

Membros - são membros da UGACB as várias associações e cooperativas do distrito de Boane.

Beneficiários - todos aqueles que sendo membros das várias associações de camponeses e cooperativas agro-pecuárias de Boane se beneficiam dos serviços da União.<sup>112</sup>

#### **4. 6. A Nova Cooperativa**

Em 28 de Setembro de 1988, a comissão de gestão da cooperativa, no intuito de legalizar a exploração da mesma, dirigiu ao governador provincial, um requerimento com doze assinaturas. Este foi o desencadear de um processo, no qual a cooperativa contou com a ajuda da ONG suíça HELVETAS, que desde então está estabelecida em Boane e apoia aos camponeses tanto do sector familiar como do cooperativo, através da respectiva união geral.

Por despacho do governador provincial, datado de 04.11.96, sob o processo nº 768/96, é legalizada a ocupação da terra pela cooperativa. A cooperativa tem uma área de 80.99 Hectares, assim divididos: 40 para a agricultura de regadio e os restantes

---

<sup>112</sup> Para informações detalhadas, veja em anexo-secção de Tabelas, as seguintes:

TABELA Nº01: Cooperativas e Associações filiadas na UGACAB em 1988.

TABELA Nº02: Relação das Cooperativas e Associações filiadas na UGACAB e Número de beneficiários em 1989.

TABELA Nº03: Cooperativas e Associações filiadas na UGACAB em 1991.

40.99, para a agricultura de sequeiro. Tem actualmente, 40 membros e um património constituído por: árvores de fruta -mangueiras (5,1 has), um bananal (c.5 has), um tractor, pocilgas, o sistema de regadio que inclui duas motobombas *Lister*, um armazém, aviário, escritórios e um bairro residencial constituído por 33 casas.<sup>113</sup>

A 25 de Setembro, é uma cooperativa de prestação de serviços de apoio à produção e comercialização agrícola. A exploração da terra, e os benefícios do trabalho são individuais. Esta "nova cooperativa" assenta na partilha de alguns meios de produção, no pagamento de taxas de amortização dos meios adquiridos e serviços prestados por terceiros, no pagamento dos combustíveis e das despesas de reparação do tractor e motobombas:

*"Esta mudança é muito boa. Ela é no sentido de beneficiar ao próprio dono. O dono da cooperativa antiga, era o chefe do Grupo Dinamizador que a tinha organizado. Hoje os cooperativistas têm autonomia".<sup>114</sup>*

Contudo, a par das relativas melhorias e da reformulação da política e estratégias de desenvolvimento ao nível do sector cooperativo agrícola, este sistema enferma de problemas vários, decorrentes do facto de a cooperativa quer antiga quer a nova, serem campos férteis para o desenvolvimento de uma luta de classes, já que ela não visa o nivelamento social entre os seus membros, mas muitas vezes o contrário. A cooperativa continua a ter "donos" que são de facto aqueles que monopolizam a gestão financeira e dos meios de trabalho colectivos, nomeadamente motobombas e tractor.

A heterogeneidade na composição dos membros da cooperativa baseada em

<sup>113</sup>. Veja na secção de anexos, fotografias números 1 e 2.

<sup>114</sup>. Lino Pita Nassone (Presidente da UGACCAB), entrevista, Boane: 04.04.97.

diferentes níveis de rendimento, escolaridade e na dicotomia *membro fundador* e *membro posterior à fundação*, gera uma série de solidariedades/alianças políticas por um lado e contradições por outro. Os antigos, os mais instruídos e alguns membros da comissão de gestão são de facto os líderes. Como forma de diferenciação a liderança revela-se de várias maneiras como por exemplo: desenvolvimento de outras actividades como criação de animais, meios de trabalho diferenciados, extensão e formas de exploração das parcelas da terra diferentes.

Cada membro explora, teóricamente, parcelas que vão de 0,5 a 2 hectares. Aos membros fundadores cabem por princípio 2 hectares de terra. Contudo, há casos de membros da comissão de gestão ou antigos que controlam áreas até 4 ou 6 hectares através de estratégias das mais diversas: A mesma família acaba tendo 2 a 3 membros na cooperativa. Têm parcela para si e familiares directos. O alargamento das parcelas de terra também se verifica apartir do acordo entre aquele que não têm capacidade para pagar a taxa do regadio e aquele que pode fazê-lo. O primeiro cede uma parte da sua terra ao segundo que passa a explorá-la contra o pagamento da taxa por inteiro.

De facto, o modelo de cooperativa adoptado, não reflecte o ideal de cooperação. Muito pelo contrário, serve para a formação de uma pequena elite na direcção, onde existem membros com tendência para se apropriarem para fins pessoais dos meios e benefícios colectivos e para a utilização contra as normas técnicas e outras dos meios existentes para seu uso privilegiado. O facto tinha já sido constatado por Adam (1989), em relação à "UGACCAB". Quase dez anos depois, na *Cooperativa 25 de Setembro* as coisas processam-se do mesmo modo. Conforme a evidência que segue:

*"Os antigos fizeram mobilização para serem escolhidos em vez da comissão anterior, constituída depois da reabilitação do regadio, integrando membros novos. Eles diziam que têm experiência e não aceitam as ideias dos outros. Teve mesmo de vir o administrador de Boane<sup>115</sup> dar o exemplo da FRELIMO, onde os Marcelinos dos Santos que são antigos no serviço, tiveram que dar lugar aos mais novos mas ainda há troca de ideias entre os velhos e os novos. Paga-se trimestralmente pelo regadio, um valor de 160 mil Meticais por hectare. Mas nunca há combustível para regar as machambas de todos. Só os antigos é que conseguem arranjar combustível que devem comprar com o nosso dinheiro, porque vemos que com as actuais dificuldades também não produzem quase nada. (...). Regam as suas machambas e logo a seguir, a motobomba está avariada e é preciso contribuir-se para repará-la. Aí chamam a "todo o povo" ou vão tirar do fundo da cooperativa - dinheiro resultante das vendas do bananal e das mangueiras colectivas - e isto é sempre assim. Por isso, muitos de nós, decidimos não pagar as quotas. Mesmo às reuniões, já ninguém vai. A motivação é fraca e cada um luta por si. Mesmo as contas não são fechadas há várias campanhas nem informadas aos membros".<sup>116</sup>*

Apesar destas e outras divergências, manter-se na cooperativa aparece como uma estratégia quer de reduzir os custos da actividade agrícola a curto prazo, e de garantir a longo prazo, uma parcela de terra com título quer mesmo de assegurar

<sup>115</sup>. Foram ter com o administrador na qualidade de entidade governamental, capaz de apresentar a sua larga experiência. Constou-me no entanto, ao longo da minha permanência na cooperativa, que o administrador tem interesses na mesma. O grupo dirigente organiza força de trabalho para prestar serviço na "sua parcela", ao que parece por razões antropológicas: referem-se sempre a esta como a machamba do "hosi" - o chefe a quem devem a obrigação de prestar serviço. Ou então, fazem-no na perspectiva de obtenção de facilidades na negociação com as entidades governamentais e com outros possíveis parceiros.

<sup>116</sup>. Foi nestes termos que Albertino Cossa, entrevista, Boane: 26.02.97, se referiu à situação da cooperativa. A questão das contas não fechadas é de facto um dos grandes problemas da cooperativa e os seus membros trocam acusações mutuamente: A presidente, Virgínia Machava, estranha muito a atitude do contabilista e da tesoureira pois, apesar de todas as insistências feitas, não fazem as contas do inverno passado, as quais deveriam ter sido usadas para planificar a campanha em curso. Estes são ao nível da comissão de gestão, os membros mais instruídos. Aqueles, defendem que não foi possível fechar as contas porque: primeiro, muitos dos cooperativistas ainda não pagaram as suas dívidas. Depois, porque o trabalho que exercem ao nível da comissão não é remunerado e o pouco tempo de que dispõem, aproveitam-no para actividades que garantam a sobrevivência das suas famílias dadas as dificuldades resultantes da queda da produção agrícola.



residência de alvenaria no bairro da cooperativa<sup>117</sup>.

### Os Membros:

#### a) Dinâmica

A composição dos membros da cooperativa em termos numéricos, sempre foi dinâmica e reflecte o impacto de todo um conjunto de factores: económicos, sociais e políticos.<sup>118</sup>

Dados referentes à campanha 1977/8, apontavam a existência de 54 membros, mas enfatizavam a necessidade de mobilização. Em 1981, ano em que a machamba do povo passou a cooperativa, tinha 15 membros, número reduzido que reflecte a resistência dos camponeses em relação à produção colectiva por um lado e por outro, a sua desmobilização. O relatório das brigadas de planificação das cooperativas piloto para a campanha 82/83, aponta a existência de 26 membros. Gradualmente, o número foi subindo até se situar em cerca de 80 (durante a vigência da operação produção) e mais tarde em 46. Este era o número de cooperativistas quando se deu a depressão tropical de 1984.

No início do processo de reactivação da cooperativa, nos actuais moldes, as listas registavam 28 membros. O número evoluiu, tendo chegado a 57 membros ou candidatos e actualmente é de 40. Quando as dificuldades são grandes e os rendimentos não são satisfatórios, há uma desmobilização dos membros. Foi o que aconteceu de 1977/8 para 1982. O relatório da comissão de trabalho que visitou a então machamba

---

<sup>117</sup>. Cujá construção foi financiada pela HELVETAS, ao custo de 1000 Dólares americanos a unidade. Fonte: engº Luís Dinís, Coordenador da HELVETAS em Boane (Comunicação pessoal, Boane: 18.12.96). São 33 casas, cuja construção teve início em Agosto de 1993 e foram entregues em Dezembro do mesmo ano. Veja em anexo, fotografia nº3.

<sup>118</sup>. Na secção de anexos veja tabela Número 04 que ilustra a evolução dos membros da cooperativa entre 1977 e 1996.

do povo, referia-se já à existência de "graves problemas, e à necessidade de reestruturação da direcção, para além do já crónico problema da captação das águas do rio Umbelúzi". O relatório que cito, apresentava uma área aproveitável de 300 hectares de regadio, dos quais estavam em uso 160.

A planificação dos sistemas de produção colectiva, feita ao nível central, o deficiente apoio técnico e a fraca motivação dos camponeses nos vários momentos, originaram a crise do sistema de produção da machamba do povo 25 de Setembro:

*"acordávamos para entrarmos às 7 horas para o trabalho. Os planos vinham da direcção provincial, as visitas não acabavam e a todas tínhamos que dar presentes. Quando chegasse a hora do balanço da produção, verificávamos que muito do que produzimos foi oferecido às delegações que nos visitaram.(...) Muitos faltavam, mas no dia da distribuição dos benefícios estavam cá para receber as latas de castanha da Cajuca".*<sup>119</sup>

*"Na machamba do povo, trabalhávamos um dia e outro. Em 1981, chegamos a ser 15 pessoas apenas. O número subiu depois, porque as pessoas desempregadas e mulheres sem marido, fugiam à operação produção e vinham refugiar-se na cooperativa. Nessa altura, chegamos mesmo a ser oitenta e tal".*<sup>120</sup>

*"...também havia reuniões sempre e muitas vezes tinha que ir toda a gente da mesma casa e ninguém ficava para trabalhar. Outras vezes, chegava-se a encontrar 100 pessoas a trabalharem num hectare".*<sup>121</sup>

A entrada e saída de membros, tem a ver com os factores acima apontados, com questões climatéricas e mesmo com as mudanças operadas na política de concessão de terras, quando esta passa da comunidade para o indivíduo se verifica um afluxo massivo do sector empresarial a Boane. Há uma maior necessidade por parte dos

<sup>119</sup>. Casal Saué. Entrevistado em Boane.

<sup>120</sup>. Virgínia Machava, entrevista. Idem.

<sup>121</sup>. Lino Pita Nassone, entrevista...

camponeses de garantir a posse da terra com segurança. E essa segurança é encontrada na cooperativa.

Os diferentes tipos de apoio recebidos pela cooperativa motivam a adesão, participação e entusiasmo em relação à vida da cooperativa. Em função dos benefícios ou do apoio recebido pela cooperativa, o número de membros aumenta, senão vejamos: quando os cooperativistas escreveram ao governador de Maputo, solicitando a legalização da exploração da terra, a cooperativa tinha apenas 28 membros. Desde que foi reabilitado o sistema de regadio, iniciada a construção das casas do bairro e distribuídas as parcelas de terra, o número subiu tendo passado inclusive a 57 membros ou candidatos. Actualmente contudo, integram-na 40 membros.

As actuais iniciativas visando obter apoios para a compra de uma nova motobomba têm mobilizado os cooperativistas que participam em todas os encontros para o efeito, pois a irrigação é a principal prioridade dos cooperativistas e constitui o centro das conflitos hoje existentes.

#### **b) Composição Social**

Acima de metade dos homens e mulheres que integram aquela unidade de produção, estão lá há mais de 20 anos. A média de idades dos actuais 40 membros, é de 51 anos e este factor tem grande influência nos níveis e modo de produção. Aliás, já em 1982, a brigada de planificação das cooperativas piloto que trabalhou na Cooperativa 25 de Setembro, apontara o facto de mais de 30% dos membros terem acima de 50 anos e referiu-se à influência desse factor na produção.

A composição social, é bastante heterogénea e espelha as características da população do distrito. O contexto sócio-económico do distrito de Boane, reflecte o processo histórico da sua formação, marcado pela predominância da actividade agrícola familiar e empresarial envolvendo um número considerável de trabalhadores assalariados. Esta foi uma característica do distrito no período colonial que se consolidou no pós-independência. A população do distrito, na sua grande maioria, não é originária de Boane. Resultou de todo um processo de importação de força de trabalho, das províncias de Gaza e Inhambane, para o Chibalo (nas machambas e indústrias dos colonos), para o trabalho doméstico junto de oficiais do exército colonial e empresas estatais.<sup>122</sup>

A população de Boane é também integrada por ex-militares das F.P.L.M,<sup>123</sup> maioritariamente originários do centro e do norte do país, que tendo cumprido o serviço militar em Boane, ali se estabeleceram após a desmobilização, como evidencia o caso que segue:

*"Nasci em Espungabera - província de Manica. Vim para Boane em 1979, em cumprimento do Serviço Militar Obrigatório. Fui desmobilizado em 1982. Como já tinha família fixei-me cá, particularmente em Mahubo, onde passei a dedicar-me à agricultura de sequeiro. (...) Com a guerra, em 1985, fugi para a cidade onde fiquei em casa da família da minha mulher. Ainda no mesmo ano, regressei à Aldeia Eduardo Mondlane. Lá passei a dedicar-me à agricultura e ao corte de lenha. Com a intensificação da guerra, saí em finais de 1986 para Umpala, onde já fiz uma pequena casa*

<sup>122</sup>. De acordo com Gsell, Carrilho e Loforte. 1993. *HELVETAS: Relatório da Avaliação Externa do Programa de Boane, 1991-1993*. p.04.

A história do povoamento de Boane, desde a chegada dos primeiros portugueses, é marcada, pela predominância de trabalhadores idos de Gaza e Inhambane, porque eram considerados mais leais enquanto os nativos não gozavam da confiança dos colonos, que os acusavam de frequentemente roubarem o gado. (Prof. G. Liesegang, comunicação pessoal, Maputo).

<sup>123</sup>. Forças Populares de Libertação de Moçambique, foi a designação do exército Moçambicano, até à criação das FADM, resultante da fusão com os guerrilheiros da RENAMO após os acordos de Paz de 02 de outubro de 1992.

*melhorada. Em 1987, ingressei no movimento cooperativo e fui logo escolhido para presidente da Associação de Umpala. Em Dezembro de 1988, fui eleito vice-presidente da "UGACCAB" e em 1992, passo a presidente da mesma."*<sup>124</sup>

A guerra, apartir de 1984, passou a ser uma das razões para o crescente fluxo de deslocados, oriundos de Gaza, Inhambane e de outros pontos da província de Maputo, que encontraram em Boane, as melhores condições de segurança:

*"... nasci em Mananga (terras do chefe Mavuiane) em Chibuto - no Posto administrativo do Alto Changane. Não sei em que ano. Sou filho de Pechisso Massingue e de Muhlavasi Chivavele. Ele, agricultor e curandeiro. Não fui à escola. Trabalho na machamba desde 1951. Comecei na machamba do meu pai. Sou curandeiro desde 1959. Entre 1959 e 1962, fiz a tropa: estive na Índia, aqui em Boane (entre 1959 e 60) e depois em Macau. Em 62 acabei a tropa e voltei para casa. (...) tenho 17 filhos: 10 filhas e 7 filhos e tive 3 mulheres. Uma faleceu -a mais velha - outra abandonou-me por causa das dificuldades e vivo actualmente com a minha segunda mulher. (...) em 1983, fugindo à guerra, sai de Chibuto para a cidade de Maputo - Bairro da Maxaquene. (lá na minha terra era muito rico: tinha machambas grandes, muito gado, carroças e outras coisas. Mas perdi tudo!). A minha vinda para Boane, tem a ver com o trabalho de curandeiro que eu faço. Tratei em Maputo, um homem que vive em Boane, que já tinha ido aos hospitais para tratar a doença do coração e não conseguiu. Entretanto ele ouviu através de alguém, que eu era capaz de ajudar e veio ter. Tratei-o e quando fui entregá-lo à família, esta agradeceu-me com um hectare na área hoje destinada à agricultura de sequeiro. Vim ficar aqui. Isto foi no ano de 1984 (...)."*

As mudanças estruturais na economia, têm também reflexos na vida e estratégias de diversos grupos domésticos: a cooperativa, tem membros que na perspectiva de maximização das suas oportunidades, adoptaram a residência dupla, circulando entre a Cooperativa e Maputo, Cooperativa e Matola, Boane (vila) e a

<sup>124</sup>. Lino Pita Nassone, entrevista citada

### Cooperativa. Segue-se parte da história de uma cooperativista:

*"Nasci em Maússe, Manjacaze em 1947. Cresci em Chicumbane, onde frequentei a escola.*

*Depois vim para Maputo para continuar a estudar (tenho frequência da 6ª classe). Casei-me em 1967 e fui viver na Moamba. Em 79 voltei para Maputo e em 84, depois da cheia que houve, vim para começar machamba em Boane. Vivo na Matola com a minha família. Venho todos os dias de manhã, para trabalhar e regresso no fim da tarde. Tenho 8 filhos. 7 estão a estudar e o mais velho, trabalha. Formou-se em Economia na UEM, com a ajuda do dinheiro que 'tiramos' da machamba, porque o salário do pai (que é escriturário numa repartição das finanças) não chega para comer, vestir, pagar o hospital e a escola das crianças. Ajudamo-nos assim mesmo... Quando cheguei em 84, convidaram-me para a cooperativa que vivia um momento difícil, porque se trabalhava para a cooperativa apenas e não se ganhava nada. Continuei a trabalhar fora, nas proximidades da cooperativa. Quando em 1992 a HELVETAS chegou, e se fez uma nova demarcação das terras da cooperativa, tive que parar pois a minha parcela foi incluída na cooperativa. Depois chamaram-me para passar a integrá-la, mas já nestes novos moldes e deram-me este trabalho de tesoureira embora não ganhe por isso e tenha menos tempo que os outros para trabalhar na minha machamba. Tenho uma casa no bairro da cooperativa.*

*(...) Levo a produção para vender lá em Maputo, porque sai sempre em conta. Veja, por exemplo, o caso do piri-piri: As 'gwevas' não aceitam comprar aqui, por 10 contos o quilo. Levam a 6 ou 7 contos. Mas se levo para Maputo, consigo vender por 10 a 15 contos a mesma quantidade. Para além de que os meus filhos ajudam a vender quando estão de férias. (...) lá na Matola, crio galinhas para vender. 'Meto' sempre duzentas. Assim, as coisas da machamba, não compro e o pouco que temos conseguimos poupar e como o cofre no campo é a machamba..."<sup>125</sup>*

Um dos dois "cooperativistas" chamados "privados", ex-trabalhador da empresa Citrinos é membro da cooperativa e vive em Maputo, no bairro do Alto-Maé. Explora uma área de pouco mais de 2 hectares, junto ao rio. Fá-lo com meios próprios: motobomba, tubagem e trabalhadores assalariados (sazonais). Actualmente, está em

<sup>125</sup>. Alice Machava, entrevista. Boane: 20.01.97.

negociações com uma instituição bancária por forma a conseguir um crédito. Entrou para a cooperativa na altura em que a HELVETAS iniciou a reabilitação do sistema de regadio, tendo-se comprometido a respeitar os princípios da mesma. Também integram a Cooperativa, agregados familiares de mineiros ausentes e de ex-mineiros:

*"Não sei a minha idade (aparenta 70). Nasci na praia do Bilene, na Macia. Vim para Maputo trabalhar como empregado doméstico e ganhava 25 escudos. Era muito pouco, não dava (...) havia alturas em que não pagavam salário e ofereciam-me calções. Eu já estava crescendo... e então fui para Durban, fazer serviço doméstico. Trabalhava e voltava. A primeira vez que cá vim, casei-me. Voltei e entrei para as minas. Depois de muitos anos deixei e voltei para aqui e entrei para a machamba do povo. Tenho 7 filhos dos quais só um é homem. A mais velha tem 35 anos. Tenho cinco netos, que já me deram bisnetos. Todos os filhos estão casados, à excepção de uma que ainda vai à escola. Casaram-se quase todas em Boane e a maior parte dos seus filhos vive aqui comigo".<sup>126</sup>*

Coexistem na cooperativa, vários sistemas de produção, que correspondem a toda a heterogeneidade que caracteriza aquele universo, os quais resultam dos diferentes níveis de escolaridade, de acumulação e de capacidade negocial.

### c) Escolaridade

As campanhas de educação de adultos realizadas nas décadas de 70 e 80, apesar de não terem tido o êxito que se esperava, permitiram a alguns dos cooperativistas aprender a ler e a escrever ou aumentar os seus conhecimentos.

Em 1977/8, do total de 54 membros referidos, 45 eram analfabetos.<sup>127</sup> Embora

<sup>126</sup>. Alberto Chirindza, entrevista. Boane: 26.02.97

<sup>127</sup>. Fonte: MAP, DNDR: Arquivo do GODCA. Lista das Cooperativas (e Unidades de produção colectiva) seleccionadas para receberem maior apoio do Ministério da Agricultura na campanha de 1977/8. Pasta G/2. Em 1989, de acordo com o levantamento feito pela HELVETAS, a situação em termos de escolaridade dos membros é expressa pela TABELA Nº 5.1: Níveis de escolaridade em anexo.

os já alfabetizados, a data do levantamento atrás referido não tenham elevado o seu nível de escolaridade, verifica-se actualmente, uma subida no número de cooperativistas letrados, que tem a ver com a dinâmica de entradas e saídas dos membros na cooperativa.<sup>128</sup>

Muito embora grande parte dos cooperativistas não saiba ler, escrever nem falar a língua portuguesa, sabe contar e detém conhecimentos na sua língua nativa e mesmo ao nível da realização da actividade agrícola com base no *ITK*,<sup>129</sup> conhecimentos práticos que não lhes permitem passar da produção de subsistência.<sup>130</sup>

O baixo ou nenhum grau de instrução dos Cooperativistas, reflecte-se negativamente no domínio da planificação da actividade agrícola, da acumulação e até certo ponto na resistência à aceitação das técnicas modernas de produção. É um problema antigo, que já havia sido detectado pela brigada que visitou a cooperativa em 1981.

Os cooperativistas que foram à escola, a maior parte deles entre os anos 60/80, têm hoje, os seus filhos a estudar.<sup>131</sup> Por outro lado, como que a confirmar o princípio

<sup>128</sup>. Assim, dos 40 membros inscritos, a situação que hoje se apresenta (Fevereiro de 1997) é apresentada em anexo na TABELA Nº 5.2: Níveis de Escolaridade.

<sup>129</sup>. Conhecimentos tecnológicos indígenas (*Indigenous Technological Knowledges*).

<sup>130</sup>. Muito embora, paradoxalmente, Elias Massingue - o cooperativista mais próspero seja iletrado. É um caso à parte. A sua actividade de curandeiro, fornece-lhe importantes proventos. Massinga tem também, uma longa experiência na actividade agrícola, para além de ser um homem envolvido em várias alianças políticas (recentemente foi eleito secretário da Assembleia distrital). Veja em anexo, fotografia nº 04, E. Chindzawana Massinga junto do seu bananal.

<sup>131</sup>. Alice Machava tem frequência da 6ª classe. É a cooperativista mais instruída e este facto confere-lhe uma posição de centralidade na rede social da cooperativa. Tem oito filhos, dos quais o mais velho tem 27 anos e é licenciado em economia. Os restantes sete estão a estudar. O mais novo no ensino primário do 1º grau e os restantes nos níveis subsequentes até ao pré-universitário. "... embora a minha segunda filha esteja muito atrasada". Os filhos de Alice ocupam-se das actividades da machamba sobretudo durante as férias escolares ou fora das horas dedicadas à actividade escolar. Os rendimentos deste agregado familiar constituído por 10 pessoas vêm de várias fontes (A. Machava preferiu não revelar os valores). O grau de escolaridade permite o acesso a empregos fora do circuito agrícola, em negócios ou em empregos remunerados (veja nesta dissertação - ponto relativo à *composição social*, passagens da história de vida de Alice Machava). Resultando daí, que muito provavelmente este agregado não vá reproduzir trabalhadores agrícolas.



do destino social, os filhos dos cooperativistas iletrados também não foram ou deixaram muito cedo a escola:

*"Chamo-me Alberto Fulani. Nasci em Chilêmbene, Gaza. Não sei em que ano (aparenta ter acima dos sessenta e cinco anos). Cheguei aqui em 1952. Não fui à escola. Tenho duas mulheres e quatro filhos, todos casados a viverem em Boane e Matola. Muito cedo abandonaram a escola. Vivo com as minhas mulheres e cinco netos, que cozinham e acarretam água (as mais velhas têm 13 e 14 anos e não vão à escola). (...) ví a independência aqui mesmo. Sou membro fundador da cooperativa e chefe de produção desde a machamba do povo. Cheguei até a pedir para deixar de sê-lo porque não estudei, tiraram-me por algum tempo, mas depois voltaram a colocar-me. (...) Não sei que quantidades produzo por campanha mas não dá para comer e vender para guardar dinheiro: só para pagar as despesas do regadio, as pessoas que ajudam no trabalho e pouco mais..."*

A escolaridade aliada à idade, à antiguidade e ao lugar que se ocupa na rede, é um factor que condiciona a prosperidade dos cooperativistas e o seu *status*. A instrução confere capacidade para planificar os vários aspectos da vida, o acesso a outras redes sociais que transcendem o universo da cooperativa e a partir de toda uma série de esquemas formais e informais, conseguir-se elevar os rendimentos do grupo doméstico. Os que conseguem comercializar a sua produção e pagar todas as despesas.

#### **d) Alguns Elementos Sobre Aspectos de Género**

A actividade agrícola no meio rural está associada à esfera doméstica, a qual está confinada às mulheres. Dados do inquérito agrícola de 1994<sup>132</sup> indicam que de toda a população activa de Moçambique, em termos percentuais, participam na realização da actividade agrícola 51% de mulheres e 49% de homens.

<sup>132</sup> Inquérito conduzido pelo Departamento de Estatística do MAP, citado por Cecília Ruth (DNER/MAP), "Moçambique: Organização de Produtores" in: *Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa*, Nº 16 / Março de 1997, p.10. Em anexo na secção das tabelas, veja Tabela n.º6.

Apresenta, também, as mulheres como sendo responsáveis pela produção de 68% dos alimentos básicos produzidos em Moçambique, nomeadamente: milho e feijão. Elas são também, responsáveis pela comercialização de 73% da produção. Do total, 33% dos agregados familiares são chefiados por mulheres e 67% por homens. Os primeiros apresentam problemas específicos como são a insuficiência de terra e de meios de produção.

Na Cooperativa 25 de Setembro, dos 40 membros registados, 17 são mulheres, o que corresponde a 42,5% do total.<sup>133</sup> Contudo, o número de mulheres que trabalham *de facto*, transcende aquela percentagem. Elas trabalham quer em machambas suas quer em machambas dos seus maridos e ou familiares, sendo o número ainda maior, se atendermos ao facto de muitos homens terem duas ou mais mulheres.<sup>134</sup>

Historicamente, desde 1976, no tempo da machamba do povo, as mulheres ocupam na *25 de Setembro*, cargos importantes ao nível da direcção, facto que foi reforçado pela sua participação em organizações de massas, particularmente na OMM e pelo seu papel na mobilização política. Várias Comissões de gestão foram dirigidas e integradas por mulheres. A actual, é presidida por uma mulher, Virgínia Machava e é integrada outras três, responsáveis pelas áreas dos assuntos sociais e cultura, tesouraria e aviário.

Apesar de a prática de mulheres dirigentes ser uma das marcas do movimento cooperativo posterior à independência, movimento em que se enquadra a *25 de*

---

<sup>133</sup>. Veja em anexo, gráfico nº: 05, que ilustra a composição por género dos membros da cooperativa.

<sup>134</sup>. Pelo menos 8 homens têm duas esposas. Massinga teve até muito recentemente, 3 mulheres.

Setembro, as relações de género (homem-mulher), no sentido em que elas são socialmente construídas, são por um lado relações de conflito - um conflito expresso ao nível do discurso:

*"... pusémo-las a dirigir porque quando é um homem a dirigir, andam para aí a dizer que se aproveita disto e daquilo para beneficiar aos seus filhos e família. Por isso mesmo, as escolhemos para vermos até onde vão e o que podem fazer".*

*"A Cooperativa não pode andar bem a ser comandada por mulheres: o único serviço numa mulher, é aquele que todos nós conhecemos, que é quando anoitece".<sup>135</sup>*

Embora não sejam citações que representem a opinião de um vasto sector dos homens da cooperativa, em termos práticos as citações acima reflectem-se pela insubordinação de alguns grupos ou sectores homens em relação à presidente mulher:

*"...as contas não são fechadas há algumas campanhas. Não sei se isto acontece porque sou mulher ou porque não estão satisfeitos com a minha eleição. Mas nunca disseram nada".<sup>136</sup>*

Ao nível de oportunidades, a categoria de género, aliada à idade, apresenta-se como um elemento de exclusão, particularmente para as mulheres que se encontram já na fase pós-reprodutiva (viúvas ou não). Um exemplo elucidativo é o da esposa mais velha do chefe de produção. Ela tem acima de 50 anos. Os seus filhos estão casados e vivem em Boane (vila) e Matola. Na Cooperativa, vive com o marido e com a outra mulher daquele e mais 5 netos com idades entre os 5 e os 13 anos. Não paga a taxa trimestral do regadio, no valor de 160.000 Mts, desde que o sistema foi reabilitado, por incapacidade.<sup>137</sup> Enquanto decorria o meu trabalho de terreno, soube que a sua parcela,

<sup>135</sup>. Diálogo entre dois camponeses: Chirindza e Mondlane. O primeiro foi presidente da comissão de gestão em 1984.

<sup>136</sup>. Virgínia Machava, entrevista, Boane: 20.01.97.

<sup>137</sup>. O que ganha não dá para pagar mão de obra sazonal e realiza ela própria, o trabalho na sua parcela, recorrendo como parte das suas estratégias de sobrevivência à rede de "mpfunanu" (ajuda mútua) que ela

de 1 hectar, fora reduzida. Esta é uma sanção prevista para aquele tipo de caso, que numa situação extrema leva à expulsão<sup>138</sup>.

Como resultado da experiência colonial, o grau de participação de homens e mulheres no movimento cooperativo é diferente. Varia de região para região. Em Boane, e na Cooperativa 25 de Setembro como em toda a região sul de Moçambique, onde os homens procuram sobretudo empregos remunerados, a maior parte dos cooperativistas são mulheres. Esta situação foi se consolidando através da sua participação em organizações democráticas de massas que lhes conferiram uma maior intervenção na gestão da cooperativa. A maior parte dos homens que trabalham na Cooperativa, são ou aposentados ou, em número menor, aqueles que sempre trabalharam na agricultura. Daí, às vezes, devido à sua idade, uma certa resistência a situações do tipo em que as mulheres dirigem.<sup>139</sup>

#### 4.7. Calendário agrícola e pressão sazonal: distribuição do trabalho

Grosso modo, a produção dos cooperativistas destina-se ao auto-consumo e à venda na própria cooperativa e nos principais mercados da cidade de Maputo (sobretudo no Fajardo). A produção destina-se também ao aprovisionamento de sementes para a época seguinte.

---

integra com mais quatro cooperativistas.

<sup>138</sup>. Face à incapacidade já demonstrada por muitos membros, a estratégia para este tipo de casos tem sido a negociação com um membro ou pessoa de fora, capaz de pagar a taxa em troca da exploração de uma parte da parcela, nem sempre mantendo-se o direito de ocupação pelo primeiro. Este tipo de caso é decidido pela Assembleia Geral da Cooperativa, que normalmente é condescendente, conseguindo muitas vezes, protelar o pagamento das taxas até um período de duas a três campanhas. Depois disso, é redefinida a parcela do membro em dívida em função das capacidades que ele tem pois, como dizem, "não estamos para trabalhar para os outros".

<sup>139</sup>. Santos (1984) :43 refere que "nos casos em que as mulheres acabam por se impor e ganham força dentro da cooperativa, os homens afastam-se, muitas vezes, dando origem a uma cooperativa de mulheres".

Apesar de o sistema de regadio não estar a funcionar em pleno, permite que a actividade agrícola seja praticada ao longo de todo o ano. O milho é a cultura que ocupa grande parte do tempo dos cooperativistas ao longo das várias fases do ciclo agrícola, com 50% do tempo destinado à produção em cada uma das duas estações. De Setembro a Fevereiro, são-lhe dedicados 120 dias de trabalho e entre Fevereiro e Agosto, 150.<sup>140</sup>

A vida de cada família na cooperativa é organizada em função da actividade agrícola.<sup>141</sup> Todos os recursos humanos e materiais (sobretudo as economias em dinheiro ou em produtos agrícolas) são colocados ao serviço da machamba em determinados períodos quando a actividade da machamba assim impõe. As culturas do verão ocupam geralmente cinco meses e as actividades principais são a preparação dos viveiros, sacha e rega. Entre Novembro e Dezembro fazem a colheita para se introduzirem as culturas da estação fria. As culturas da estação fria são as que exigem mais tempo de trabalho sobretudo devido à sacha. A opção por outras culturas, tipo de hortícola a produzir, é influenciada pelo mercado e pelo custo das sementes, geralmente mais caras.

#### 4.8. Mecanismos de controle social

*"Dizem que nós dois somos feiticeiros, porque só as nossas bananas grandes e bonitas espantaram ao governador da província e toda a gente, enquanto são produzidas na mesma terra..."<sup>142</sup>*

<sup>140</sup>. Veja na secção de anexos desta dissertação, Tabela Número 07 o calendário agrícola e principais culturas praticadas.

<sup>141</sup>. A organização e distribuição das actividades entre os vários grupos etários. Distribuição das tarefas de casa (cozinhar, acarretar água, etc) e da machamba. É também nestes períodos de "pico" que se verifica o recurso à mão-de-obra sazonal.

<sup>142</sup>. Entrevistas em Boane: Francisco Chirindza (19.02.97) e Elias Massingue (24.01.97). O que de facto acontece, é que estes dois cooperativistas, têm as machambas contíguas. O segundo, está junto à margem do rio e é detentor de várias motobombas e dos respectivos tubos. Rega o seu terreno sem grandes

A diferença dos níveis de rendimento entre os cooperativistas dá origem a contradições constantes entre eles. Duas concepções fundamentais marcam o discurso em relação aos prósperos:

*"Se tens mais do que os outros, é porque és feiticeiro ou membro da comissão de gestão e apropriaste do produto do trabalho dos outros".*

Provavelmente como reminiscência do sistema anterior, em que a cooperativa era o reflexo da pretensa recusa da diferenciação social, olha-se horizontalmente para todos os outros membros, considerando que à luz dos problemas que a cooperativa tem hoje, todos deveriam ser iguais, pois:

*"... se não há rega a funcionar com regularidade, como é que há pessoas que conseguem, do seu bolso, comprar combustível para regar as suas machambas? Todos nós não produzimos muito e só vivemos da agricultura. Então, esse dinheiro com que compram o Diesel para regarem as suas machambas, é nosso!"<sup>143</sup>*

Por outro lado, existem como em qualquer comunidade, mecanismos de controlo da aquisição e repartição de riqueza, aquilo a que Hoebel (1985) :428, designa por *Mecanismos de Controle Social*.<sup>144</sup> O discurso acusador é uma das sanções negativas utilizadas pelos membros da cooperativa 25 de Setembro contra os seus colegas "ricos" ou bem sucedidos.

---

dificuldades e estende as facilidades de rega ao seu vizinho. A par das dificuldades de aquisição de combustíveis para as três regas semanais, acrescidas às frequentes avarias da motobomba e às deficiências do sistema de regadio, em particular do canal número 13 que funciona com deficiências, o grosso dos cooperativistas não consegue elevar a sua produção a níveis satisfatórios.

<sup>143</sup>. Albertino Cossa. Entrevista, Boane: 26.02.97

<sup>144</sup>. "um meio para guiar o processo de aprendizagem de todos os membros da sociedade no desenvolvimento de costumes comportamentais correctos", no qual o comportamento de acordo com as normas geralmente é compensado, sanção positiva e o comportamento que se afasta demasiado das normas é punido, sanção negativa.

#### 4.9. Os equipamentos: manutenção e conservação

O estado geral dos equipamentos, tem uma estreita relação com os níveis de produção e de produtividade. A Cooperativa dispõe de um tractor *Massey Ferguson*, adquirido em meados da década de 80, cujo funcionamento tem sido irregular. Devido a avarias constantes. Dispõe também de um sistema de motobombas Lister,<sup>145</sup> adquiridas pela machamba do povo e das quais só uma funciona.

Um dos grandes obstáculos à subida da produção e móbil das grandes desavenças que actualmente existem na Cooperativa em torno do regadio, é o deficiente funcionamento da motobomba, cuja reposição já se impõe, sob pena de deitar abaixo um dos exemplos de sobrevivência do movimento Cooperativo em Moçambique. Já foi realizado um estudo de viabilidade para a aquisição de uma nova motobomba, orçada em finais de 1996 no valor de 200 milhões de Meticais.

Este foi um dos tópicos discutidos com o Ministro da Agricultura e Pescas, que visitou a Cooperativa em finais de 1996. Aparentemente, a recomendação deixada na altura, foi a de que a 25 de Setembro deveria solicitar ao Banco Popular de Desenvolvimento, um crédito para o efeito. Os cooperativistas, dizem não estarem em condições de o fazer devido à elevada taxa de juro cobrada pelo banco, que exige também a posse de um valor de participação.

O uso, manutenção e conservação dos equipamentos, particularmente da motobomba, não obedecem aos critérios técnicos estabelecidos, embora haja na Cooperativa, um técnico reponsável pela maquinaria e que beneficiou, inclusivamente,

---

<sup>145</sup>. Veja Fotografias números 5 e 6 em anexo. O tractor e uma das motobombas.

de formação na Hungria.

As dificuldades na aquisição de combustíveis, não permitem que a escala de rega, estabelecida após a reabilitação do sistema de regadio, seja cumprida. Assim, de acordo com a actual estratégia, de cada vez que um grupo de 2 a 4 membros consiga adquirir *Diesel*, a motobomba é posta a funcionar para regar apenas as suas machambas (A Cooperativa tem 40 membros) com todas as consequências resultantes, do ponto de vista técnico.<sup>146</sup>

Outro aspecto relacionado com a conservação é a localização da motobomba em funcionamento, exposta a todas as intempéries: a "casa das máquinas" não tem tecto e, não é feita a limpeza regular à máquina.<sup>147</sup> Estes últimos aspectos, estão aparentemente, relacionados com o facto de a propriedade dos meios ser colectiva, não havendo por isso, da parte de quem os gere, a preocupação de assegurar o respeito dos princípios básicos da manutenção dos equipamentos agrícolas.

É premente que o Estado reveja o seu relacionamento com as cooperativas, criando condições para que quer a aquisição de combustíveis quer de equipamentos, sejam subsidiadas e os mecanismos de acesso a créditos sejam mais flexíveis. De modo a que gradualmente, as cooperativas "comecem a andar com os seus próprios pés".

---

<sup>146</sup>. Cada machamba precisa de ser regada pelo menos duas vezes por semana. O horário de funcionamento da bomba vai das 7 às 14/15 horas. Por dia, são necessários 60 litros de Diesel para regar os terrenos de quatro famílias.

<sup>147</sup>. Veja em anexo, fotografia nº7.



## CAPITULO 5: COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO: UMA COOPERATIVA EM REACTIVAÇÃO PERMANENTE

A Cooperativa 25 de Setembro foi reactivada num contexto de crise geral dos sistemas de produção colectiva em Moçambique.<sup>147</sup> A sua reactivação, decorreu à luz de outras mudanças significativas que tiveram lugar em Moçambique, a partir de finais da década de 80, nomeadamente, as mudanças de carácter económico, social e político, introduzidas pela liberalização das várias esferas da vida. Foi uma resposta à situação decorrente do PRE e da guerra. Uma das mudanças substanciais na essência do movimento de que a 25 de Setembro faz parte foi a conversão do modelo de cooperativa, baseado no parcelamento da terra, um princípio que confere maior responsabilidade individual ao membro, como estratégia para a consolidação do grupo.

De facto, esta nova fórmula adoptada, veio resolver alguns, mas não todos os problemas da cooperativa. Há acusações de desvios e de uso indevido do dinheiro e dos meios de produção da colectividade, em benefício da elite dirigente. Os problemas vividos na Cooperativa 25 de Setembro são o reflexo do clima de concorrência que caracteriza a nossa sociedade. A Cooperativa assume-se mais como empresa do que como associação. O sentimento de *unidade afectiva*<sup>148</sup> entre os membros está praticamente diluído.

Fazer parte da Cooperativa, não é mais do que uma estratégia individual ou de

---

<sup>147</sup>. De acordo com Dolny, em 1988, os camponeses estavam frustrados com a não materialização das promessas que lhes foram feitas, nomeadamente: tractores e outros. E tinham "regressado" às suas machambas individuais onde sentiam que os resultados eram melhores. Assim, as Cooperativas controlavam no país apenas 1% do total da área cultivada e 3% da produção global enquanto o sector familiar (machambas individuais) ocupava 94% do total da área cultivada e 80% da produção era por si controlada.

<sup>148</sup> de acordo com Ferrinho (1997):04.

grupo (adesão racional e lógica) visando sobretudo as seguintes vantagens:

- a) assegurar uma casa de alvenaria no bairro da Cooperativa;
- b) dispôr da possibilidade de produzir ao longo do ano (sistema de regadio);
- c) garantir a segurança na posse de uma parcela de terra com título, num contexto em que os camponeses de Boane estão bastante ameaçados, pela afluência do sector privado ao distrito;
- d) aproveitar os meios de trabalho para produzir a custos mais reduzidos do que seriam fazendo-o individualmente e usufruir das facilidades existentes em termos de impostos, etc.

Concluindo, o estudo de caso da *cooperativa 25 de Setembro* revela-nos estarmos perante uma instituição em que:

- a) Não há uma propriedade colectiva efectiva dos meios de produção;
- b) Não há assembleia geral regular;
- c) Esta não é o órgão mais poderoso da cooperativa, o detentor de soberania na cooperativa;
- d) Não há democracia plena;
- e) Não há divisão equitativa de lucros;

Estamos perante uma empresa privada, com a propriedade mal definida e que não é auto-sustentada. Espera-se sempre por recursos vindos de fora e doados. Uma unidade de produção em que a heterogeneidade na composição dos membros não permite a partilha de interesses nem um alto grau de actividade. A dicotomia *membro-fundador/membro posterior à fundação* desempenha um papel fundamental no acesso à liderança ou aos benefícios dela resultantes.

A cooperativa 25 de Setembro foi um bom estudo de caso porque revelou as características de parte do movimento cooperativo em termos de dirigismo, faseamento, participação dos membros, entre outras particularidades. As fases de desenvolvimento da cooperativa apresentam as mesmas características que as fases de desenvolvimento do próprio movimento cooperativo. Qual a razão para que haja esta correspondência? Isto acontece porque era o Estado que organizava e controlava as cooperativas. O funcionamento real da cooperativa 25 de Setembro esteve sempre distante das normas propostas pelo Estado. Podemos falar em duas cooperativas 25 de Setembro: a do papel e dos discursos e a real. A cooperativa real *25 de Setembro* nunca foi igual à cooperativa do papel proposta pelo estado e pelo partido. Mesmo depois da conversão em cooperativa de serviços a *Cooperativa 25 de Setembro* nunca mudou na realidade. Os problemas vividos pela machamba do povo sobretudo a falta de transparência na gestão dos fundos provenientes da contribuição dos membros e dos elevados custos dos serviços prevalecem e constituem o factor de desmotivação dos membros.

A Cooperativa chama-se cooperativa porque senão não recebe apoios. Na realidade é um conjunto de machambas individuais privadas.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. Fontes Primárias

#### 1.1. AHM, Ct... - Arquivo Histórico de Moçambique, Cota nº...

AHM, Ct. D 468m

FRELIMO. 1975. *Primeiro Seminário Nacional de Agricultura: Comunicado final e Recomendações*. Marrupa, 29.05 a 04.06, 1975.

FRELIMO. 1976. *8ª Sessão do Comité Central. Resoluções Sobre as aldeias Comunais*. Maputo, 27 de fevereiro.

NEGRÃO, José G. 1981. *A Questão Agrária em Moçambique: 1962-1981*. Maputo.

#### 1.2. CDA, Ct... - Centro de Documentação Agrária do Ministério da Agricultura e Pescas, Cota nº...

CDA, Ct: G/2 . .

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1977. *Lista das Cooperativas (e Unidades de produção colectiva) seleccionadas para receberem maior apoio do Ministério da Agricultura na campanha de 1977/8*. Maputo.

CDA, s/ ref<sup>a</sup>.

DOLNY, Helena & SENNA, Eunice. 1978. *Breve Análise Sobre a Produção Colectiva*, Maputo.

Ct. B 24

CNAC. 1978 b. *O processo de desenvolvimento das Aldeias Comunais. Análise da situação: propostas de actuação*. Maputo.

CDA, s/ref<sup>a</sup>.

LAZAREV, Grigori & OLLIVIER, Marc. 1978. *Observations et Suggestions sur le Role et les Fonctions des Aldeias Comunais dans le Developpement Economique et Social du Mozambique*: Document de travail Interne de la Comission des Aldeias Comunais, préparé avec le concours d'une Equipe de Consultants de la FAO. Maputo.

CDA, Ct. D 05

CNAC. 1980 b. *1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais: resoluções sobre questões político-organizativas*. Aldeia Comunal 3 de fevereiro.

CDA, Ct. D 07.

CNAC. 1980 c. *1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais Sobre questões*

*Sociais e Culturais. Aldeia Comunal 3 de fevereiro.*

CDA, Ct. D 09

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1980. *Síntese da Sessão de Trabalho da Reunião Sobre o Plano Prospectivo Indicativo - socialização do campo.* Maputo.

CDA, Ct. E 40

MINISTÉRIO da AGRICULTURA. 1981. *Estatuto-Tipo para as Cooperativas de Produção Agrária.* Maputo.

1.3. CEA, Cx..., Ct... - Centro de Estudos Africanos ( UEM), Caixa nº..., Cota nº...

CEA, Cx. 51, Ct. 51/F

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. CEA. 1979. "Como construir cooperativas?: um guia para a planificação e organização das cooperativas agrárias." Maputo.

CEA Cx. 1, Ct 1/N e 1/O

MINISTÉRIO da AGRICULTURA. 1980. *Segundo Conselho Consultivo Alargado do GODCA - documento Final.* Maputo.

CEA, Cx. 2, Ct. 2/H

PACHECO, António; PEREIRA, Guilherme. 1982. *A Questão Rural em Moçambique.* Porto

CEA, Cx. 27, Ct. 27/A

CROON, Ingerman. 1976. *Mozambique: preliminary study: food and agricultural sector.* Uppsala: Swedish University of agriculture, forest and veterinary medicine. International Rural development Division.

CEA, Cx 27, Ct. 27/K

S/ Ref<sup>o</sup> do Autor. *Breve Análise Sobre a Produção Colectiva e a actuação do serviço de cooperativas.* [s/ref<sup>o</sup>s] 22p. (Fotocópia)

CEA, Cxs. 27 e 36, Cts. 27/M e 36/J

LUDEMANN, Ruud. 1988. *Support to co-operatives, farmers or burocrats. Which way to rural development?* Maputo.

CEA, Cx. 27, Ct. 27/N

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1979. *Estudo preliminar para um programa nacional de desenvolvimento de cooperativas agrárias-piloto.* Maputo.

CEA Cx. 27, Ct. 27/O

CENTRE FOR DEVELOPMENT RESEARCH. 1978. *Rural Development in Mozambique.* Copenhagen.

- CEA Cx. 27, Ct. 27/U  
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1976 (16 de Outubro). *Primeiro seminário Nacional de Cooperativas* - documento final. Maputo.
- CEA Cx. 28, Ct. 28/D  
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. s/d. *Organização do Movimento Cooperativo Agrário*. s/ ref<sup>as</sup>.
- CEA, Cx. 29, Ct. 29/D  
 ASSEMBLEIA POPULAR. 1979 (4<sup>a</sup> Sessão). "*Resolução Sobre Agricultura e Aldeias Comuns*", 22 de Junho, Maputo.
- CEA, Cx. 29, Ct. 29/G  
 ASSEMBLEIA POPULAR. 1980 (5<sup>a</sup> Sessão). *Lei das Cooperativas*, documento 1. Maputo.
- CEA, Cx. 29, Ct. 29/H  
 MUNSLOW, Barry. *Peasants, politics and production (the case of Mozambique)*. Exeter, 1980. 18p. Political studies association of the United Kingdom, annual conference, University of Exeter, 31 March to 2 April 1980.
- CEA, Cx. 31, Ct. 31/I  
 GENNARO, Bruno Musti de. 1981. *The Co-operative Sector and IFAD's Project*. IFAD Identification Mission to Mozambique.
- CEA, Cx. 32, Ct. 32/E  
 ALBERTS, Tom. 1983. *Collectivized Agriculture: The Case of Mozambique*.
- CEA, Cx. 34, Ct. 34/A  
 HERMELE, Keneth. 1987. *O Ponto de partida: Diferenciação Rural e Estratégia de Desenvolvimento. Apontamentos sobre Moçambique, 1974/1977*.
- CEA Cx. 35, Ct. 35/G  
 GODCA (Gabinete de Organização e Direcção das Cooperativas Agrícolas). 1979. *Projecto de Estatuto para as Cooperativas de Produção Agrária*.
- CEA Cx. 35, Ct. 35/H  
 BPD. 1984. *Análise da actividade do Sector Cooperativo e familiar de produção*.
- CEA, Cx. 36, Ct. 36/J  
 ADAM, Yussuf; Cruz e Silva, Teresa. 1988. "*Mercados e Preços nas Zonas Rurais de Moçambique*".
- CEA, Cx. 54, Ct. 54/E  
 WUYTS, Marc E. 1978. *Peasants and Rural Economy in Mozambique*. Maputo.

CEA, Cx. 54, Ct. 54/D

MACKINTOSH, Maureen; WUYTS, Marc. 1987. *Accumulation, social services and socialist transition in the third world: reflection on decentralized planning based on Mozambican experience*. DPP.

CEA, Cx. 81, Ct. 81/A

ROESCH, Otto. 1982. *Peasants war and "tradition" in central Mozambique*. Ontário.

CEA, Cx. 127, Ct. 127/B

CONSELHO DE MINISTROS. 1996. *Política Agrária e Estratégia de Implementação*. Maputo.

**1.4. DINAGECA, Prc..., - Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, Processo nº...**

DINAGECA, Prc. 1568

COLONIA DE MOÇAMBIQUE. 1914. *Repartição Técnica de Agrimensura. Tombo Geral da Propriedade*. Lourenço Marques.

DINAGECA, Prc. 51 430

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. 1973. *Direcção Provincia dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Tombo Geral da Propriedade*. Lourenço Marques.

**1.5. HELVETAS-Boane..., (Arquivo da delegação da HELVETAS em Boane)**

a) Documentos relativos à legalização da cooperativa

HELVETAS. s/d. Correspondência entre a DPA e a HELVETAS.

HELVETAS. 1988. Lista nominal dos cooperativistas e candidatos a membros da cooperativa.

HELVETAS. s/d. Legalização de terras e lista dos camponeses que estão na área e lugar que ocupam.

b) Actas de Reuniões

HELVETAS. 1992a. Acta da reunião realizada no dia 10 de Março de 1992 entre a Helvetas, extensão rural, cooperativistas e o administrador do distrito de Boane.

HELVETAS. 1992b. Acta da reunião realizada no dia 4 de Abril de 1992.

c) Empreendimentos/actividades na cooperativa

HELVETAS. 1992. Regulamento da utilização do regadio.

HELVETAS. 1993 a. Plano do bairro da cooperativa.

HELVETAS. 1993 b. Discurso da inauguração do bairro.

**1.6. YBIB, Cx..., Ct... - Yussuf Adam's Bibliography (Colecção pessoal do Dr. Yussuf Adam), Caixa nº..., Cota nº...**

YBIB Caixa 020/005

UGACCAB. 1989. *Relatório do 1º Ano - 1989*. Boane.

YBIB, Cx. 020, Ct. 008

SANTOS, Judite. 1991. *Relatório* (Reunião entre o administrador de Boane e os cooperativistas e associados da Aldeia 25 de Setembro-Março, 1991). Maputo.

YBIB, Cx. 020, Ct. 13

UGACCAB. 1991. *Levantamento das Necessidades de formação*. Maputo

YBIB, Cx. 020, Ct. 20

HELVETAS. 1988. *Dossier Associações Agrícolas*. Reunião de 12.10.88. Maputo. HELVETAS

YBIB, Cx. 062, Ct. 017

ADAM, Y. 1989. "*Ajudar a quem se ajuda a si próprio*": *Iniciativas locais de desenvolvimento em Moçambique. Avaliação de projectos financiados pela HELVETAS em Boane e Tete*. Maputo.

YBIB, Cx. 121, Ct. 020

GSELL, Rudolf, CARRILHO, João e LOFORTE, Ana. 1993. *Relatório da Avaliação Externa do Programa de Boane, 1991-1993*. Maputo. HELVETAS. 4

YBIB, Cx. 137, Ct. 009

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1982 (Abril). *Contribuição para o programa da cooperativização do campo*.

YBIB, Cx. 152, Ct. 015

CONSELHO DE MINISTROS. 1982 (27.04). *Síntese da Reunião sobre Cooperativização da 5ª Sessão alargada do Conselho de Ministros*. Maputo.

#### 1.7. UNAC, Pt... - União Nacional de Camponeses, Pasta nº...

UNAC, Pt. 002/ 002A / 002B

UNAC. s/d. *Movimento cooperativo nacional*. (quadros e mapas)

UNAC, s/refª.

FERRINHO, Homero. 1997. *Associativismo e Cooperativismo*. Conferência Nacional das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Moçambique, 1997, Maputo. 23p.

#### 1.8. Entrevistas:

Nome : Chirindza, Alberto.

Local : Boane

Datas : 20.12.96 / 19.02.97 / 26.02.97



Nome : *Cossa, Albertino.*

Local : Boane

Data : 26.02.97

Nome : *Fulani, Alberto.*

Local : Boane

Data : 10.01.97

Nome : *João, Renaldo Chingore.*

Local : Maputo

Data : 04.10.97

Nome : *Machava, Alice.*

Local : Boane

Data : 20.01.97

Nome : *Machava, Virginia.*

Local : Boane

Data : 20.01.97

Nome : *Mahumane, Helena.*

Local : Boane

Data : 20.12.96

Nome : *Manhiça, José.*

Local : Maputo

Data : 11.07.97

Nome : *Manhique, Abrahamo.*

Local : Boane

Data : 10.01.97

Nome : *Massinga, Elias Chindzawana.*

Local : Boane

Datas : 10.01.97 / 24.01.97

Nome : *Mboane, Flora.*

Local : Boane

Data : 25.02.97

Nome : *Muianga, José Carlos.*

Local : Boane

Data : 23.12.96

Nome : *Mussane, Penina.*

Local : Boane

Data : 19.02.97

Nome : *Nassone, Lino Pita.*

Local : Boane

Data : 03.04.97

Nome : *Saué, Joaquim Felizardo.*

Local : Boane

Data : 20.01.97

Nome : *Thumbo, Luís Johane.*

Local : Boane

Data : 23.12.96

## 2. Teses e dissertações

ADAM, Yussuf. 1986. *Cooperativização Agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique.* Maputo, 1986. Tese, Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane.

ADAM, Y. 1996. *Trick or Treat: The Relationship Between Destabilisation, Aid and Government Development Policies in Mozambique (1975-1990).* 1996. Tese, Ph.D., International Development Studies Roskilde University.

ALMEIDA Serra, A.M. 1991. *Política Agrária e Desenvolvimento Económico e social na República Popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição para o Estudo da Economia Política da República Popular de Moçambique.* Lisboa, 1991. 1º vol. Tese, Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

BORGES COELHO, J.P. 1993. *Protected and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, development and war.* 1993. Tese, Ph.D University of Bradford: Department of Social and Economic Studies.

BOWEN, Merle Luanne. 1986. *Let's build agricultural producer cooperatives: Socialist agricultural development strategy in Mozambique, 1975-1993.* 1986. Tese, Ph.D, University of Toronto.

ROESCH, Otto. 1986. *Socialism and Rural Development in Mozambique. The case of Aldeia Comunal 24 de Julho.* [Toronto]. 1986. Tese, Ph.D, University of Toronto.

SATO, Makoto. 1987. *The Development of Cooperatives in Post-independence Zimbabwe: With additional reference to the experiences in Swaziland and Mozambique.* 1987. Tese, Ph.D, The University of Leeds, Department of Politics.

### 3. Obras publicadas

- ADAM, Y. 1991. "Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique". *Arquivo*, n° 10 (1991), pp. 185-207.
- ADAM, Y., 1993. "Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e desenvolvimento". *Arquivo*, n° 14 (1993), pp.
- ALMEYRA, Guillermo. 1978. "Cooperatives in Mozambique: an instrument for renewal". *CERES*, 11, 65 (1978), pp.37-42.
- ARN, Ann-Lisbet. 1990. *The good cooperation conditions and Performance of Cooperative Societies in Noakhali, Bangladesh*. Copenhagen. Centre for Development Research.
- ARAÚJO, Manuel. 1983. "As Aldeias Comunais e o seu Papel na Distribuição Territorial da População Rural na RPM". *Finisterra*, 28, 36 (1983), p. 365-377.
- BOWEN, Merle L. 1990. "Agricultura Camponesa em Moçambique: O caso do Chókwe, na província de Gaza". *Arquivo*, n° 7 (1990), pp. 5-44.
- CASAL, Adolfo Y. 1988. "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias em Moçambique". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n° 8/9 (1988), pp. 157-191.
- CASAL, Adolfo Y. 1991. "Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984)". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n° 14/15 (1991), pp. 35-76.
- DH/UEM. 1993. [Departamento de História/Universidade Eduardo Mondlane]; *História de Moçambique Vol.3*. Maputo. pp.295.
- DOLNY, H. 1985. "The Challenge of Agriculture". in: John Saul (ed.), *A difficult Road: The transition to Socialism in Mozambique*. New York, Monthly Review Press.
- FRIEDMAN, John. 1980. "The Territorial Approach to Rural Development in the People's Republic of Mozambique: six discussion papers". *International Journal of Urban and regional Research*, vol. 4, n° 1, pp. 97-115.
- HARRIS, Laurence. 1980. "Agricultural Co-operatives and Development Policy in Mozambique". *Journal of Peasant Studies*, vol. 7, n°3, pp.
- JUNOD, Henri A. 1974. *Usos e Custumes dos Bantos: a vida duma tribo do sul de África*. Lourenço Marques. Imprensa nacional de Moçambique. pp. 532.
- KONING, J. de. 1993. *Checklist of vernacular plant names in Mozambique*. Wageningen. Agricultural University. pp. 326.

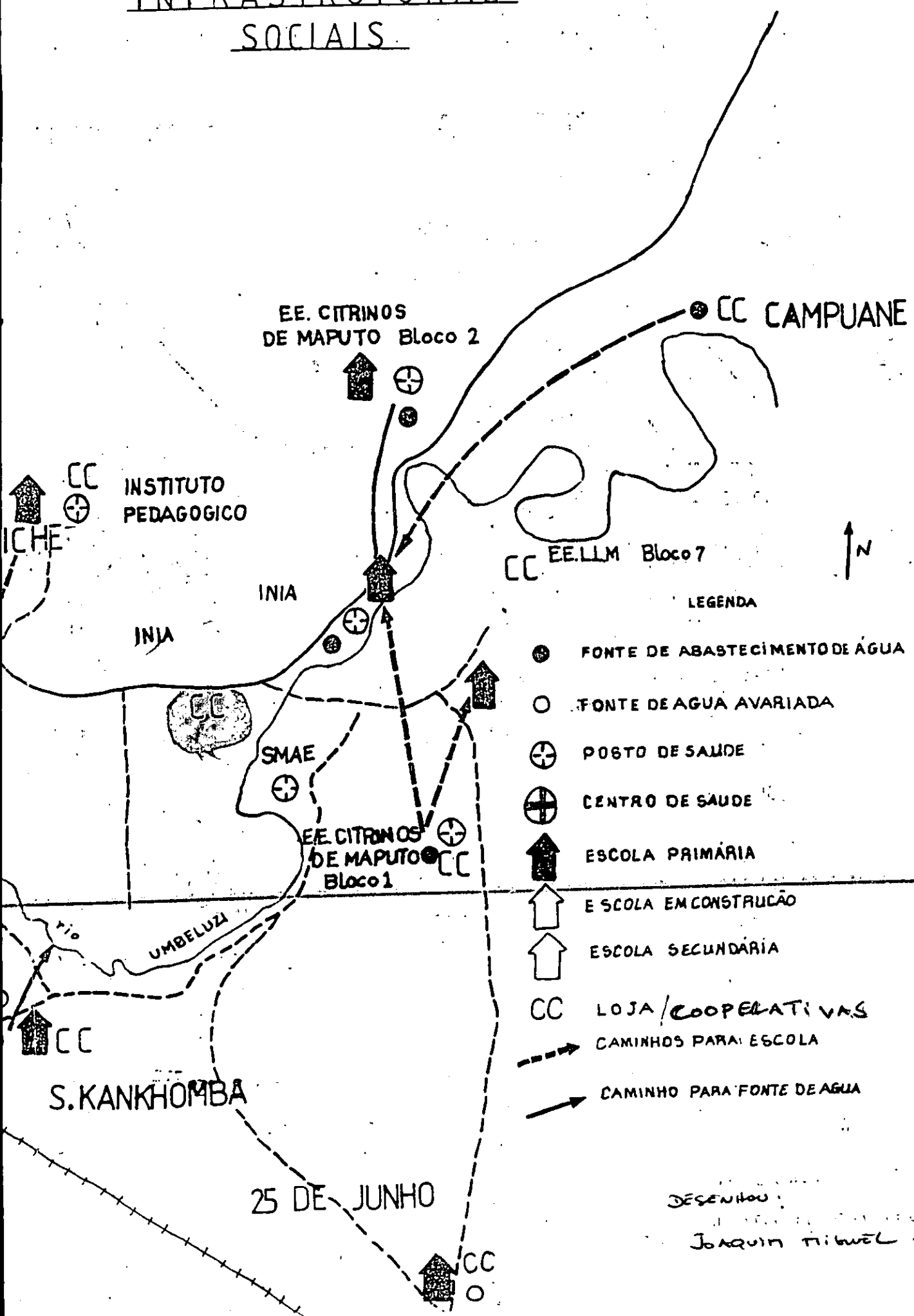
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. 1995. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo. Atlas. 214 pp.
- MARSHALL, Judith and ROESCH, Otto. 1993. "The 'Green Zones' Agricultural Cooperatives of Nampula City: A New Phase in the Mozambican Cooperative Movement?" *Journal of Southern African Studies*, vol. 19, nº2, pp.241-272.
- MEGALE, Januário F. 1989. *Introdução às Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Atlas. pp.214.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 1981. "A Questão Agrária em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, nº 3, pp. 9-32. Maputo.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 1992. "A Base Social da guerra em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, nº 10, pp. 107-142.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 1995. "Land reform in Mozambique". *Review of African Political Economy*, nº 63, pp. 99-106.
- RAIKES, P. 1984. "Food Policy and production in Mozambique since Independence". *ROAPE*, 29. (Fotocópia).
- ROESCH, Otto. 1984). "Peasants and Collective Agriculture in Mozambique". In: Barker, J. (ed.). *The Politics of Agriculture in Tropical Africa*. Vol.9. (Loc.de ed.), 1984. (Fotocópia)
- RUTH, Cecília. 1997. Moçambique: organização de produtores. *Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa*, nº16 (Mar. 1997), p.10.
- SALDANHA, Eduardo d'Almeida. 1928. *Questões Nacionais; O Sul do Save: João Belo e o sul do Save: apreciações diversas sobre o acordo com a União Sul africana*. Governo da Colónia de Moçambique: questões do dia. pro domo mea: açucareira do Umbelúzi. Lisboa, Tipografia Formosa, 1928. pp.358.
- SANDOVAL, Rigoberto. 1974. "A New hope, a new country: Mozambique". *Land Reform: land settlement and cooperatives (FAO)*, nº 1/2 (1974), pp.43-52.
- TARP, Finn. 1990. "Prices in Mozambican Agriculture". *Journal of International Development*, 2 (2), pp. 172-208. (Fotocópia)
- YIN, Robert K. 1993. *Applications of Case study research*. Califórnia. SAGE publications. pp. 131.
- VANSINA, Jan. 1985. *Oral Tradition as History*. Nairobi. Heinemann. pp.257.

## SECÇÃO DE ANEXOS

**ANEXO - A**

**MAPAS**

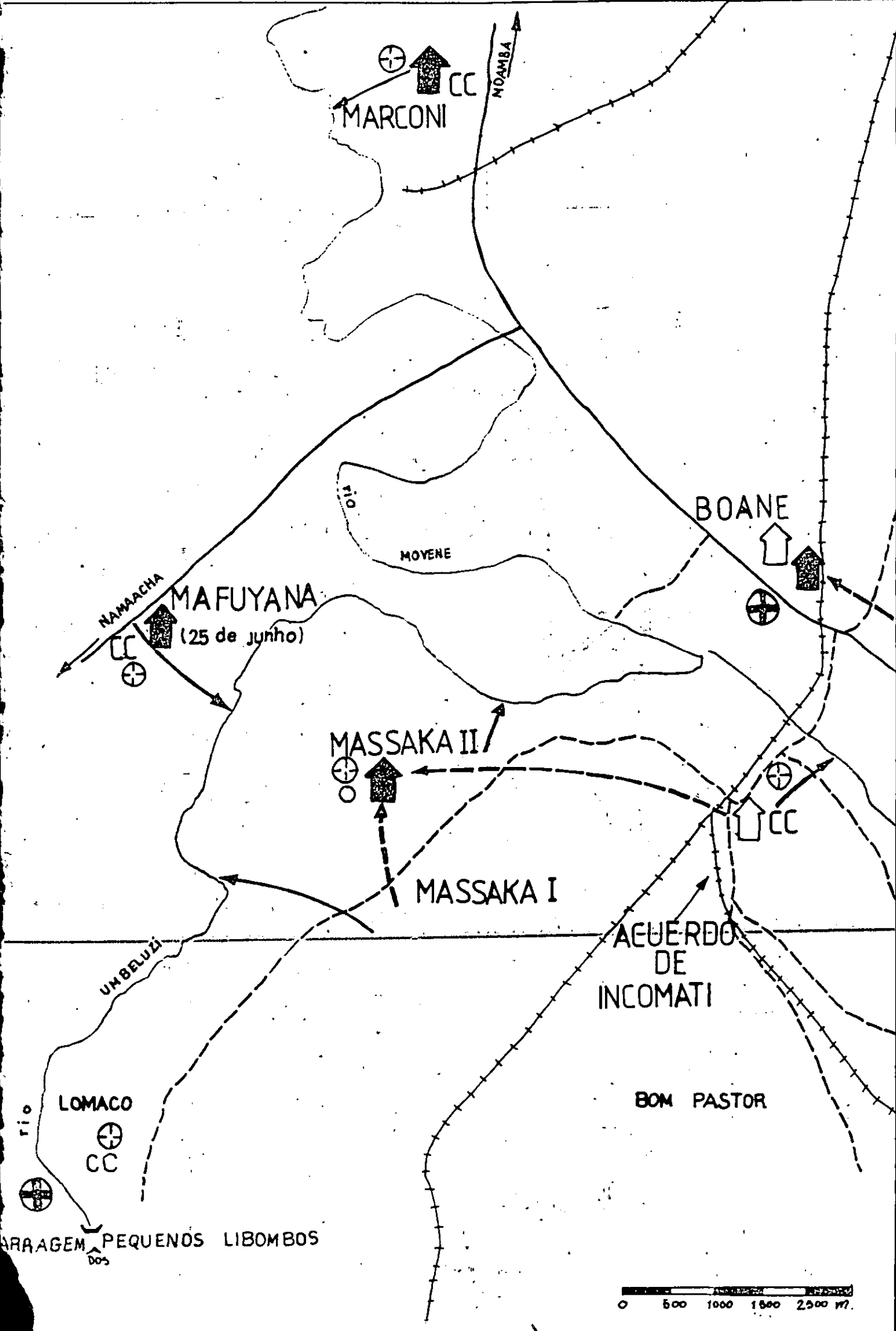
# INFRAESTRUTURAS SOCIAIS



## LEGENDA

- FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- FONTE DE ÁGUA AVARIADA
- ⊕ POSTO DE SAÚDE
- ⊕⊖ CENTRO DE SAÚDE
- 🏠 ESCOLA PRIMÁRIA
- 🏠 ESCOLA EM CONSTRUÇÃO
- 🏠 ESCOLA SECUNDÁRIA
- CC LOJA / COOPERATIVAS
- CAMINHOS PARA ESCOLA
- CAMINHO PARA FONTE DE ÁGUA

DESENHO:  
JOAQUIM TIBWEL



MARCONI

NOMBA

BOANE

NAMACHA

MAFUYANA  
(25 de junho)

MOYENE

MASSAKA II

MASSAKA I

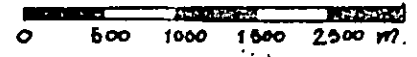
ACUERDO DE  
INCOMATI

BOM PASTOR

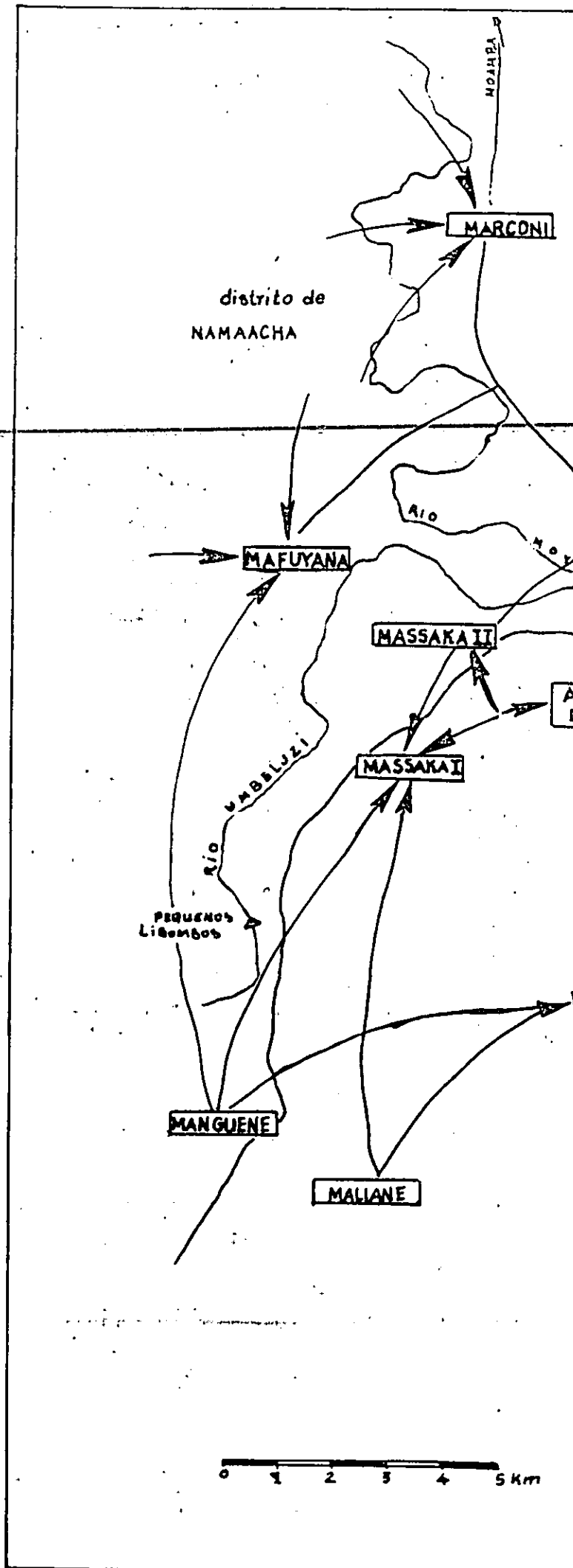
UMBEUZI

LOMACO

ARRAGEM DOS PEQUENOS LIBOMBOS







**ANEXO - B**

**QUADROS**

PROVÍNCIAS E DISTRITOS	UNIÕES ZONAIS OU DISTRITAIS	COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES	MEMBROS	ÁREA (ha)
<b>MAPUTO-CIDADE</b>					
Cidade de Maputo	12	185		5.420	3.134
<b>Sub-Total</b>	<b>12</b>	<b>185</b>		<b>5.420</b>	<b>3.134</b>
<b>MAPUTO-PROVÍNCIA</b>					
Marracuene	2	7	9	3.769	1.898
Manhica	5				1.245
Boane	1	10	13	6.000	6.000
Matutuine			2		
Magde			1		
Namaacha			1		
Munguine	1	2	9	788	510
<b>Sub-Total</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>78</b>	<b>16.057</b>	<b>9.653</b>
<b>PROVÍNCIA DE GAZA</b>					
Chókwè	1	3	6	600	766
Guijá			4	80	80
Macia	1	5		90	196
<b>Sub-Total</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>770</b>	<b>1.042</b>
<b>PROVÍNCIA DE INHAMBANE</b>					
Funhalouro			1	270	
Inhambane			11	288	696
Homoine				414	180
Massinga	1			70	

PROVÍNCIAS E DISTRITOS	UNIÕES ZONAIS OU DISTRITAIS	COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES	MEMBROS	ÁREA (ha)
Maxixe				45	
Sub-Total	1		12	1.087	876
<b>PROVÍNCIA DE MANICA</b>					
Manica	1	12		159	225
Chimoio	1	5	3	111	151
Gondola	1	12	1	185	202,50
Sussundenga	1	6	4	124	133
Sub-Total	4	35	8	579	741,50
<b>PROVÍNCIA DE SOFALA</b>					
Dondo	1	2	11	320	1.213
Nhamatanda	1	1	13	249	1.474
Búzi	1	5	8	381	1.094
Gorongosa	1		11	174	386,50
Caia	1		5	163	5.916,50
Chemba			2	66	560
Macurungo (Beira)			1	34	124
Chibabava			1	35	244
Sub-Total	5	8	52	1.422	11.012
<b>PROVÍNCIA DE TETE</b>					
Vale de Nhartanda	1	14	1	304	98
Changara	1	4	1	21	700
Boroma	1	7	1	531	44

PROVÍNCIAS E DISTRITOS	UNIÕES ZONAIS OU DISTRITAIS	COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES	MEMBROS	ÁREA (ha)
Moatize			2	84	20
Sub-Total	3	25	5	922	862
<b>PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA</b>					
Namacurra			3	700	120
Morrumbala			3	235	700
Mopeia			2		
Nicoadala			1		
Sub-Total	0	0	9	935	820
<b>PROVÍNCIA DE NAMPULA</b>					
Nampula	2	63		2.033	5.770
Sub-Total	2	63	0	2.033	5.770
<b>PROVÍNCIA DE C. DELGADO</b>					
Pemba-Metuge	1	1	8	90	
Montepuez		1			
Mecúfi		1			
Sub-Total	1	3	8	90	0
<b>PROVÍNCIA DE NIASSA</b>					
Lichinga	1	2	7	137	225
Chimbonila			2		
Sub-Total	1	7	9	137	225
<b>TOTAL GERAL</b>	40	361	191	29.452	34.135,5

TABELA Nº 03:<sup>149</sup> Cooperativas e Associações Filiadas na UGACCAB

COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES
Josina Machel	Campoane
Campoane	Juba
25 de Junho	Paulo Samuel Kankomba
25 de Setembro	Rádio Marconi(19 de Outubro)
0	Rádio Marconi(3 de fevereiro)
0	25 de Junho
0	Massaca I
0	Massaca II
0	Umpala
0	Eduardo Mondlane
0	Marien N'Guabi

TABELA Nº 04: Dinâmica na Composição dos Membros

ANOS	NÚMERO DE MEMBROS
1977/78	54
1981	15
1982/3	26
1983	c.80
1984	46
1987	28
1988	57
1992	40
1996	40

Fonte: Arquivos do GODCA, da HELVETAS e da Cooperativa. Dados compilados pelo autor.

<sup>149</sup> Fonte: HELVETAS/União Geral das Assoc. e Coops. Agropecuárias de Boane: Levantamento das Necessidades de Formação. 03.06.91. Localização: YBIB C 020/13

Muito embora não forneça dados numéricos, este documento confirma as declarações do presidente da União, segundo os quais, "o número dos associados tende a diminuir em função de dois factores:

a) Falta de terras.

b) Maus resultados obtidos pela maior parte das associações e cooperativas."

**TABELA Nº 01: Cooperativas e Associações Filiadas na UGACCAB em 1988**

COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES
25 de Setembro	Campoane
Josina Machel	Umpala
Campoane	19 de Outubro
0	25 de Junho
0	Marien N'Guaby
0	Eduardo Mondlane

Fonte: União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas agro-pecuárias de Boane: Relatório do 1º Ano. 1989, p.02.

**TABELA Nº 02: Cooperativas, Associações e Número de Membros filiados na UGCCAB em 1989**

NOME DA COOP./ASSOCIAÇÃO	Nº de MEMBROS	Nº de HECTARES
19 de Outubro (R.Marcóni)	105	81.4
Coop. de Campoane	40	?
Nelson Mandela	262	161.9
Massaca I	112	123.2
Massaca II	183	133
Manguiza	71	81.4
Coop. 25 de Setembro	40	40
Djuba	132	82.6
Coop. Josina Machel	16	11.2
3 de fevereiro	52	65.72
25 de Junho	57	26
25 de Setembro	110	380
Mbuzine	200	180
TOTAIS	1380	1366.42

FONTE: União Geral das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Boane. Registo feito em 1989. Dados fornecidos, em entrevista, pelo Presidente da União, Lino Pita Nassone: Boane, 03.04.97

TABELA Nº 5.1: Níveis de Escolaridade em 1989

ESCOLARIDADE	Nº DE COOPERATIVISTAS
6ª Classe	0
5ª Classe	0
4ª Classe	01
3ª Classe	01
2ª Classe	01
1ª Classe	0

Fonte: HELVETAS. Dossier associações agrícolas: reunião de 12.10.88

TABELA Nº5.2: Níveis de Escolaridade em 1997

ESCOLARIDADE	Nº DE COOPERATIVISTAS
6ª Classe	01
5ª Classe	02
4ª Classe	05
3ª Classe	03
2ª Classe	04
1ª Classe	0

Fonte: Dados recolhidos em entrevistas e compilados pelo autor.



**TABELA Nº06: Percentagens da participação de mulheres e homens em actividades específicas no domínio agrícola**

Actividade	Mulheres	Homens
Preparação da terra	53%	47%
Colheita	53%	47%
Processº. da prod.	57%	43%

Fonte: Jornal Cooperativo de língua portuguesa, Março, 1997, nº16. p.10

**TABELA Nº07: Calendário Agrícola e Principais Culturas**

CULTURAS	SEMENT/PLANTAÇÃO	COLHEITA
Milho	Setembro/Outubro	Fevereiro
Feijão Nhamba	Setembro/Outubro	Março
Mandioca	Setembro/Outubro	Maió-Set/Outubro
Batata doce	Abril/Maio	Setembro/Outubro
Tomate Cebola,etc	Janeiro	Novembro/Dez

Fonte: Entrevistas. Dados compilados pelo autor.

**ANEXO - C**

**GRÁFICOS**

Chart1

**EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1991-1996**

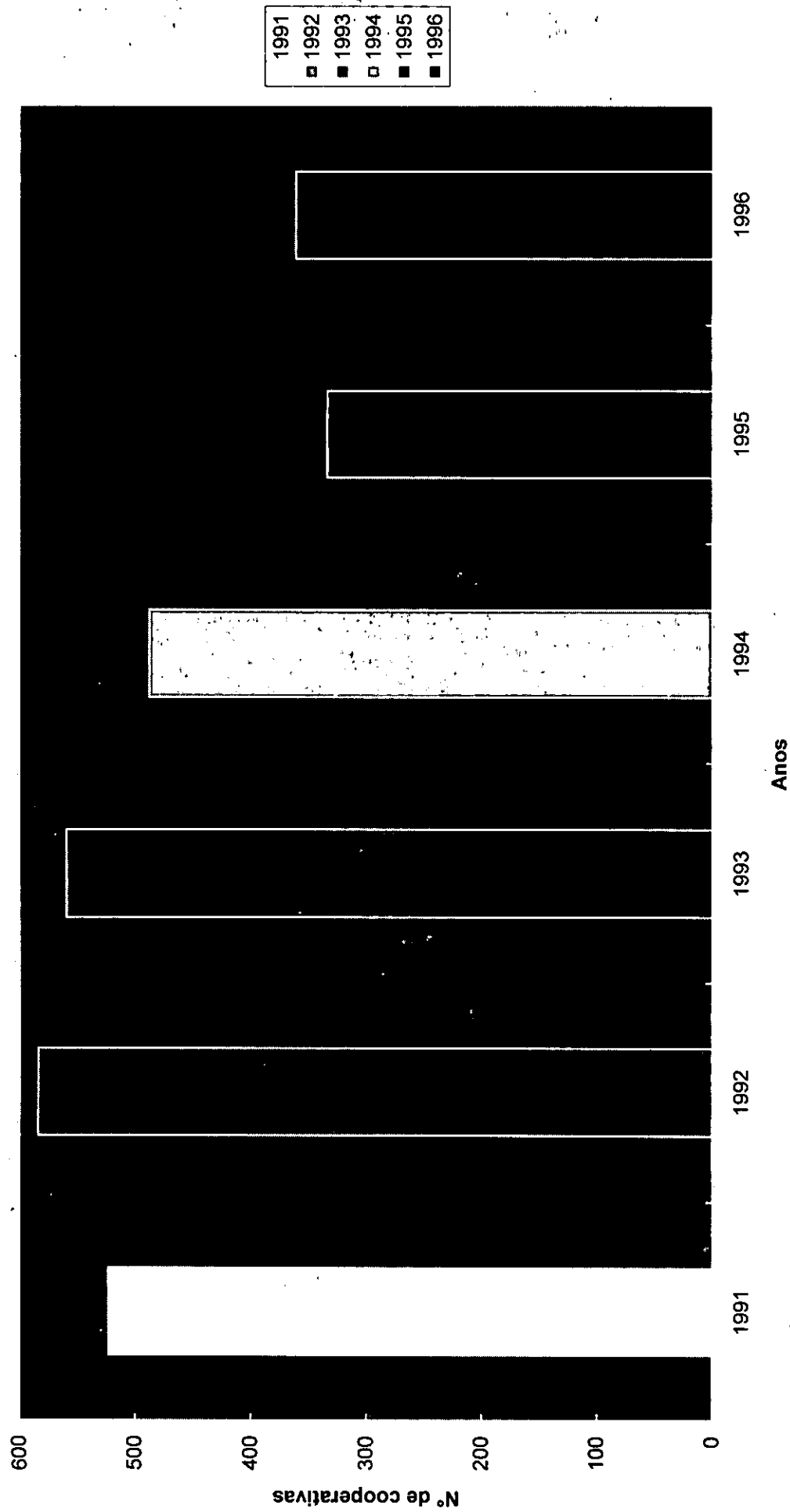


Gráfico Número 01  
Fonte: UNAC - Movimento Cooperativo Nacional  
Pastas: 002/002A/002B  
Dados compilados pelo autor

Chart3

# EVOLUCAO DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS EM MOCAMBIQUE ENTRE 1991-1996

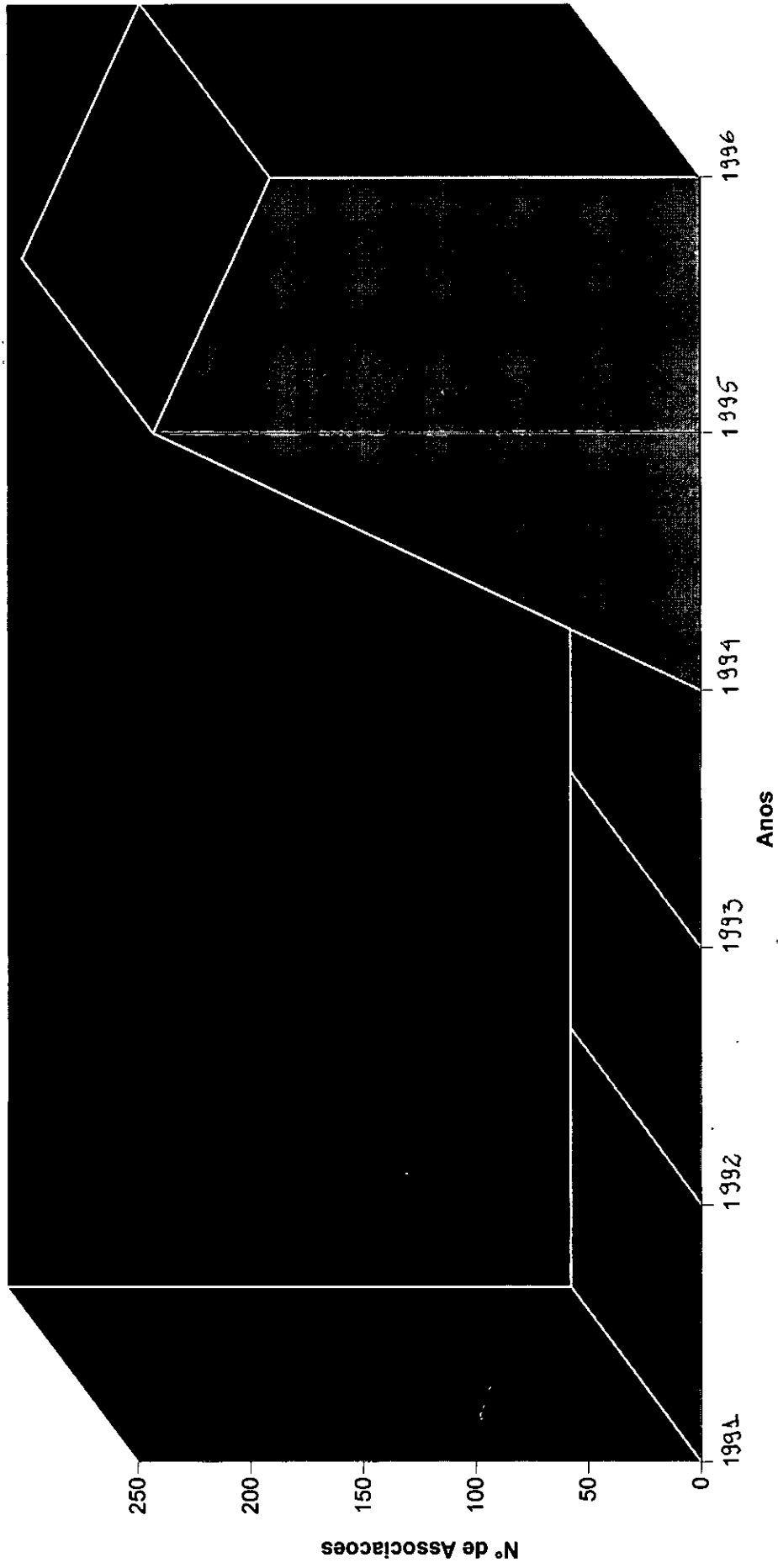


Gráfico Número 02  
Fonte: UNAC - Movimento Cooperativo Nacional  
Pastas: 002/002A/002B  
Dados compilados pelo autor



### EVOLUCAO DO N° DE MEMBROS NAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS EM MOCAMBIQUE ENTRE 1991-1996

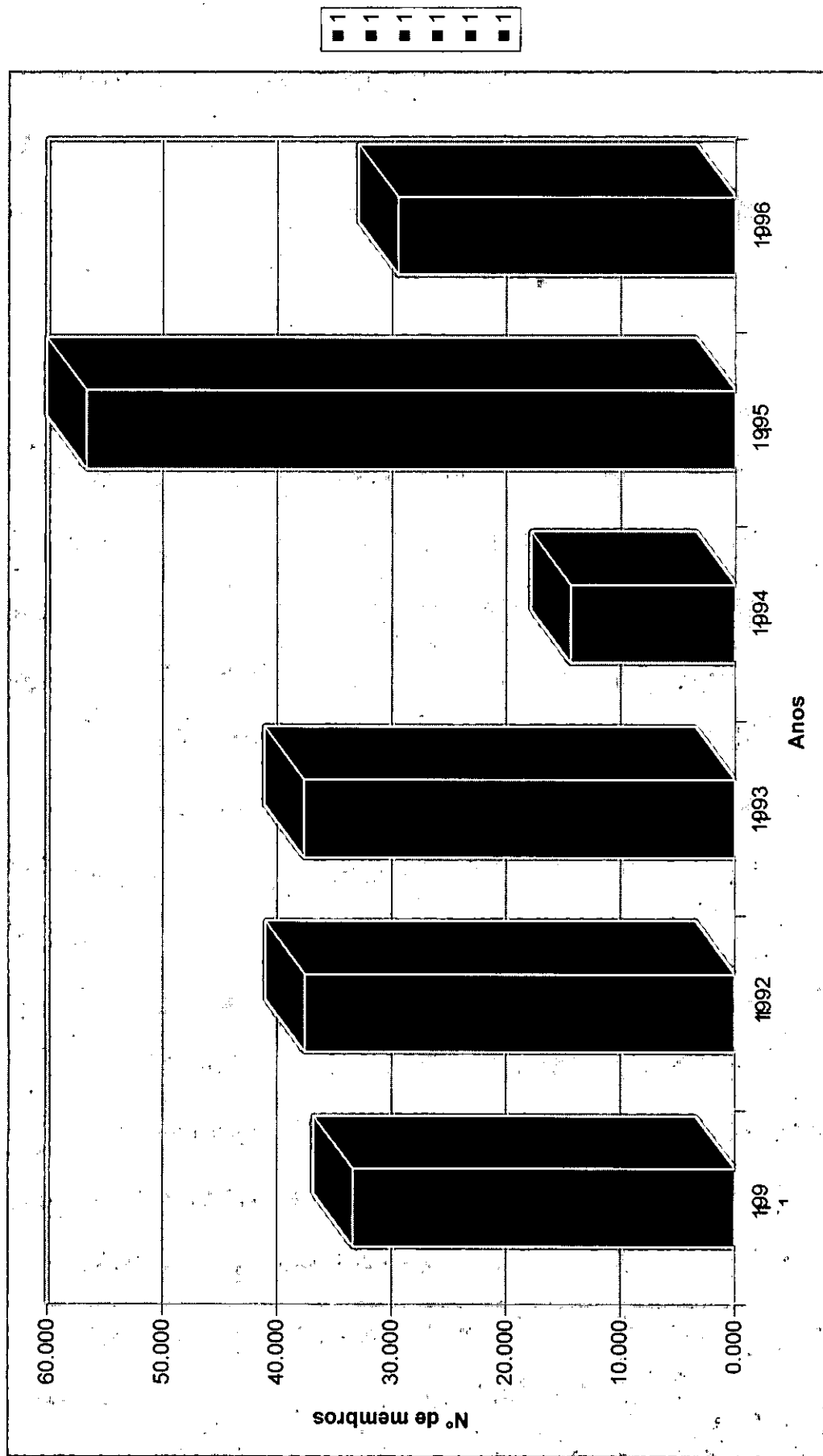


Gráfico Número 03  
Fonte: UNAC - Movimento Cooperativo Nacional  
Pastas: 002/ 002A/002B  
Dados compilados pelo autor

Chart5

AREA OCUPADA PELAS COOPERATIVAS E ASSOCIACOES DE CAMPONESES ENTRE 1991-1996

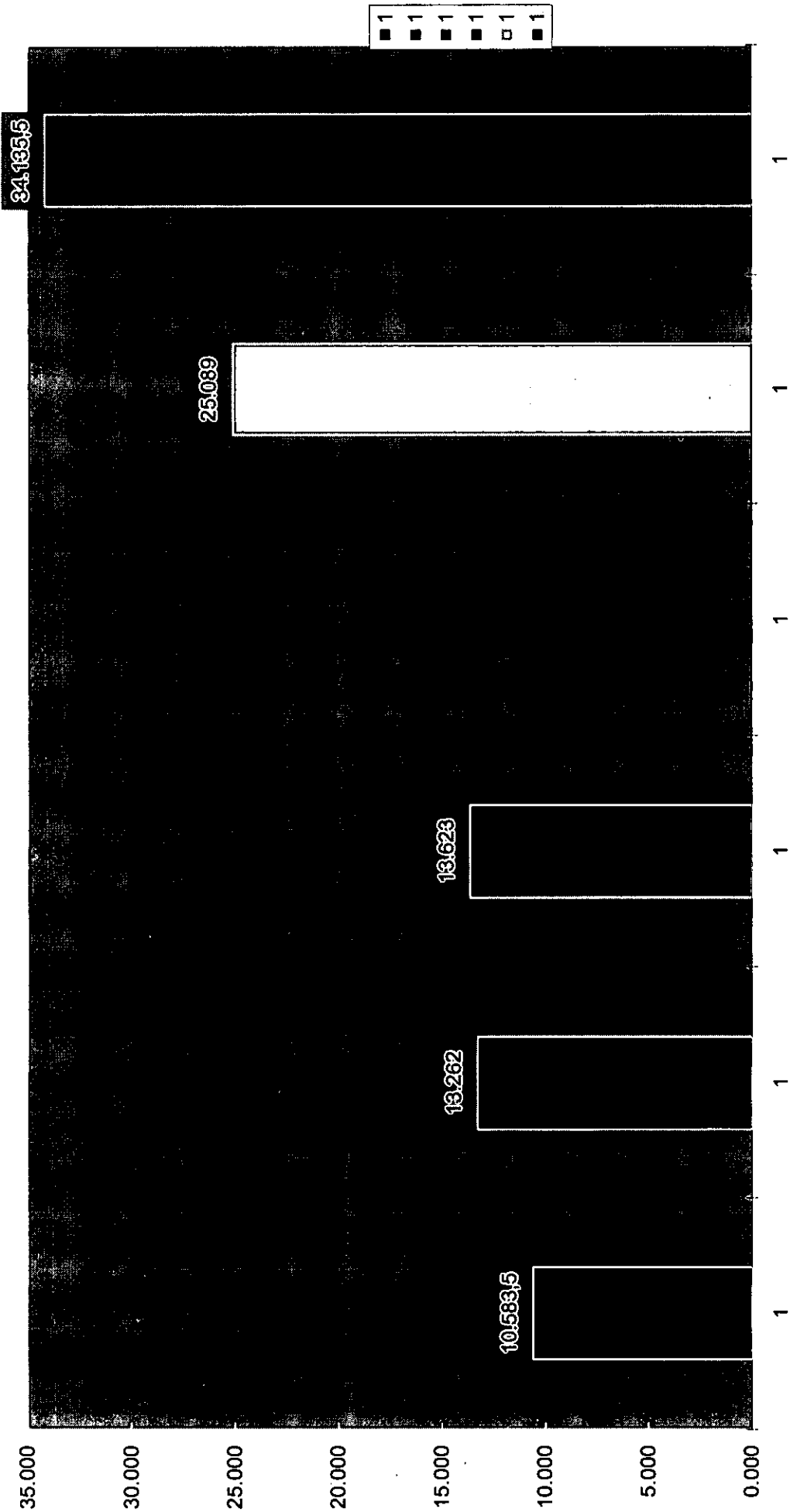


Gráfico Número 04  
Fonte: UNAC - Movimento Cooperativo Nacional  
Pastas: 002/002A/002B  
Dados compilados pelo autor

Chart1

# COMPOSIÇÃO POR GÊNERO DOS MEMBROS DA COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO EM BOANE

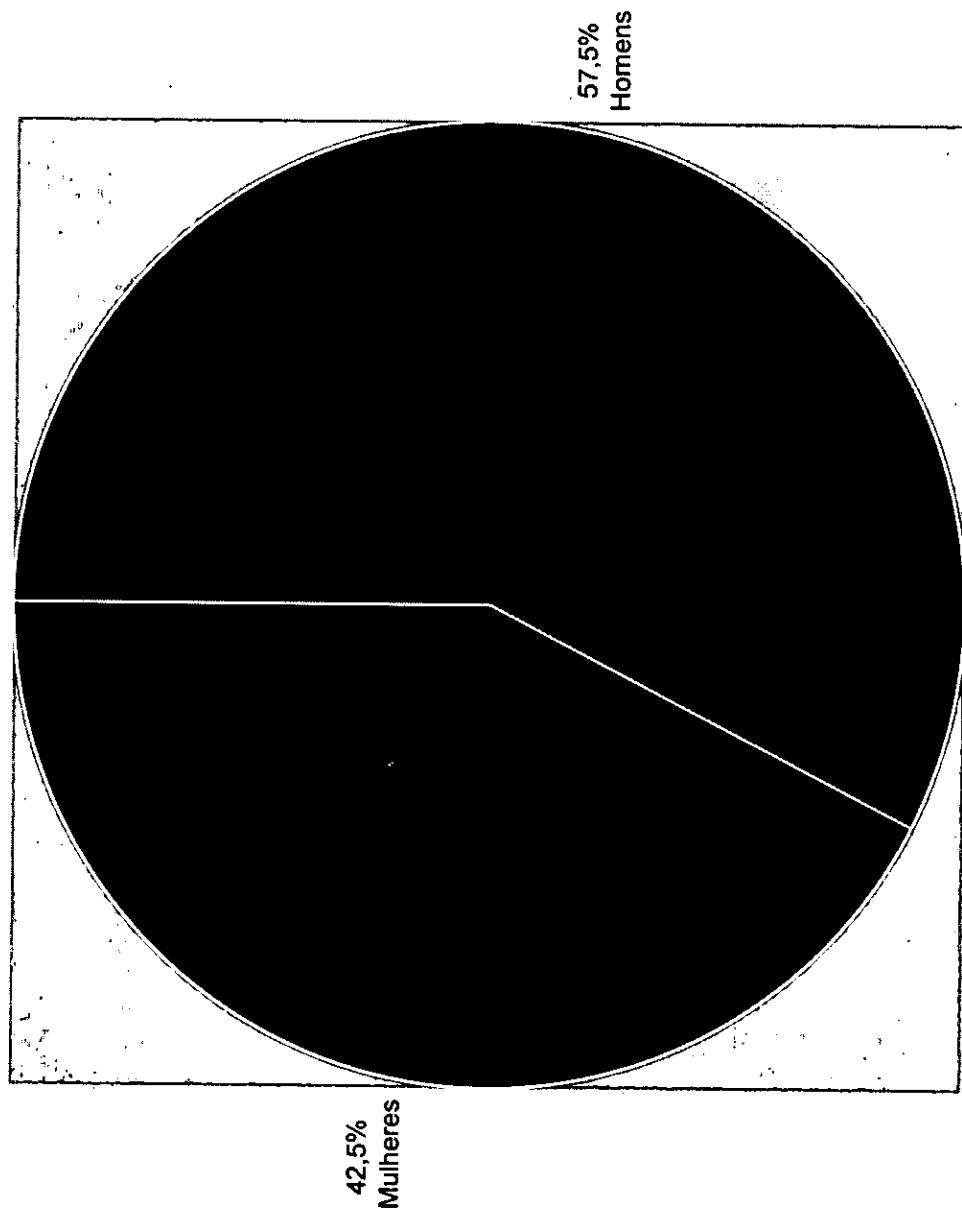


Gráfico Número 05

**ANEXO - D**

**FOTOGRAFIAS**

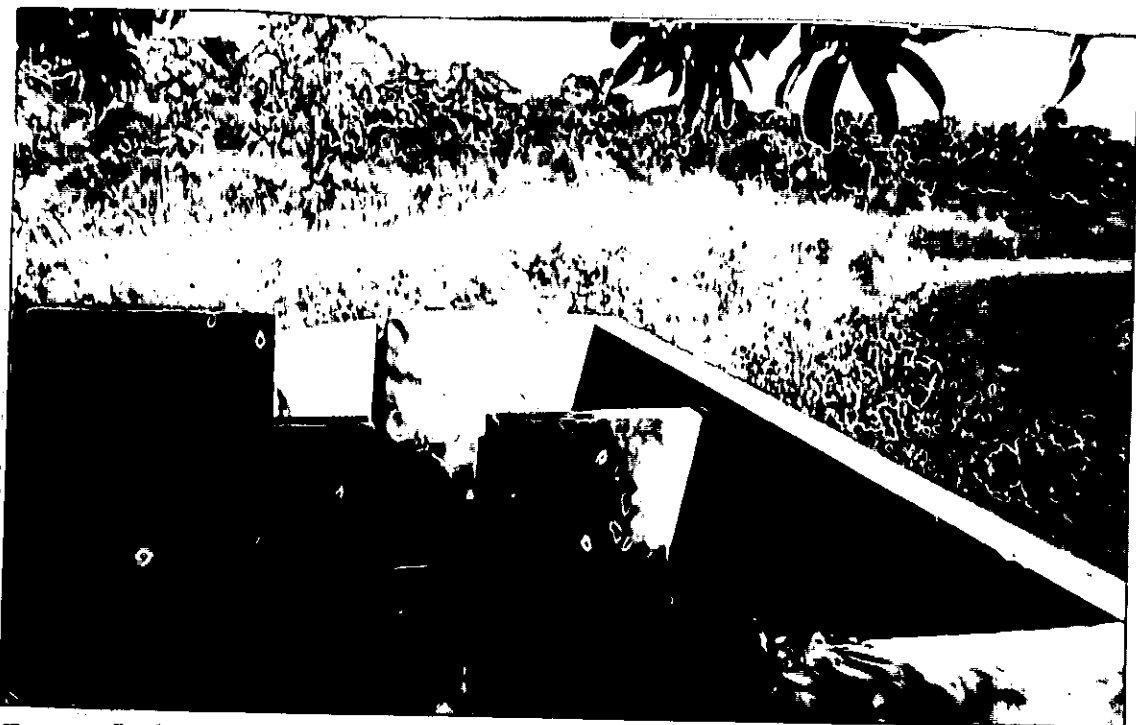




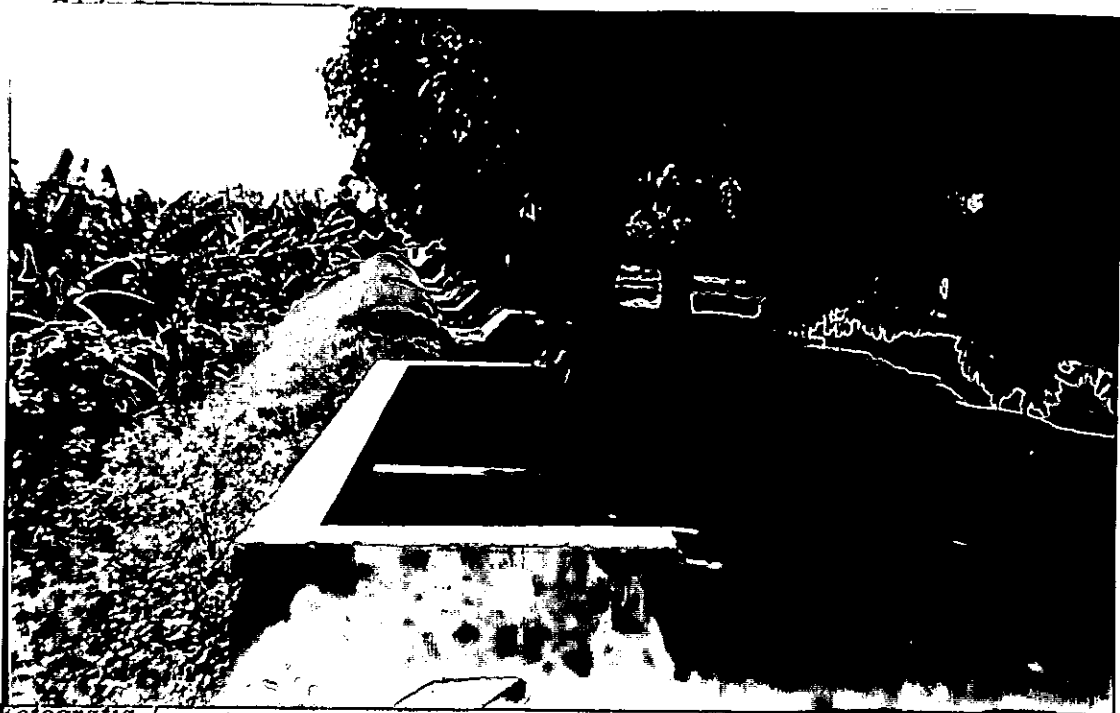
**SPECIAL**

**Une interview  
du président Sámbora Machel**

**MOZAMBIQUE**  
est le peuple  
qui doit s'emparer  
de tout



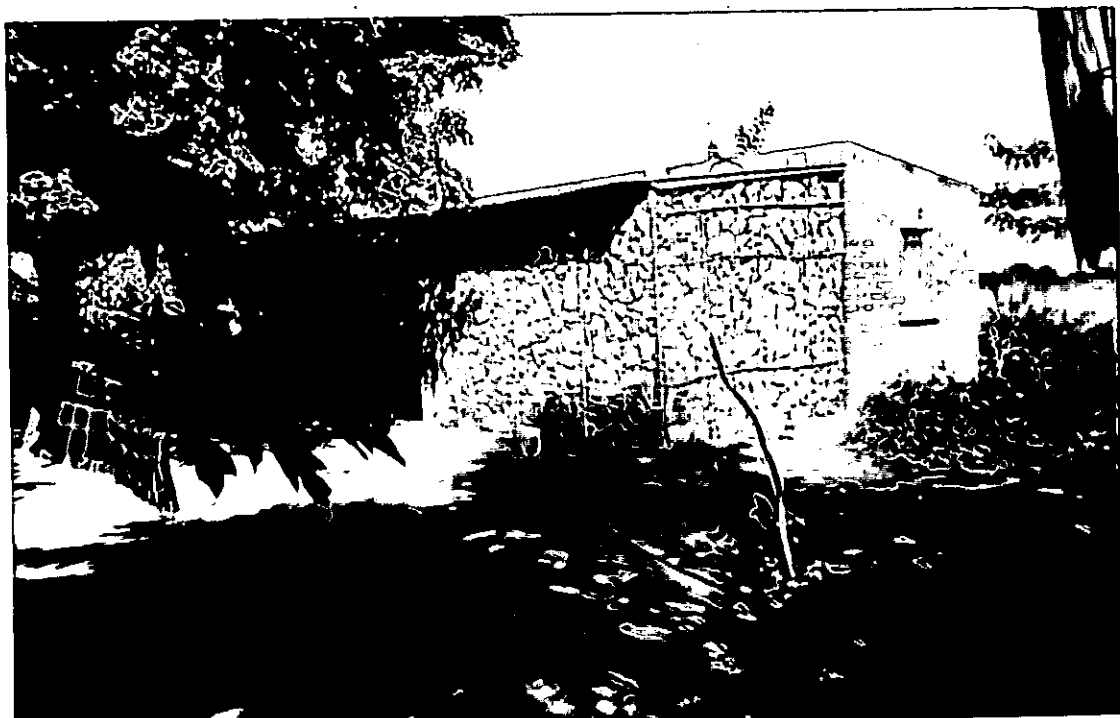
*Fotografia 1*



*Fotografia 2*

*Fotografias 1 e 2 (pelo autor)*

*Vista parcial do sistema de regadio da cooperativa 25 de Setembro.  
Alguns canais.*



*Fotografia 3 (pelo autor)*

*Uma das residências, cuja parte traseira foi depois ampliada com recurso ao material e técnicas locais de construção.*



*Fotografia 4 (pelo autor)*

*Elias Chinzawana Massinga, e parte do seu rico bananal.*



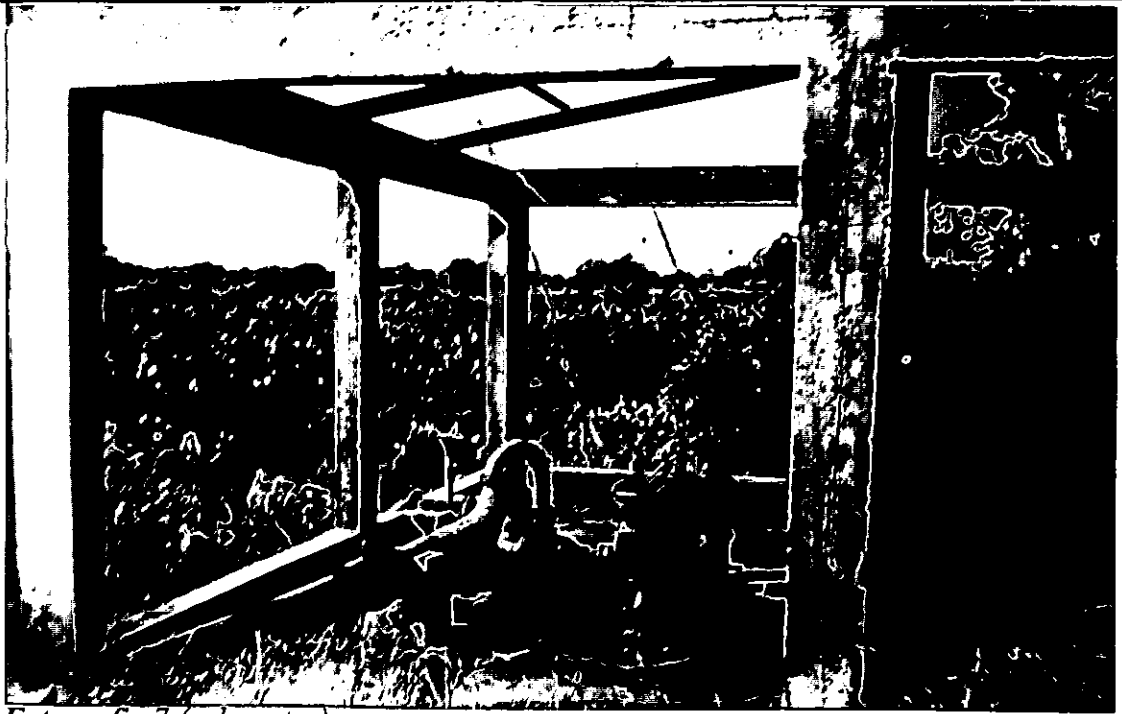
*Fotografia 5 (pelo autor)*

*O tractor da cooperativa 25 de Setembro. Mais um dia de trabalho em preparação.*



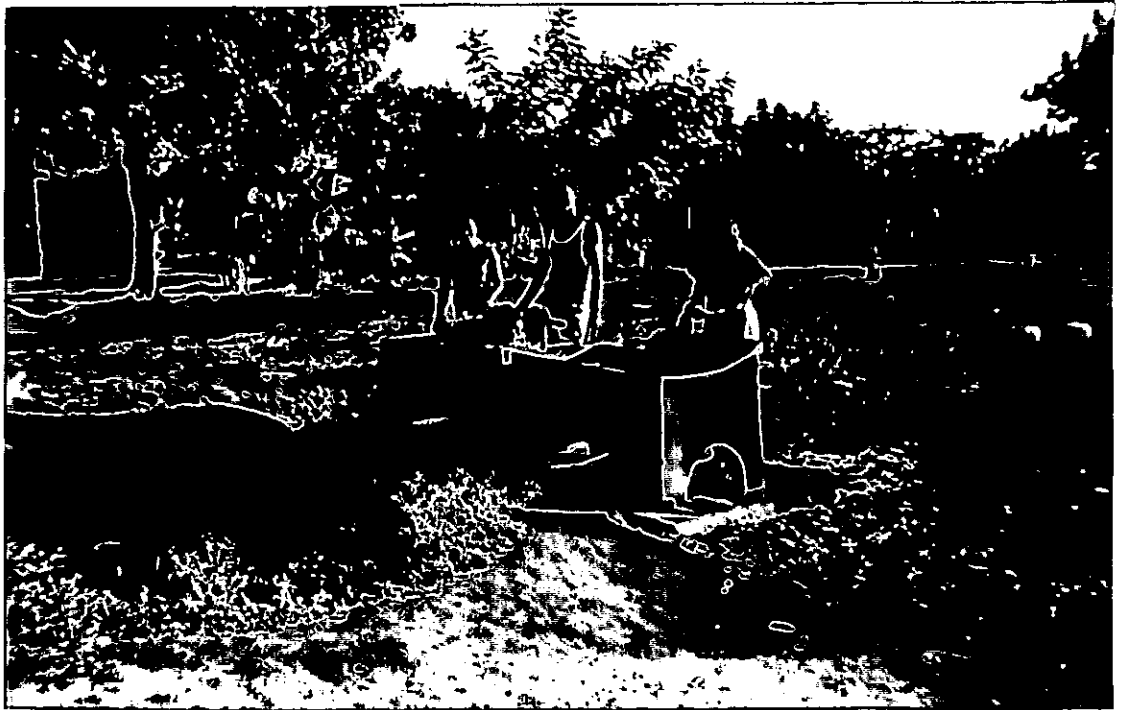
*Fotografia 6 (pelo autor)*

*Uma das motobombas. A avariada, localizada junto ao rio Umbelúzi.*



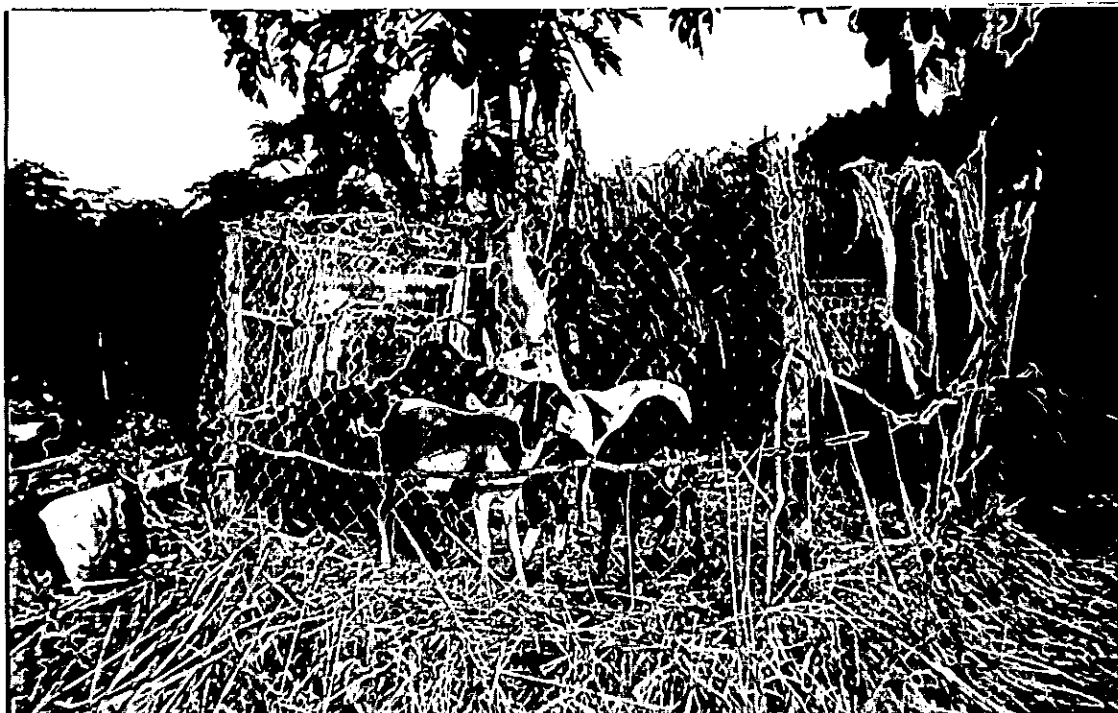
*Fotografia 7 (pelo autor)*

*A motobomba em funcionamento e a casa das máquinas sem tecto.*



*Fotografia 8 (pelo autor)*

*Os tanques de lavar roupa no centro do Bairro da cooperativa, onde todos lavam a sua roupa.*



*Fotografia 9 (pelo autor)*

*Um curral junto à residência do "velho" Chirindza*



*Fotografia 10 (pelo autor)*

*Parte das estratégias de sobrevivência dos camponeses: as esteiras feitas em casa de Virginia Machava.*

COLÓNIA DA BAHIA NOROCCIDENTAL

Repartição Territorial do Arquipélago

Acto n.º

TOMBO GERAL DA PROPRIEDADE

Processo n.º 1568

Assunto:

Aforamento de 57<sup>h</sup> 28<sup>64</sup>  
terreno situado no *Mubela*

circunscrição de *Maputo*

fundo de *Lourdes Marques*

querido por *Enfrega Agueda de Mubela*  
concedido a *reivindicação*

Foi passado o título em *Maputo* em 1910

(Actual possuidor *Enfrega Agueda de Mubela*)

Protocolo n.º 641

Regulamento n.º XII



Folha n.º 5 2632 A2





contratou a aquisição desse terreno com o respectivo dono.

Em terceiro lugar, vai para tres annos, que devido a falta de partes na "Junta Maria Aurora", a referente manda passar para a margem direita, para o dito terreno do Sr. Tavares, e para o terreno do Estado que com elle confronta, pelo lado norte, algum do seu fundo, tendo este de atravessar tal terreno tanto quando vai, como para regressar aos estabulos da referente.

Finalmente, o terreno do Estado comprehendido entre o bloco do Sr. Tavares a linha Decauville da Companhia do Abastecimento das Aguas de Lourenço Marques e o prolongamento da linha limite pelo lado leste-oeste da "Junta Maria Aurora" é uma servidão natural do bloco concedido ao Sr. Tavares, pois é a passagem natural e unica para a passagem do aqueducto ferroviario do Thubeluzi.

Por estes motivos, e por se esta parcela de terreno é inferior em area a que falta acrescer a das concessões referidas, para attinjer a totalidade dos hectares constantes dos respectivos titulos, e sobre ella não ha direitos de terceiro, e o Estado não precisa d'ella para os seus fins, pretende a referente que V. Ex.ª lha conceda, nos termos do n.º 7 do artigo 21.º do regulamento de 1 de



Julho de 1909  
Lourenço

P. a V. Ex.ª, que, ouvidas  
as repartições competentes  
lhe conceda esta parcela  
de terreno

S. M. U.ª

Informação. Dos pareceres a que se refere este requerimento  
ainda não se reuniram os respectivos diagramas  
que devem acompanhar os títulos, nos termos do Cap. XI  
do Regulamento vigente. e estes títulos devem ser  
providos a piza demarcação ex-officio e para esse  
o art.º 213 do m.º Regulamento. Para este efeito, têm  
nos terrenos a piza de campo das pizas. Não  
está feito dependendo que a área total já concedida ao  
requerente si dependerá que usufrua; tem pois lugar a  
aplicação do art.º e numero do Regulamento por citação  
seu requerimento? Devo o terreno a conceder com isso  
e é até indispensável a informação da repartição  
daquele subterâneo a qual se enviou a planta por fim do  
local abrangendo as pizas designadas.

30-7-993

O Director Geral da Repartição de Terras e Minas  
M. J. de Sá

Acacia, 7 (Município) - São Paulo



PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais

TOMBO GERAL DA PROPRIEDADE

PROCESSO N.º 51430

N.º DA DISTRITAL .....

ASSUNTO:

Pedido  
 Aforamento de ..... *uma extensão de 20000 m<sup>2</sup>* .....  
 de terreno situado ..... *na parcela 702 do compartimento III* .....  
 na circunscrição ou concelho de ..... *Sourenço Marques* .....  
 distrito de ..... *Sourenço Marques* .....  
 requerido por .....  
 e concedido a ..... *Indústria de Cerâmica e Fata* .....  
*Estiari S.A. R.L. - Toulon* .....  
 FOI PASSADO O TÍTULO EM ..... DE ..... DE .....  
 (Actual possuidor ..... )

Parcela n.º ..... *(62)* ..... *2632 A2* ..... *8291*  
 Compartimento n.º .....

I PARTE

# ALVARÁ DE CONCESSÃO

Luís do Carmo Esteves, Engenheiro Geógrafo e Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais.

Faço saber que, por despacho do Excelentíssimo Secretário Provincial, Engenheiro Silvicultor José Alberto Lemos Martins Santarém, de 7 de Dezembro de 1972, lavrado a folhas 30 verso do processo de concessão número 51430, arquivado na Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais, foi mandado passar a favor da firma Industrias de Cerâmica e Betão do Ultramar, S. R. L. - I.C.U., sociedade anónima de responsabilidade limitada com sede em Lourenço Marques, o título de um terreno de terceira classe, em domínio pleno, identificado na segunda parte, relativo ao prédio com a área de doze hectares e seiscentos e trinta e oito centiares (12,0638ha), desanexo da parcela número 702 do compartimento número 12 do cadastro do distrito de Lourenço Marques, descrito na Conservatória do Registo Predial desta Comarca sob o número 39483, a folhas 81 do livro 310, ficando a constituir a parcela número 7161 do mesmo compartimento, com as seguintes cláusulas:

Fica obrigado, na parte que lhe diga respeito, ao cumprimento das prescrições do "Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas", aprovado por decreto número 43894, de 6 de Setembro de 1961, e demais legislação vigente, podendo gozar os direitos que tais diplomas lhe confirmam.

É, em harmonia com as disposições do supracitado regulamento mandei passar este que vai por mim assinado e que, depois de registado na Conservatória, fará prova plena em juízo e fora dele, dos actos que nele estejam inscritos e da identificação do prédio, nos termos do artigo 191º do mesmo regulamento.

Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais, em Lourenço Marques, aos 12 de Janeiro de 1973.

O Director dos Serviços,

**COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO:**

*Cronologia dos Principais Acontecimentos da vida da Cooperativa e da terra onde está implantada*

*Vongwine* é o nome antigo do lugar onde está localizada a Cooperativa.

(...)

a terra da cooperativa pertenceu a um alemão associado ao doutor Eduardo d'Almeida Saldanha. Eles tinham o propósito de estabelecer uma plantação de cana de açúcar. Saldanha vigarizou o seu sócio matou a esposa e filho e suicidou-se a seguir.<sup>150</sup>

1914:

**Eduardo Saldanha** recebe título de propriedade sobre a terra e passa a explorá-la em agricultura.

(...)

Em face das dívidas de saldanha para com a banca a terra é penhorada e posteriormente alugada a um "monhé" chamado *Mangokwane*.

(196?):

A terra passa a ser explorada pelo italiano **Giuseppe Benini** (ex-ministro das finanças de Benito Mussolini). Explorou-a em regime de aluguer. Produção de fruta para exportação.

(...)

**Enrico Benini**, o neto de *Giuseppe*, sucede-o na exploração da terra. Mais tarde compra a propriedade.

(1973/75):

**Enrico Benini** abandona a terra.

(1975: 25.06):

**Independência Nacional**

25.09:

Acto central das comemorações do 25 de Setembro: Presidente Samora Machel corta canhoeiro e baptiza o lugar que passa a chamar-se **Machamba do povo 25 de**

<sup>150</sup> Esta informação foi prestada por dois informantes-chave. Não foi possível encontrar em outro tipo de fonte, informação que confirmasse pelo que não a incluí no texto. Fontes para a elaboração da cronologia: entrevistas: Alberto Fulani e Alberto Chirindza, arquivos da HELVETAS, da DINAGECA e restantes entrevistas.

**Setembro** e entrega a terra aos camponeses.

(1981):

Machamba do povo *25 de Setembro* passa a **Cooperativa** com o mesmo nome.

(1983):

Seca que afectou a vida da cooperativa.

(1984):

Impacto da depressão tropical *Domoína*: cheia destrói o sistema de regadio, as motobombas, alaga as campos, provoca alterações na composição do solo e o abandono da cooperativa pelos membros.

Alberto Chirindza, presidente da cooperativa.

(1985):

Mangave, presidente da cooperativa.

(1986):

Cooperativa consegue crédito do BPD no valor de cinco milhões e trezentos mil Meticais para a compra de um tractor.

Paulina Budula, presidente da cooperativa.

(1987):

Início das actividades da HELVETAS na cooperativa.

(1988):

Comissão de gestão da cooperativa envia ao governador provincial um requerimento solicitando a legalização da ocupação da terra pela cooperativa.

(1989):

Rede de extensão rural chega à cooperativa.

(1991):

A cooperativa tinha muitos problemas: dívida elevada para com a banca, irregularidades na gestão dos fundos... o funcionamento da cooperativa já não era o desejado pelos membros.

26.03:

Administrador de Boane reúne-se com os cooperativistas, ex-cooperativistas (34) e associados para discutir sobre a manutenção da cooperativa ou fusão com a associação. Estiveram também na reunião representantes da HELVETAS, da UGACCAB, extensionistas e uma advogada.

(1992):

10.03:

Reunião entre os cooperativistas, a HELVETAS e a extensão rural. Assunto: legalização da terra, demarcação da área do sistema de regadio e seu melhoramento. A acta da reunião revela desconfiança dos cooperativistas em relação ao coordenador da HELVETAS. Julgavam-no intermediário para a usurpação das suas terras.

29.04:

Reunião: Cooperativistas (21); juristas Rui Baltazar e Pereira; coordenador da HELVETAS em Boane. Assunto: discussão dos estatutos e sua aprovação. 25 de Setembro passa a **Cooperativa de Prestação de Serviços**.

08.05:

Assinatura de contracto entre a HELVETAS e a cooperativa para a concessão de um empréstimo. Dois milhões de Meticais para pagamento ao BPD de parte da dívida da compra do tractor.

18 a 20.06:

HELVETAS realiza inquérito aos membros da cooperativa cujas áreas seriam destruídas com as obras do novo sistema de regadio.

20.06:

Serviços provinciais de geografia e cadastro da DPA passam certidão de ocupação da terra para a *Cooperativa 25 de Setembro*.

31.10:

DPA escreve à HELVETAS após o despacho do governador da província devolvendo o processo da legalização da mesma.

(1992/3):

Novo acordo entre a cooperativa e a HELVETAS (gestão do regadio e taxas a pagar).

(1993):

Agosto: Início da construção do bairro da cooperativa.

23.12: Entrega provisória das casas do bairro.

(1995):

Virgínia Machava, presidente da cooperativa

(1996):

29.08:

Ministro da Agricultura e Pescas visita a cooperativa. Assuntos discutidos: meios para a aquisição de uma nova motobomba e os títulos que nunca mais chegaram.

1997:

04

Cooperativa participa na feira agro-pecuária de Boane.

05

Fim do trabalho de campo na cooperativa.